



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DE LINGUAGEM

**O TRATAMENTO DADO À CATEGORIA DE *VOZ VERBAL* EM GRAMÁTICAS
BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

ALCEANE BEZERRA FEITOSA

TERESINA- PI
2018

**O TRATAMENTO DADO À CATEGORIA DE *VOZ VERBAL* EM GRAMÁTICAS
BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

ALCEANE BEZERRA FEITOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos de Linguagem

Linha de pesquisa: Gramática e Léxico: descrição e ensino

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

TERESINA- PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

F311t Feitosa, Alceane Bezerra.

O tratamento dado à categoria de *voz verbal* em gramáticas brasileiras do século XIX: um estudo historiográfico / Alceane Bezerra Feitosa. – 2018. 116 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos.

1. Historiografia Linguística. 2. Gramáticas. 3. Vozes Verbais. 4. Continuidade e Descontinuidade. I. Título.

CDD 469.5

**O TRATAMENTO DADO À CATEGORIA DE VOZ VERBAL EM GRAMÁTICAS
BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

ALCEAENE BEZERRA FEITOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em _____ / _____ / _____

Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos (Presidente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Profa. Dra. Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa (Examinadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Messias dos Santos Santana (Examinador)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Teresina – PI

2018

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, os maiores amores da minha vida. Tudo é por vocês e para vocês.

AGRADECIMENTOS

Após estes dois anos de mestrado, é chegado o momento de agradecer a todos que contribuíram para a realização desse grande e audacioso sonho. Para começar, agradeço a Deus pela força, coragem e sabedoria, nos momentos difíceis. Obrigado, Senhor! A Ti toda honra e toda glória!

Aos meus pais, Maria do Carmo Bezerra Silva e Miguel Santos Feitosa, pelo apoio e incentivo, indispensáveis durante toda a minha caminhada acadêmica, desde meus anos iniciais de escolarização.

À minha amada irmã, Alcina Bezerra, por cada “vai que você é capaz”. Sem essa força nada disso seria possível.

À minha pequena Maria Valentina, que, através de sua pureza de criança, me ensina, a cada dia, a tornar-me um ser humano melhor. Padrinho te ama, minha vida!

À minha segunda família, Marineide (uma segunda mãe), Jessyane e Jefferson (irmãos que a vida me presenteou), por me apoiarem, incentivarem, além de me aconselharem nos momentos difíceis. Meu muito obrigado e veneração à força de vocês.

Aos meus amigos de infância, Diogo Leal, Tácito Macêdo e Rainor Costa, por sempre estarem presentes em minha vida. Todos nós vamos conseguir! Força, foco e fé.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, pela dedicação e, principalmente, paciência durante todo o percurso que tive que percorrer na Historiografia Linguística, até a materialização desta dissertação.

A todos os meus professores, desde os anos iniciais, lá na Unidade Escolar Mariano Borges Leal, passando pela Unidade Escolar Desembargador Vidal de Freitas, em Picos, bem como a todos os professores do Curso de Letras-Português da Universidade Federal do Piauí, *Campus* de Picos, dentre os quais destaco: Carlos José Lírio e Luiz Egito de Sousa Barros. Meus sinceros agradecimentos!

Ao meu quase orientador de graduação e amigo, Juscelino Francisco do Nascimento, que acreditou em mim, lá em 2014, lendo meu projeto inicial de mestrado, dando-me vários direcionamentos acadêmicos. Sem a sua ajuda, nada disso teria sido possível. Serei eternamente grato!

Ao Prof. Dr. Alcione Correa Alves, atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras, pela disponibilidade em ajudar a todos, e a mim, em específico, por presidir minha banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Francisco Alves Filho, profissional com o qual tive a oportunidade de aprender como se deve ser um educador: compreensivo e humano, que, desde a disciplina Metodologia da Investigação em Ciência da Linguagem, passando pelo Seminário de Projetos, Estágio de Docência e Qualificação, vem me direcionando da melhor maneira possível. Foi uma honra ter tido a oportunidade de ser seu aluno. Serei eternamente grato por tudo que fez por mim!

À professora Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa, pelas importantes contribuições dadas durante o Exame de Qualificação, bem como por ter aceito participar da banca de defesa.

Ao professor Messias dos Santos Santana, pela disponibilidade em participar da banca de defesa.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI, pela dedicação e empenho na melhoria do nosso curso, em especial, aqueles que tive a honra de ser aluno: Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, Profa. Dra. Beatriz Gama Rodrigues; Profa. Dra. Iveuta de Abreu Lopes, Profa. Dra. Silvana Calixto Lima, Profa. Dra. Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa, Prof. Dr. Francisco Alves Filho e Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes. Um dia, quando eu “crescer”, quero ser igual a vocês!

À Coordenação do Mestrado, nas pessoas de Janice Batista, Ailson, pela eficiência e presteza. Vocês fizeram um diferencial enorme!

Aos meus colegas de turma do biênio 2016–2018: Adriano, Clévis, Érica Patrícia, Hélder Regino, Irismar, Ismael, Maria, Oswaldo, Ravena, Valdenir, Luciana, Érica Lays, Érica Lourrane, em especial, às minhas parceiras Júlia Maria Muniz Andrade e Karla Dayane Silva Monteiro, que dividiram comigo, mais de perto, as agruras, tristezas, angústias, alegrias e vitórias que a pós-graduação proporciona. Muito obrigado, amigas, por terem segurado em minha mão no momento em que pensei em desistir, sem vocês não teria conseguido. Muito obrigado, também, pela nossa parceria na vida pessoal. Amo vocês duas!

Por fim, à CAPES, pela concessão da bolsa, indispensável para minha estadia durante estes dois anos em Teresina.

Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar *continuidades* e *descontinuidades* em relação ao tratamento dado à categoria *vozes verbais* em gramáticas brasileiras do século XIX. Para tanto, fez-se necessária a análise de gramáticas que perfazem o *horizonte de retrospectão* das gramáticas do século XIX (Auroux, 2008), quais sejam: Barros (1540); Barreto (1671); Argote (1725); gramáticas situadas entre os séculos XVI e XVIII, chegando às gramáticas brasileiras do século XIX: Júlio Ribeiro (1881); Pacheco e Lameira (1887); Alfredo Gomes (1887); João Ribeiro (1887); Maximino Maciel (1887). Para a seleção das fontes secundárias da pesquisa, buscou-se, ano a ano, no site da Biblioteca Nacional de Portugal, gramáticas ou tratados gramaticais que fizessem menção à categoria das *vozes verbais*, sendo possível chegar a três gramáticas durante este recorte temporal. Quanto à seleção das gramáticas do século XIX, foram utilizados quatro critérios, pautados em Fávero e Molica (2006), sejam eles: i) foram gramáticas produzidas durante o século XIX; ii) foram escritas por um autor brasileiro; iii) tratavam do conteúdo específico relativo à Língua Portuguesa; iv) gramáticas cujos autores dizem seguir os pressupostos da recém-inaugurada Linguística Histórico-Comparativa. A análise foi realizada levando em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da *Historiografia Linguística*, propostos por Koerner (2014b), pautando-se, basicamente, em dois princípios, quais sejam: o princípio da *contextualização* e o da *imanência*. O primeiro princípio foi contemplado no instante em que foram levados em consideração os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais, durante o século XIX, no Brasil, compreendendo, assim, o *clima de opinião* no qual os gramáticos estudados viviam. O princípio de *imanência* levou em consideração o tratamento dado à categoria das *vozes verbais* nas gramáticas elencadas para o estudo, observando as *continuidades* e *descontinuidades* do fato linguístico. Desse modo, este estudo levou em consideração os aspectos *internos* e *externos*, propostos por Batista (2013). Além disso, foi feito um breve estudo da história da gramática, desde suas concepções filosóficas até as últimas concepções adotadas pelo gênero, bem como de um estudo historiográfico da disciplina *Historiografia Linguística*, evidenciando seu conceito e objeto de estudo. Integrado a isso, foi realizado um breve panorama dos modelos de interpretação da história das ciências, baseado no pensamento de Fleck (2010) e Kuhn (2013). Ademais, foi realizada uma discussão da categoria das *vozes verbais* por um viés linguístico, pautado em Ferrarezi Jr (2008, 2012); Scherre (2005) e Haüy (1992). Como resultados obtidos, observou-se que, desde as primeiras abordagens de base filosófica, passando pelas primeiras gramáticas ocidentais, chegando até às gramáticas brasileiras do século XIX, o fato linguístico apresenta linhas de *continuidade* e de *descontinuidade*. As *linhas de continuidade* podem ser observadas no instante em que todos os gramáticos compreendem a existência das *vozes verbais* ativas e passivas. Por outro lado, apresentam *descontinuidades* no momento em que, a partir da gramática de Argote, observa-se a presença de um terceiro tipo de voz verbal, a *recíproca* ou *reflexa*. Ainda com relação às *descontinuidades* do fato, embora os gramáticos analisados compreendam a existência da *voz passiva*, os autores não fazem uma divisão entre os tipos, mesmo sendo possível, em algumas gramáticas, observar a estrutura de uma *voz passiva analítica*, apesar de tal tipo de voz não ter sido definida pelos gramáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; Gramáticas; Vozes verbais; continuidade e descontinuidade.

ABSTRACT

This Master dissertation has, as main objective, to investigate continuities and discontinuities in relation to the treatment given to the category verbal voices in Brazilian grammars of century XIX. To do so, it was necessary to analyze grammars that make up the retrospective horizon of nineteenth-century grammars (Auroux, 2008), namely: Barros (1540); Barreto (1671); Argote (1725); grammars between the sixteenth and eighteenth centuries, reaching Brazilian grammars of the nineteenth century: Júlio Ribeiro (1881); Pacheco and Lameira (1887); Alfredo Gomes (1887); João Ribeiro (1887); Maximino Maciel (1887). For the selection of the secondary sources of the research, grammar or grammatical treatises that made reference to the category of the verbal voices were searched, year by year, being possible to arrive at three grammars during this temporal cut. As for the selection of nineteenth-century grammars, four criteria were used, based on Fávero and Molica (2006): i) were grammars produced during the nineteenth century; ii) were written by a Brazilian author; iii) dealt with the specific content related to the Portuguese Language; iv) grammars, whose authors say follow the presuppositions of the newly inaugurated Historical-Comparative Linguistics. The analysis was carried out taking into account the theoretical-methodological assumptions of Linguistic Historiography proposed by Koerner (2014b), basically based on two principles: the principle of contextualization and of the immanence. The first principle was contemplated at the moment in which political, economic, social and educational aspects were taken into account during the nineteenth century in Brazil, involving the climate of opinion in which the grammarians studied lived. The principle of immanence took into account the treatment given to the category of verbal voices in the grammars listed for the study, observing the continuities and discontinuities of the linguistic fact. Thus, this study took into account the internal and external aspects Batista (2013). In addition, a brief study of the history of grammar was made from its philosophical conceptions to the last conceptions adopted by the genre, as well as a historiographic study of the subject Linguistic Historiography, evidencing its concept and object of study. Integrated to this, a brief overview of the models of interpretation of the history of the sciences was made, based on Fleck's (2010); Kuhn (2013). In addition, a discussion of the category of verbal voices was carried out by a linguistic bias, based on Ferrarezi Jr (2008, 2012); Scherre (2005) and Haury (1992). As results obtained, it was observed that, since the first approaches of philosophical base, passing for the first western grammars to the nineteenth-century Brazilian grammars, the linguistic fact shows lines of continuity and discontinuity. The lines of continuity can be observed at the moment all grammarians understand the existence of active and passive verbal voices. On the other hand, they present discontinuities at the moment in which, from the grammar of Argote, it is observed the presence of a third type of verbal voice, the reciprocal or reflex voice. Still in relation to the discontinuities of the fact, although the analyzed grammarians understand the existence of the passive voice, the authors do not make a division between the types, although it is possible, in some grammars, to observe the structure of a passive analytic voice, voice has not been defined by grammarians.

KEY WORDS: Linguistic Historiography; Grammars; Verbal voices; continuity and discontinuity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gramáticas brasileiras do século XIX	30-31
Quadro 2 – Gramáticas brasileiras do século XX.....	32-33
Quadro 3 – Gramáticas e tratados gramaticais portugueses entre os séculos XVI e XVIII, selecionados para esta pesquisa	55-56
Quadro 4 – Gramáticas brasileiras do século XIX selecionadas para esta pesquisa	56-57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – DAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS ÀS CONCEPÇÕES ATUAIS: UM PERCURSO HISTÓRICO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE <i>LÍNGUA</i>	15
1.1 Bases linguístico-filosóficas: o que vem antes da gramática	15
1.2 O aparecimento do gênero <i>gramática</i>	20
1.3 Gramáticas: alexandrinas, latinas, portuguesas e brasileiras	22
CAPÍTULO 2 – HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E MODELOS DE INTERPRETAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	35
2.1 Historiografia Linguística: do surgimento aos dias atuais	35
2.2 Historiografia Linguística: conceito e objeto de estudo	43
2.3 Modelos de interpretação da história das ciências	45
2.4 Dimensões de análise: <i>interna</i> e <i>externa</i>	51
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	54
3.1 Critérios de seleção.....	54
3.1.1 Critérios de seleção das gramáticas do século XVI, XVII e XVIII.....	54
3.1.2 Critérios de seleção das gramáticas do século XIX.....	56
3.2 Princípios e parâmetros da Historiografia Linguística	57
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE EXTERNA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO SÉCULO XIX NO BRASIL	59
4.1 Concepções históricas	59
4.2 A educação brasileira no contexto do século XIX	65
4.3 Português no Brasil.....	69
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE INTERNA: O TRATAMENTO DADO À CATEGORIA DAS VOZES VERBAIS EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX	73
5.1 O tratamento da categoria das <i>vozes verbais</i> na tradição greco-latina	73
5.2 <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> (1540), de João de Barros	76

5.3 <i>Ortografia da língua portuguesa</i> (1671), João Franco Barreto	79
5.4 <i>Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina</i> (1725), Pe. Jerônimo Contador de Argote	81
5.5 <i>Gramática Portuguesa</i> (1881), Júlio César Ribeiro Vaugham	84
5.6 <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> (1887), Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade	87
5.7 <i>Gramática Portuguesa</i> (1887), Alfredo Gomes	91
5.8 <i>Gramática Portuguesa</i> (1887), João Ribeiro	93
5.9 <i>Gramática Descritiva</i> (1887), Maximino Maciel.....	97
5.10 <i>Continuidades e descontinuidades</i>	100
5.11 <i>As vozes verbais</i> pela perspectiva linguística	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca investigar o tratamento dado à categoria das *vozes verbais* em gramáticas brasileiras do século XIX, buscando averiguar, com isso, as *continuidades* e *descontinuidades* desse fato linguístico.

No Brasil, sobretudo nos últimos anos, a Historiografia Linguística (doravante HL) vem ganhando cada vez mais espaço nos centros universitários, o que pode ser comprovado pela quantidade, cada vez mais crescente, de grupos de pesquisa, sendo estes os responsáveis pela divulgação e produção de dissertações, teses, livros e artigos.

Os principais grupos responsáveis pela produção e divulgação da HL, no Brasil, são o *Centro de Documentação em Historiografia Linguística* (CEDOCH), do Departamento de Linguística da USP, Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae*, dos cursos de graduação e pós-graduação da PUC-SP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Além dos grupos de pesquisa da Universidade de Campinas (UNICAMP); da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); da Universidade Federal de Goiás (UFG), com o Grupo de pesquisa *Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem* (IMAGO); o Grupo de Pesquisa em *Teoria da História e Historiografia* (GETH), da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E, mais recentemente, no Piauí, o Grupo de Pesquisa *Historiografia (da) Linguística: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí.

Esta dissertação faz parte de um projeto maior, cujo objetivo principal é pesquisar gramáticas de diferentes séculos, a partir dos postulados teóricos da Historiografia (da) Linguística, sobretudo a partir das contribuições teóricas de Koerner (2014b), Swiggers (2003), Altman (1998, 2009, 2011, 2012), dentre outros.

Para este estudo, foram selecionadas oito gramáticas, sendo três listadas como fontes secundárias: Barros (1540), Barreto (1671) e Argote (1725); e cinco, como fontes primárias, situadas no século XIX, que versem sobre a categoria das *vozes verbais*. O critério elencado para a seleção das três primeiras obras deu-se devido ao fato de apenas elas fazerem menção ao fato linguístico das *vozes verbais*. Para o século XIX, que marca o processo de *gramatização* do Português Brasileiro, além de fazer menção ao fato, foram selecionados textos cujos autores dizem seguir os pressupostos da recém-inaugurada Linguística Histórico-Comparativa. O objetivo desta área seria romper com o modelo das anteriores, pautados na tradição greco-latina, buscando verificar se há, de fato, *continuidades* ou *descontinuidades* no processo de *gramatização*.

Desse modo, tem-se, como *corpus* de análise, a gramática de Barros (1540); Barreto (1671); Argote (1725); Júlio Ribeiro (1881); Junior e Andrade (1887); Alfredo Gomes (1887); João Ribeiro (1887); e Maximino Maciel (1887). Nessas gramáticas, além da descrição do fato linguístico, foi realizado um levantamento dos dados biográficos de cada autor, bem como um levantamento das principais obras de cada um.

Esta dissertação, que objetiva investigar as *continuidades* e *descontinuidades* da categoria das *vozes verbais*, se estrutura da seguinte forma: uma Introdução, que aqui se apresenta; três capítulos teóricos; um capítulo de metodologia e um capítulo de análise, no qual se apresenta uma descrição das gramáticas selecionadas para o estudo.

O capítulo 1, intitulado *Das reflexões filosóficas às concepções atuais: um percurso histórico da construção do conhecimento sobre língua*, traz para a discussão, sem o intuito de esgotá-lo, as primeiras e principais concepções da linguagem surgidas na filosofia greco-romana, passando pelo surgimento das primeiras gramáticas do Ocidente, também no contexto greco-romano, adentrando, posteriormente, no contexto português, chegando-se, com isso, nas características das gramáticas brasileiras do século XIX. Por fim, chega-se, nesse capítulo, de modo geral, às principais gramáticas brasileiras do século XX e XXI.

O capítulo 2, cujo título denomina-se *Historiografia linguística e modelos de interpretação do conhecimento científico*, discute os aspectos teórico-epistemológicos nos quais se estrutura a pesquisa. Dessa maneira, foi feito um estudo sobre o surgimento da disciplina HL às concepções atuais, destacando, sobretudo, o conceito e objeto de estudo dessa área. Além disso, foram discutidos os principais modelos de interpretação da história da ciência no século XX, a saber: o modelo *kuhniano* e *fleckiano*. Apresentou-se, também, neste capítulo, algumas categorias de análise da pesquisa, como as dimensões *interna* e *externa*.

No capítulo 3, estabeleceu-se os critérios de seleção das gramáticas elencadas para o estudo, além dos princípios norteadores da pesquisa, quais sejam: a *contextualização* e a *imanência*, pautados na proposta Koerner (2014b).

No quarto capítulo, intitulado *Análise externa: contextualização do século XIX no Brasil*, foi realizada uma contextualização dos principais fatos históricos e educacionais do Brasil durante o século XIX. Ademais, neste capítulo, apresentou-se um panorama geral do tratamento do português no Brasil durante este mesmo período.

No quinto capítulo, intitulado *Análise interna: o tratamento dado à categoria das vozes verbais em gramáticas brasileiras do século XIX*, foram realizadas as análises deste estudo, descrevendo de que forma este fato linguístico é posto nas gramáticas selecionadas.

Na oportunidade, destaco-se, também, a produção de cada autor estudado, traçando a sua biografia.

Nas considerações finais, fez-se uma recapitulação e síntese dos principais pontos abordados em toda a dissertação.

Por fim, são postas as referências que serviram de base para a construção deste trabalho.

CAPÍTULO 1

DAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS ÀS CONCEPÇÕES ATUAIS: UM PERCURSO HISTÓRICO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE LÍNGUA

1.1 Bases linguístico-filosóficas: o que vem antes da gramática

A linguagem faz parte das mais antigas atividades dos seres humanos, sendo ela, ainda hoje, um enigma para os estudiosos. Apesar de ser estudada há muito tempo, pode-se dizer que, apesar disso, o estudo sobre ela está muito longe de ser esgotado.

A esse respeito, Junqueira (2003) destaca que, desde as sociedades primitivas, há a existência dos estudos a respeito da linguagem, porém, esses estudos não apresentavam o mesmo nível de complexidade de hoje. Essa complexidade de que fala a autora se deu posteriormente, à medida que as sociedades foram tornando-se mais complexas, surgindo, portanto, “condições favoráveis para o seu estudo, sobretudo a partir da invenção da escrita – esta propiciou a percepção dos diferentes fenômenos linguísticos” (JUNQUEIRA, 2003, p. 47). Observa-se, a partir da afirmação da autora, que, com a invenção da escrita, o estudo da linguagem torna-se mais favorável, visto que possibilitou a assimilação dos diferentes fenômenos da língua.

Os problemas referentes à linguagem, portanto, sempre foram de grande interesse do ser humano. Por isso, foi enorme o esforço empreendido pelos estudiosos para explicar as relações que existiam entre a linguagem e o mundo, bem como entre a linguagem e o pensamento.

Um estudo mais acurado pelo viés da HL permite verificar que houve diversas reflexões feitas sobre a linguagem por diversos filósofos gregos, desde os pré-socráticos, passando pelos primeiros retóricos (sofistas). Entretanto, todas essas reflexões podem ser recuperadas, de modo indireto, por meio da obra de Platão (VIEIRA, 2015). Dito isso, é importante destacar que os filósofos gregos exerceram grande importância nas ideias que se têm a respeito dos instrumentos linguísticos que hoje se denominam *gramática*. Surge, então,

da filosofia grega os fundamentos da disciplina gramatical, assim como sua função e metalinguagem.

As reflexões dos filósofos gregos a respeito da linguagem — embora tivessem partido da observação do discurso oral, das ocorrências das palavras na realidade discursiva, da relação existente entre as palavras, o pensamento e a realidade — não tinham como objetivo principal criar regras a respeito da linguagem, mas, o intuito de compreender a expressão da verdade e de falsidade por ela veiculadas (VIEIRA, 2015).

Dentro dessas reflexões feitas pelos filósofos, Vieira (2015, p.57) destaca que se encontra “a teorização sobre as partes do discurso; a relação do sentido (significado) com a palavra que o veicula (significante); a unidade de análise da linguagem (a palavra isolada); a palavra como parte da frase (enunciado); e a frase (enunciado) como um todo indissociável”.

Apesar de haver reflexões a respeito da linguagem anteriores a Platão, é com as postulações deste filósofo que se passa a ter uma reflexão mais significativa a respeito do discurso. A partir disso, foi possível reconhecer que as ideias se apresentam através do discurso, ou seja, tudo pode ser transmitido e divulgado por meio dele (VIEIRA, 2015). Diante disso, a língua era entendida pelos filósofos apenas como “uma pista concreta para se desvendar a atividade da linguagem, e esta era a contraparte expressa do pensamento” (NEVES, 2002, p.26).

De modo geral, para os filósofos, a língua era compreendida como a expressão do pensamento, bem como dos sentimentos, sendo investigada, portanto, dentro dessa perspectiva,. Assim sendo, a linguagem estava diretamente colocada no âmbito de pesquisas filosóficas ou lógicas (NEVES, 2002).

Na perspectiva filosófica, Platão, Aristóteles e, mais tarde, os estoicos construíram uma metalinguagem que serviu de base para os gramáticos alexandrinos, os quais a tomaram como objeto de análise. A partir disso, estes gramáticos fizeram as suas primeiras descrições a respeito da língua. Isso se deu, na visão de Neves (2002, p. 47), em virtude de dois fatores principais, sendo que o primeiro parte “da reflexão sobre o fenômeno da linguagem, isto é, sua origem, natureza, sua ligação com a realidade (as palavras e as coisas), sua relação com o pensamento”. O segundo fator, conforme a autora, parte da “explicação do funcionamento da língua praticada pelos diversos autores cujos textos foram colecionados na biblioteca de Alexandria e, depois, explicados sistematicamente, o que deu origem à gramática” (NEVES, 2002, p. 47).

Platão pode ser considerado o primeiro pensador a apresentar, de fato, preocupações com a linguagem, isto é, a perceber a linguagem como objeto de estudo. Foi a partir das ideias

desse filósofo que começou a existir uma especulação acerca da língua. Para Neves (1987), Platão foi o primeiro estudioso a conceber a palavra tanto como instrumento de persuasão, como de representação da verdade.

Ao tratar da linguagem, Platão partiu do pressuposto de que o enunciado está dissociado diretamente daquilo a que ele se refere, pelo fato de o enunciado, por si mesmo, não apresentar nenhuma garantia daquilo que se enuncia. É nesse sentido que Leite (2007, p.38) atesta que a tese “era a de que a verdade não era inerente à língua, mas revelada pelo enunciado”. A mesma autora segue afirmando que, “a unidade de análise da linguagem para o filósofo era, então, o enunciado que veiculava a informação” (LEITE, 2007, p.38).

Surge dessa perspectiva a noção de *correção* que até hoje permeia os estudos gramaticais e linguísticos. A noção de *correção* era relativa à informação transmitida pelo enunciado, já que o objetivo primordial deste era alcançar, através da língua, a *informação correta*. Nessa perspectiva, para Platão, a língua possuía apenas a função de incitar a pesquisar uma verdade que se encontra fora dela. Assim, a teoria de Platão está pautada em uma dissociação do enunciado com aquilo a que ele se refere, tendo a língua a função de discutir a relação que existe entre as palavras e as coisas (LEITE, 2007).

Além disso, Platão argumenta que os nomes possuem a característica de especificar a essência das coisas. Por essa razão, aquele que nomeia as coisas seria considerado o legislador. A formação da linguagem era entendida como uma arte que se utilizava do nome para construir a linguagem. Dessa maneira, para Rezende (2000), Platão via a linguagem como:

Imitação e, portanto, não expressa à verdade em si, ele argumenta que quando se nomeia, aparece uma distância entre o nome (imagem) e aquilo que a coisa é. A partir dessa distância é que Platão discute o problema da falsidade; segundo ele algum nome pode não ser aplicado com a devida exatidão. Assim, seria possível declarar algo falso, já que o mesmo pode acontecer com os verbos e com a união de verbos e nomes, ou seja, com a proposição (REZENDE, 2000, p. 42).

Nesse sentido, Platão, ao tratar do caminho do conhecimento, coloca o nome na ponta inferior, e a própria coisa na outra ponta, “mediado entre elas, pela ordem, a partir do nome, a definição ou proposição (*lógos*), a imagem (*éidolon*) e, em níveis mais próximos à própria coisa, a ciência (*epistéme*), a inteligência (*noûs*) e a opinião verdadeira (*alethédóxa*)” (NEVES, 2002, p. 26). Para o nome, a definição não tem fixidez, ou seja, conforme Neves (2002, p. 26), “nada impede que se dê um nome, ou outro diferente, a qualquer coisa. Para se

chegar ao objeto verdadeiramente real e cognoscível, que é a própria coisa, os elementos da linguagem constituem apenas um fraco auxiliar”.

Além desses aspectos, coube também à filosofia platônica estabelecer a distinção entre *substantivos* e *verbos*. Para o filósofo, os substantivos se estabeleciam como sujeitos de um dado predicado. Já os verbos expressavam uma ação, bem como também afirmavam uma qualidade. Para Gurpilhares (2004, p. 44), “tais definições se deram sobre os fundamentos lógicos, isto é, como constituintes de uma proposição, ou seja, sujeito é aquele de que se afirma; atributo é o que afirma; a ligação é o verbo”. Desse modo, entende-se, pois, que há uma associação de dois conceitos, *sujeito* e *verbo*, servindo de base para a definição do objeto da sintaxe.

Como Platão admite que toda frase é o resultado da combinação direta de *onoma* e *rhema*, pode-se, por inferência, dizer que o primeiro vocábulo designa o que atualmente se chama **nome** e **sujeito da oração**; o segundo dá as noções de **verbo** e de **predicado**. A princípio, portanto, *onoma* e *rhema* designavam funções sintáticas comumente exercidas por determinadas espécies de unidades lexicais.

Barros e Bittencourt (2006) dizem, diante disso, que, estando estabelecida a distinção entre substantivos e verbos, na obra de Platão, estaria aberto o caminho para a compreensão da linguagem como expressão do pensamento. Essa ideia constrói um refinamento de análise que, de início, se apresenta apenas como uma teoria geral do conhecimento, bem como da filosofia que só posteriormente vem servir de base para fundamentar as gramáticas (MATTOS E SILVA, 2016).

Aristóteles, ampliando as noções de linguagem criadas por Platão, relaciona as formas linguísticas e as características dos conteúdos mentais. A partir disso, o filósofo formula a teoria das partes do discurso, sendo essas: *nome*, *verbo*, *junção* e *membro articulatório*. A respeito disso, Mattos e Silva (2016) evidencia que:

Em Aristóteles vale destacar para fins que temos — ou seja, como se estabeleceu a tradição gramatical — que, além de acrescentar ao nome e ao verbo uma classe nova, a das conjunções (o que não era nem nome nem verbo), determinou uma série de distinções que perduram até hoje, reconhecidas como as categorias aristotélicas (MATTOS E SILVA, 2016, p. 16).

Destaca-se, assim, que as noções das classes de palavras que se têm presentes nas gramáticas atuais estão calcadas na filosofia aristotélica. Atribui-se a Aristóteles, dentre outras contribuições, a criação das categorias do pensamento, “também chamadas categorias

aristotélicas, que deram origem às partes do discurso as quais chamar-se-iam, posteriormente, categorias gramaticais e, finalmente classes de palavras” (GURPILHARES, 2004, p. 44-45).

Aristóteles, assim como Platão, se detém na teoria da dissociação, porém, em uma perspectiva diferente. Isso porque, para Aristóteles, o objetivo de tal estudo não era discutir a relação existente entre as *palavras* e as *coisas*, como em Platão; mas consistia no estudo da relação existente entre os significados e seus referentes. Trata-se, então, da dissociação entre o *significado* e *significante*.

Nessa esteira, Leite (2007) destaca que:

Aristóteles observou que não havia uma correspondência biunívoca entre o significante e o significado, já que existiam palavras com vários significados (sinônimos), outras, formadas da mesma base, com terminações diferentes, tinha sentidos diferentes (parônimos) e, ainda havia as que tinham formas idênticas, mas com sentidos diferentes (homônimos) (LEITE, 2007, p. 40).

Percebe-se, pois, que entre o *significante* e o *significado* não havia uma correspondência exata, haja vista as palavras não serem estanques, nem tão pouco limitadas. Apresenta, por sua vez, *sinonímia*, *paranonímia*, *homonímia*; o que possibilitaria, por seu turno, que as palavras apresentassem diversos significados. Ainda para Aristóteles, a unidade de análise do enunciado era a palavra. Nessa perspectiva, é que Aristóteles distinguiu, de fato, as coisas que são ditas das coisas que existem, evidenciando que não existe uma relação homogênea entre elas.

É válido destacar que Aristóteles, na visão de alguns pesquisadores já citados, não se dedicou somente às causas da linguagem a serviço da lógica, mas também às questões ligadas ao modo de expressão (questões estas ligadas tanto à elocução quanto ao estilo). Nesse prisma, a linguagem, além de se apresentar de forma eficiente, tinha que apresentar, por exemplo, características apropriadas ao seu modo de expressão.

A esse respeito, Neves (2002, p. 32) evidencia que, para Aristóteles, não era interessante “apenas dizer com verdade, mas também com arte, o dizer bem. Revelando, assim, a eficiência da linguagem, embora nunca se desminta o relacionamento da **lexis** com o **lógos**, nunca se deixe entender a linguagem como uma articulação das modalidades do ser”. Com isso, é perceptível que o autor não estava preocupado apenas com a relação do *significante* e o *significado*, mas, também, com a maneira como a linguagem era utilizada.

As partes do discurso instauradas por Aristóteles vêm a ser ampliadas pelos *estóicos*, que muito contribuíram para o aprofundamento do conhecimento gramatical. Esses pensadores, que tiveram a teoria aristotélica por base, contrariando-a em alguns pontos,

distinguiram “as partes do discurso em: *nome próprio (ónoma)*, *nome comum ou apelativo, verbo (rhêma)*, *conjunções (súndesmos)* e *articulação (ârthron)*” (LEITE, 2007, 37).

Posteriormente a essas partes do discurso, os *estóicos* acrescentaram o ‘meio’, termo que remetia ao advérbio. Dessa forma, eles chegaram à divisão e à classificação de seis partes do discurso, de modo que, segundo Leite (2007, p. 37), “a classe das conjunções era subdividida em conjunções prepositivas (preposições), e a classe da articulação, em pronomes pessoais e artigos definidos”. Essa divisão é retomada e reconstruída, em alguns pontos, pelos gramáticos alexandrinos.

No tocante ao desenvolvimento das partes do discurso, observa-se que, desde Aristóteles, já existia uma discussão a respeito, sendo elas ampliadas pelos *estóicos*. Mas vem a ser com os alexandrinos que tais partes do discurso adquirem um caráter mais próximo do que se tem nas gramáticas contemporâneas.

Visto a linguagem pela perspectiva filosófica, o próximo subtópico discutirá o aparecimento do gênero gramática.

1.2 O aparecimento do gênero *gramática*

Para Borges Neto (2016), o gênero *gramática* segue um mesmo formato, há mais de dois mil anos, buscando estabelecer regras de correção linguística, baseadas em uma dada norma literária. Contudo, na ausência de uma norma literária, estabelecia-se como parâmetro, a norma da elite.

Estudiosos que se dedicam à História das Ideias Linguísticas destacam que foram os gramáticos alexandrinos os grandes responsáveis pela mudança de foco das reflexões dos estudos linguísticos, saindo de uma abordagem filosófica para uma abordagem propriamente gramatical, que foi erguida por meio da elaboração de regras, formadas pelo princípio metodológico da *analogia*. Nessa perspectiva, é que os gramáticos alexandrinos representaram “a consolidação da passagem para um terreno gramatical, específico e determinado, das considerações sobre a linguagem, que se vinha fazendo, através dos tempos, no terreno da filosofia” (NEVES, 2002, p. 50).

Esse gênero surgiu numa época denominada de helenística. É nesse período que, de acordo com Anjos (2016, p. 188), “surge o interesse pela preservação dos textos clássicos, nos quais se tinha a língua modelar, em contraponto aos diversos falares já percebidos como corrompidos, principalmente para aqueles a quem cabia preservar o grego clássico”. Portanto, é nesse contexto que se procura transmitir o patrimônio grego, dando destaque, como

atividade cultural, unicamente às grandes obras do passado. Para Neves (2002), tal prática tinha como objetivo:

Oferecer os padrões de linguagem dessas obras consideradas excelentes, padrões que contrastam com a linguagem corrente, contaminada de barbarismos. Tal esforço de divulgação do helenismo impulsiona o desenvolvimento dos conhecimentos linguísticos, já que implica o levantamento de fatos que, nos textos não corrompidos, caracterizam a língua modelar que deve ser preservada (NEVES, 2002, p. 49).

Desde essa época, tal gênero vem deixando marcas profundas tanto “no modo de produção de gramáticas ditas normativas, no que diz respeito, por exemplo, à disposição das partes da gramática e ao exclusivismo do *corpus* literário” (ANJOS, 2016, p. 188).

Contudo, a gênese da gramática está diretamente ligada à Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.), na qual estava reunida toda a produção cultural helênica. Com isso, pode-se entender que a gramática se formou através de duas perspectivas: a primeira se deu pela crítica literária feita pelos filólogos; a segunda, pelos gramáticos propriamente ditos. Apesar disso, os papéis das duas perspectivas se aproximam, convergindo na gramática. Entretanto, como esclarece Leite (2007), citando Baratin (1989), nem sempre foi assim:

Originariamente, o ensino gramatical e a atividade filológica eram distintos. Entretanto, os gramáticos eram, por sua formação, os mais aptos a realizar esse trabalho filológico. Assim, essas duas atividades foram, muito cedo, consideradas como duas faces de uma mesma especialidade, a gramática; já no início do século II antes de nossa era, Aristófanes, de Bizâncio, quarto bibliotecário de Alexandria, é tido como o maior gramático de sua época, assim como o seu sucessor Aristarco. Esta primeira etapa na formação dessa disciplina é o término de um processo de acumulação: quando a multiplicação dos manuscritos atingiu um limiar tal que sua reunião em grande escala devia se apresentar como uma necessidade, surgiu o problema da *unidade* do texto em face da pluralidade dos manuscritos e é com essa constatação da variante que nasce a filologia, integrada à gramática por meio da explicação de textos (BARATIN, 1989, p. 227, *apud* LEITE, 2007, p. 44-45).

Apesar de ambas as disciplinas, a filologia e a gramática, serem consideradas muito próximas, na Antiguidade, cada uma possuía seu espaço preservado. Nesse contexto, os gramáticos e filólogos se propunham a explicar os usos de cada autor e de cada texto analisado. O resultado dessa forma de estudo resultou no que Leite (2007) denomina de *descrição de usos particulares de autores estudados*. No entanto, essa forma de estudo acabou levando os gramáticos a reavaliarem os objetivos de tal estudo, bem como a forma de ensino, modificando, desse modo, a concepção de língua.

Vieira (2016) compreende, a partir disso, que as concepções das gramáticas atuais nada mais são do que a relação entre as ramificações da Filosofia Clássica a respeito da linguagem, acrescentada das informações dos gramáticos alexandrinos. De modo geral, diante da visão desse autor, o que se atesta é o fato de que toda a terminologia gramatical atual advém, direta ou indiretamente, do legado dos gramáticos alexandrinos, bem como das sucessivas gerações de gramáticos que vieram a dar, posteriormente, o mote categorial e terminológico para o desenvolvimento da tradição na época helênica.

Dessa maneira, o desenvolvimento da gramática deu-se, gradativamente, pelo processo de acumulação de conhecimentos. Ou seja, o conhecimento e desenvolvimento desse gênero deram-se pela observação, análise e descrição de textos literários de diversos autores.

No próximo subtópico, será abordada a construção das primeiras gramáticas ocidentais, desde as alexandrinas, chegando à concepção das gramáticas brasileiras contemporâneas.

1.3 Gramáticas alexandrinas, latinas, portuguesas e brasileiras¹

É creditada ao filólogo alexandrino Dionísio Trácio (170-90 a.C) a autoria da primeira gramática que se tem conhecimento de uma língua europeia, o grego. Essa primeira gramática, a *Tékne Grammatike*, foi editada pela primeira vez no ocidente, em 1715 (VIEIRA, 2015).

Na visão de Leite (2007), a *Tékne Grammatike* se erigiu a partir de uma relação entre duas correntes, estando enquadrada na segunda: a de descrição da língua. A primeira foi inaugurada pelos filósofos. Para essa mesma autora, a gramática de Dionísio Trácio caracteriza-se por ser um compêndio que coloca de forma *sistematizada* os fatos da língua. Nesse sentido, Neves (2002) afirma que Dionísio, em sua gramática, embora tenha apontado para uma descrição da língua, o fez mais pelo aspecto da prescrição do que propriamente pela descrição.

Nessa perspectiva, a *Tékne* não cria um novo modo de estruturação de um instrumento, mas apenas um instrumento de tradição para se responder a uma demanda sociocultural da época, ou seja, a criação de um instrumento para o entendimento dos

¹ Para um detalhamento pormenorizado das obras gramaticais brasileiras, olhar a tese de Vieira (2015), Cavaliere (2014, 2002) e Faraco (2016).

clássicos literários, bem como para a preservação do grego. Brito (2010) destaca que fazia parte da gramática de Dionísio:

a leitura, aquilo que actualmente poderíamos chamar a estilística, o estudo das fraseologias, a etimologia, a investigação das regularidades morfológicas e sintáticas e a apreciação das composições literárias. Nessa gramática, tratava-se fundamentalmente de fixar o grego de Homero e o pendor pedagógico e normativo é evidente (BRITO, 2010, p. 3).

Ainda nesse sentido, Duarte (2010) destaca que:

Dionísio o Trácio e a escola de Alexandria inauguram uma concepção de gramática ainda hoje muito representativa entre os não especialistas: a da visão instrumental da gramática como “porta” de acesso ao estilo dos poetas e prosadores, uma espécie de propedêutica à leitura das obras literárias (DUARTE, 2010, p.11).

Gurpilhares (2004) menciona, por conseguinte, que o que vem diferenciar as concepções dos filósofos gregos da concepção do gramático alexandrino, Dionísio, é o fato de que, para este, a preocupação com a língua era de ordem literária, enquanto que, para os primeiros, a preocupação estava no âmbito da filosofia e da lógica.

Neves (2002) afirma que o que se credita a Dionísio advém não somente do autor, mas de toda uma escola de pensadores, a Escola de Alexandria. Sendo assim, este gramático, conforme a autora, foi apenas o responsável pela divulgação desse conhecimento, visto que toda a Escola de Alexandria passou a descrever e a comentar os aspectos encontrados nos textos antigos, por exemplo, a respeito da métrica, da ortografia e da pronúncia.

Ampliando as partes do discurso trazidas pelos filósofos gregos, Dionísio chega, em sua gramática, a oito partes do discurso ou, como se determina atualmente, de classes de palavras. Além dessa ampliação, a *Tékne*, diferentemente dos estoicos, une em uma só classe os nomes *próprios* e *comuns*, separa o *verbo* do *particípio*, bem como define o *pronome* e as *preposições* como classes independentes de artigos e conjunções (CORRÊA, 2010). Para o mesmo autor, “essa reorganização é considerada sua maior contribuição, usada até fins da Idade Média” (CORRÊA, 2010, p. 4).

Para Corrêa (2010), a ampliação das partes do discurso pelo gramático Dionísio pode ser vista da seguinte maneira: *nome (ónoma)*, *verbo (rhêma)*, *artigo (árthron)*, *pronome (antonymía)*, *preposição (próthesis)*, *advérbio (epírrhema)*, *conjunções (sýndesmos)*, além do *particípio (métoché)*, que, atualmente, segundo esse mesmo autor, não está distinguido como uma classe à parte, mas associado ao verbo.

Como já elucidado, a sintaxe não foi centro de atenção na *Tékne*, de Dionísio, ficando a cargo de Apolônio Díscolo (no século II a. C.) abordar o referido assunto. É importante pontuar que esse gramático formulou a primeira teoria sintática de estudo da língua grega.

Diferentemente dos filósofos gregos, Apolônio Díscolo não tratou de problemas filosóficos da linguagem. Dessa maneira, não se ateve a buscar a origem da linguagem, bem como não se preocupou com as relações entre a linguagem e o pensamento (*analogias* e *anomalias*). Nem tampouco tentou definir a natureza da gramática (*ciência* ou *arte*). Todas essas questões ficaram a cargo dos seus antecessores, dentre eles, o gramático Dionísio o Trácio (NEVES, 2002).

Ao se afirmar que Apolônio Díscolo foi o responsável por estudar a sintaxe da língua grega, não significa dizer, necessariamente, que esse gramático se deteve somente a esse aspecto da língua. Muito pelo contrário, pelo que evidencia Neves (2002), o gramático tratou de quase todos os fatos da língua. Assim sendo, “dizer que a ele se deve atribuir, especialmente, a introdução da sintaxe nos estudos gramaticais não significa entender que ele estudou apenas a combinação dos termos” (NEVES, 2002, p. 62). Além da sintaxe, o estudioso também tratou dos seguintes aspectos:

Questões diacrônicas (Dos acidentes, onde se estudam alterações que afetam a forma das palavras como apócope, a sinérese etc.); *questões estilísticas* (Das figuras; Das figuras homéricas); tratou, ainda: a ortografia (Da ortografia); a prosódia (Da prosódia); os dialetos (Dos dialetos dórico, jônico, eólico, ático). E tratou tanto os elementos (Dos elementos) quanto as partes da oração (Da divisão das partes do discurso; Dos nomes; Dos verbos; Dos participios; Do artigo; Do pronome; Da preposição; Dos advérbios; Das conjunções) (NEVES, 2002, p. 62, grifos da autora).

Para Neves (2002), apesar de Apolônio Díscolo deter-se a vários aspectos de estudo da língua e, portanto, ter uma vasta produção, apenas quatro obras dele chegaram até nós, sejam elas: *Do pronome*, *Das conjunções*, *Dos advérbios* e *Da Sintaxe das partes do discurso*². O que se fala sobre todas as suas obras foi recuperado pela leitura de Prisciano, que é responsável por citar e retomar Apolônio Díscolo (NEVES, 2002).

Mesmo com uma produção significativa, sua história se constrói, de fato, pelo tratamento dado à sintaxe, que, até então, não fora considerada pelos gramáticos alexandrinos. Para Apolônio Díscolo, o interesse recaía na relação que se estabelecia entre as partes do

² Para Neves (2002), “As obras supérstites de Apolônio Díscolo estão editadas por B.G. Teubner, em *Grammatici graeci*, 1867-191, com aparato crítico e comentários de G. Uhlig e G. Schneider. As obras *Das conjunções* e *Dos advérbios* também estão editadas por Bekker, 1965. Nessa edição, encontram-se, ainda, os escólios sobre Dionísio o Trácio” (NEVES, 2002, p. 62).

discurso “uma vez que a língua é considerada uma série de elementos relacionados, e a sintaxe é vista como conjunto de regras que regem a síntese dos elementos” (NEVES, 2002, p. 63).

Em seu livro, *Da Sintaxe*, Apolônio Díscolo afirma que sua exposição compreenderá a construção (**sýntaxis**). Essa sintaxe abarcaria, dessa forma, todos os níveis, o que vem a “construir um conjunto de regras que a norteia, visto que, para o autor, a língua é formada por um conjunto de elementos relacionados. Porém, é na oração completa que a sintaxe de Apolônio deter-se-ia com maior ênfase” (NEVES, 2002, p. 70).

Como se sabe, os romanos incorporaram a Grécia e seus territórios, no século II a.C.. A partir disso, toda a cultura grega passou a ser incorporada pela elite romana, que se dedicou, entre outras coisas, a aprender a língua e a literatura dos gregos. Nesse sentido, os romanos também passaram a utilizar a gramática grega como parâmetro.

Nesse período, de acordo com Faraco (2008), a cultura romana caminhava em direção ao Império e, conseqüentemente, para uma centralização do poder. Tendo recebido os estudos alexandrinos muito bem, os romanos adotaram o normativismo dos gregos para a fixação de um latim modelar. E, nessa fixação, os latinos adotaram, como referência, a linguagem utilizada pelos prosadores e poetas consagrados da época.

Tem-se, pois, como primeiro gramático latino, Varrão, com sua gramática *De Língua Latina*, cuja principal contribuição são as reflexões a respeito da relação entre *anomalia* e *analogia*, já iniciadas com os filósofos gregos, com diferenças significativas entre ambos. Enquanto Varrão tentou conciliar o estudo da *anomalia* e da *analogia*, os gregos se detiveram no estudo da diferenciação entre uma e outra. Outra contribuição de grande relevância de Varrão reside na diferenciação entre o que se denomina de *derivação* e *flexão*, categoria formulada pelo autor (FARACO, 2008).

Embora Varrão seja considerado o primeiro gramático da língua latina, e de se considerar a sua grande relevância nos estudos gramaticais latinos, a obra de maior destaque em língua latina, e que se tornou a base de referência em gramáticas posteriores, foi à obra gramatical *Ars grammatica*, de Élio Donato, gramático que viveu durante os anos de 310-365 d.C. (FARACO, 2008).

Outro gramático latino de grande relevância foi Prisciano, com sua gramática *Institutiones Grammaticae* (Fundamentos Gramaticais). Essa gramática consistia em uma grande síntese de toda a tradição greco-latina. Para Faraco (2008), na época em que Prisciano escreveu sua gramática, o Império Romano encontrava-se todo fragmentado. Em decorrência disso, toda a produção intelectual estava reduzida, devido à decorrência da instabilidade social

da época. Assim sendo, sua gramática do latim passa a ser adotada como a grande referência do latim durante todo o período medieval.

Já na visão de Corrêa (2010), a gramática de Prisciano poderia ser entendida como menos original que as de seus antecessores, Varrão e Donato, haja vista que, para essa autora, a obra de Prisciano era quase uma tradução da gramática de Dionísio, somadas, também, aos estudos de sintaxe de Apolônio Díscolo e Herodiano.

No que tange à cultura gramatical, na visão de Vieira (2015), Prisciano conseguiu articular o legado grego, representado por Dionísio, Apolônio e Herodiano, a toda uma tradição latina. Toda essa relação pode ser compreendida como um grandioso projeto greco-romano, pautado em “reflexões sobre a linguagem e acabou se estendendo por todos os gramáticos latinos que o sucederam, a despeito de haver particularidades de contexto histórico e social e também relativas às idiossincrasias estruturais das línguas grega e latina” (VIEIRA, 2015, p. 104).

Prisciano, assim como os gregos, adota o sistema de oito classes de palavras, da mesma forma que Varrão e Donato substituíram o *artigo* pela *interjeição*. Tendo as oito classes de palavras como foco de estudo, conforme Fortes (2010), Prisciano passa a descrever, de forma intensa, essas classes de palavras, em quinze dos dezoito livros. De acordo com Robins (1979), o autor da *Institutiones Grammaticae* faz referência ao grego, mas o que é mais interessante é o fato de que, nas últimas cem páginas, dedica-se básica e exclusivamente a comparar as duas línguas: o grego e o latim.

De modo geral, a obra de Prisciano se caracteriza pelo fato de apresentar, como característica básica, a descrição pormenorizada do latim de autores clássicos. Além disso, o arcabouço teórico de Prisciano, como já mencionado, serviu de base para as teorias gramaticais do período e, ainda hoje, se coloca como o modelo de gramáticas contemporâneas.

Além de evidenciar o fato de que as gramáticas latinas continuaram de forma inalterada durante toda a Idade Média, Fortes (2010) destaca que as sistematizações de Donato e Prisciano, as principais autoridades em gramáticas de seu tempo, pouco foram modificadas.

Com isso, as primeiras gramáticas do português foram erguidas a partir da doutrina gramatical greco-romana, tomando por base não somente gramáticos, como no caso de Fernão de Oliveira (1536), que também citou “historiadores, geógrafos e filósofos” (LEITE, 2007, p. 116). Ao se falar das primeiras gramáticas de língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540), torna-se essencial destacar a filiação que essas

gramáticas têm com suas antecessoras. Ao contrário de Oliveira (1536), Barros (1540) “não faz referência direta a nenhuma de suas fontes e, apenas genericamente, atribui algumas ideias a gramáticos gregos e latinos” (LEITE, 2007, p. 116).

Em sua gramática, *grammatica da lingoagem portuguesa*, Oliveira (1536) fez referências de forma genérica. Isso porque, para Leite (2007), as citações não eram precisas, no que diz respeito à indicação completa da obra “pois o normal era a referência ao nome do autor de quem tomou a ideia e, às vezes, ao livro (volume), se a obra integrasse um conjunto” (LEITE, 2007, 116).

Para Assunção e Santos (2009 *apud* NOGUEIRA 1933, 7), a gramática de Oliveira, datada de 1536, “foi a primeira que se publicou em português; foi a primeira que se publicou do português e de um português; foi a primeira que se publicou do Português em Portugal”. Esta gramática é considerada a primeira a *gramatizar* a língua portuguesa, consistindo em um estudo ensaístico, pautado em um conjunto de reflexões, distribuídas em 50 capítulos. Por ser um ensaio, segundo Vieira (2015), a obra em tela se afastava de uma gramática *stricto sensu*, fato que levaria, mais tarde, Barros (1540) a tomar para si a autoria da primeira gramática da língua portuguesa.

Ainda com Vieira (2015), apesar de a gramática de Oliveira (1536) estar filiada a uma tradição, ele tenta estabelecer uma terminologia original e inovadora em alguns pontos, ainda que não fugisse dos traços principais do *paradigma*³; ou seja, não perde de vista a tradição latina de *gramatização*⁴. Essa gramática destaca-se, portanto, pelo seu caráter inovador na abordagem, no que tange à descrição dos aspectos *fonético/fonológico, morfológico e sintático* da língua portuguesa do século XVI.

Para Vieira (2015), o arcabouço descritivo da obra de Oliveira (1536) apresenta uma divisão em três partes, apesar de não ser fácil a identificação delas. Na primeira, o autor dedica-se ao estudo das “letras”, fazendo uma descrição da pronúncia e da grafia. Na segunda parte, é construída uma descrição da normatização da estrutura da sílaba do português. A última fica destinada à morfologia (classes de palavras, processos de formação de palavras, derivação, flexão e acento).

De forma sintética, a gramática de Oliveira (1536) apresenta as características arroladas abaixo:

³ Para Vieira (2015), é entendido como o uso da língua distante de uma realidade linguística, ou seja, está atrelado a um arcabouço teórico-descritivo avesso aos estudos linguísticos contemporâneos.

⁴ De acordo com Auroux (2008), é um o processo de origem renascentista, com base na tradição greco-latina, de descrever e instrumentar as línguas ocidentais a partir de duas tecnologias metalinguísticas: a gramática e o dicionário.

a) esboça uma história da língua portuguesa; b) faz uma descrição articulatória do sistema consonantal, vocálico e silábico do português; c) fixa um alfabeto para a língua; d) tenta realizar uma lexicologia do português; e) apresenta uma classificação e uma teoria de composição de palavras (VIEIRA, 2015, p. 144).

Para Assunção e Santos (2009), diferentemente de Barros (1540) e Nebrija (1492), gramáticos também renascentistas, Oliveira (1536) omite a parte dedicada à retórica, apesar de fazer alusão, de passagem, a qualquer coisa a ela relacionada, como a prosódia e as dicções figuradas.

Além da obra de Oliveria (1536) se destacar por ser a primeira gramática sobre o português, ela também tornou-se referência pelo fato de observar as formas em relação às formas, as formas em relação aos sentidos linguísticos, além dos usos, podendo estes se apresentar de formas regular e irregular, abrindo espaço para a busca de explicação para todos os usos da língua: regulares e irregulares.

De modo geral, apesar de o gramático apresentar certa originalidade, tem-se ainda uma grande vinculação com a teoria gramatical antecedente, isto é, ele ainda estava alicerçado na teoria gramatical greco-latina. Isso pode ser explicado pelo fato de ser o único conhecimento ocidental. Porém, era inovador no sentido de que, já naquele contexto, tinha, como foco de estudo, os usos, vistos como irregulares. Assim, Batista (2010) argumenta que a gramática de Oliveira (1536) vem a possibilitar a compreensão de um momento da história da gramática ocidental, momento este caracterizado pelo processo cumulativo e não de rupturas, mantendo, com isso, os saberes construídos, até então, por seus antecessores.

Outro instrumento de *gramatização* do português de grande destaque durante o século XVI foi a *Grammatica da língua portuguesa*, de João de Barros (1540). Nessa gramática, Barros, segundo Borges Neto (2009b), mantém inalterada a teoria da linguagem desenvolvida a partir das concepções aristotélicas, acrescentado as contribuições dos estóicos e passando pelos estudos gramaticais alexandrinos. Nesse sentido, Barros (1540) constrói uma gramática que espelhava, eminentemente, o modelo latino, apesar do caráter pedagógico, o que, por sua vez, a fez ganhar trânsito escolar.

Barros (1540) entendia que a gramática do português serviria como pano de fundo para o ensino do latim, sendo a sua gramática um espelho fiel da gramática latina, “diferentemente de Oliveira (1536) que talvez por não ter tido esse compromisso pedagógico, pôde ter ousado mais na criação terminológica” (VIEIRA, 2015, p. 147).

Assim como Oliveira (1536), Barros (1540) estabelece uma concepção de gramática ligada à arte, dividindo a sua obra em quatro partes, quais sejam: *ortografia*, *prosódia*,

etimologia e sintaxe. É, pois, na etimologia, que o autor faz uma análise tanto das flexões nominais quanto verbais, além disso, adapta as partes do discurso greco-latino para a língua portuguesa.

A exemplificação na obra de Barros (1550), de acordo com Vieira (2015), era feita de acordo com os domínios da moral, da religião, do sentimento cívico, da ciência, da história e da filosofia. Essa prática serviu de inspiração para várias outras gramáticas posteriores. Além disso, esse autor inaugura um movimento que seria, posteriormente, seguido por outras gramáticas, que é uma latinização do português, introduzindo “expressões e construções sintáticas novas, emprestadas do latim, para que a língua portuguesa, agora língua do Estado, adquirisse feição nobre, erudita” (VIEIRA, 2015, p. 148). Dessa maneira, acabou passando a ser considerada como a mais latina das gramáticas da língua portuguesa.

Portanto, durante o século XVI, teve-se duas gramáticas que, embora muito próximas, apresentavam diferenças significativas, no que diz respeito ao tratamento dado à língua. Enquanto a gramática de Oliveira (1536) tinha o intuito de apresentar as diferenças entre o latim e o português; a gramática de Barros (1540), pelo contrário, tinha como objetivo mostrar a relação entre as duas línguas.

No Brasil, segundo Cavaliere (2002), a produção gramatical pode ser vista a partir de quatro períodos. O primeiro deles, *o embrionário*, marcado pelo século XVI, com a publicação da gramática de Anchieta (1595), indo à publicação da *Epítome de gramática portuguesa*, de Antônio Morais Silva (1806). O segundo, *oracionalista*, marcado pela publicação da *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1881). *O científico*, terceiro período, que se inicia em Júlio Ribeiro, terminando com a publicação de *Princípios de linguística geral*, de Matoso Câmara Jr. (1970), e, o quarto, *período linguístico*, marcado pela publicação da referida obra de Matoso Câmara Jr., chegando aos dias atuais.

Entretanto, em texto mais recente, Cavaliere (2014) periodiza a gramaticografia brasileira em apenas dois períodos: *o racionalista* (século XIX) e *o científico* (século XX).

O período *racionalista* (século XIX) foi influenciado pelas teses racionalistas, herdadas diretamente da *Gramática de Port Royal*, sendo, por essa razão, marcado predominantemente pelo prescritivismo. Isso pode ser comprovado quando Cavaliere (2014) evidencia que os textos desse período pautavam-se em:

excessivo pendor normativo, traduzido didaticamente na postura mimética do bem escrever à luz dos cânones da literatura portuguesa, não obstante inúmeros compêndios de língua vernácula europeus já desenvolvessem estudo analítico dos fatos linguísticos sob o manto de novas teses comparativistas (CAVALIERE, 2014, p. 58).

Há algumas críticas a esse período da gramaticografia brasileira, dentre elas, pode-se citar, de acordo com Cavaliere (2002), a pouca ou nenhuma atenção dada ao estudo do Português Brasileiro, de modo que as gramáticas produzidas nesse contexto resumiam e copiavam as regras e os modelos de língua dos compêndios portugueses. Observa-se tal característica nas palavras de Vidal Neto (2010):

A produção gramatical anterior a estabelecida por Ribeiro teve o português de Portugal como único referencial relativamente referente à norma linguística a ser prescrita em suas gramáticas. Ou seja, todas as gramáticas produzidas no Brasil até então estabeleciam como possibilidade de *uso* aquilo que era prescrito como correto pela norma linguístico-gramatical lusitana. Não tínhamos, portanto, no Brasil, até a publicação da Grammatica, em 1881, nenhuma gramática que registrasse marcas do Português *usado* no Brasil (VIDAL NETO, 2010, p. 81).

Os nomes mais expressivos da gramaticografia brasileira, durante o século XIX, antes de Júlio Ribeiro, estão sumarizadas no quadro abaixo:

Quadro 1- Gramáticas brasileiras do século XIX

Autor	Obra	Ano
Antônio Morais Silva	<i>Epitome da grammatica portugueza</i>	1806
Frei Caneca	<i>Breve Compendio de Grammatica Portugueza</i>	1817-1819
Soares Barbosa	<i>Grammatica philosophica da língua portugueza</i>	1822
Antônio da Costa Duarte	<i>Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza</i>	1829
Antônio Álvares Pereira Coruja	<i>Compendio de Língua Nacional</i>	1835
Oliveira Condurú	<i>Grammatica Elementar da Língua Portugueza</i>	1850
Pe. José de Noronha N. Massa	<i>Grammatica Analítica da Língua Portugueza</i>	1869
Francisco Sotero dos Reis	<i>Grammatica portugueza</i>	1866
Júlio Ribeiro	<i>Grammatica portugueza</i>	1881
João Ribeiro	<i>Grammatica portuguesa</i>	1887

Alfredo Gomes	<i>Grammatica portuguesa</i>	1887
Manuel Pacheco da Silva Jr & (Boaventura) Lameira de Andrade	<i>Grammatica da língua portugueza</i>	1887
Maximiniano Maciel	<i>Grammatica Analytica</i>	1887
Ernesto Carneiro Ribeiro	<i>Serões Gramaticais</i>	1890

Fonte: Vieira (2015).

Diferentemente do período *racionalista*, o *científico* foi marcado diretamente pelas teses comparativistas, caracterizado por aliar, dessa maneira, duas perspectivas distintas, tanto a descritiva quanto a prescritiva. Comprovando essa assertiva, Cavaliere (2014) destaca que:

As melhores gramáticas brasileiras do período científico, a despeito de terem efetivo caráter prescritivo, jamais se desviaram totalmente de um escopo descritivo, o que lhes dá feição híbrida, descritivo-prescritiva, bastante diferente do que caracteriza os compêndios normativos que se limitam a arrolar gratuita e sinteticamente as regras do uso correto da língua (CAVALIERE, 2014, p. 32-33).

O mesmo autor segue afirmando que “a feição genérica da gramática brasileira do período científico, espelha uma formulação em que coexistem os aspectos *universal*, *descritivo e prescritivo*” (CAVALIERE, 2014, p. 33). Nesse sentido, não havia espaço para o estudo da gramática por outra perspectiva, como a mentalista, durante o período científico. Os textos nesse contexto tinham como foco de estudo a *fonologia* (que trata dos elementos materiais) e a *morfologia* (voltado para os elementos orgânicos).

De modo resumido, a dupla feição que as gramáticas do período *científico* apresentavam cumpre, de modo específico, a função de descrever e investigar a ciência da linguagem, tarefa primordial de uma nova ciência, a linguística; bem como a função de prescrever e interpretar fatos linguísticos, segundo uma tradição pedagógica dos compêndios gramaticais.

A gramática científica tinha, pois, como foco de investigação, a palavra, observada em todos os seus aspectos. Desse modo, à lexicologia cabia estudar a palavra de forma isolada, ao passo que cabia à sintaxe verificar a relação dessas palavras na proposição. Entretanto, cumpre salientar que, nesse mesmo período, os elementos ortográficos foram desvinculados da *fonologia*, o que, por sua vez, causaria, ao longo dos anos, certo desprestígio dos elementos fonológicos em detrimento dos ortográficos.

Quanto à *sintaxe*, é importante destacar que, durante o período *científico* brasileiro, ela não era vista como uma entidade abstrata, pelo contrário, exercia a função de atributo à

palavra, sendo sua determinação definida pelas relações vocabulares tanto inter quanto intraoracionais. A esse respeito, Cavaliere (2014, p. 38, grifos do autor) pontua que é comum a subdivisão da “sintaxe em *relacional (ou léxica)*, que considera as palavras especificamente em suas relações dentro da frase, e *fraseológica (ou lógica)* que estuda em conjunto, dentro da proposição ‘considerada em sua estrutura’”. Mais à frente, o autor destaca que a “sintaxe *relacional* cuida do estudo da palavra na proposição, seja quanto a sua função, seja quanto as suas relações com outras, aí incluída a concordância” (CAVALIERE, 2014, p. 38, grifo do autor).

Uma característica marcante nos textos no período *científico* foi a dialética da gramática como *arte* e como *ciência*. As gramáticas passaram a incorporar, em suas páginas, a relação entre *ciência* e *arte*, fruto de uma tarefa dual trazida pelo movimento histórico-comparatista (que trouxe para as gramáticas as teses e teorias advindas da Ciência Linguística), tendo a gramática, no século XX, duas funções: a de pesquisar e a de ensinar língua. Antes disso, como já dito, os textos apresentavam um teor meramente pedagógico, ocupando-se quase que exclusivamente da educação linguística com forte tendência normativista (século XIX).

Esse novo momento da gramaticografia brasileira do século XX contribuiu para uma mudança de atitudes, haja vista que se buscava trazer para a investigação sobre língua as teses recentes das diversas áreas do conhecimento, principalmente da Biologia de Darwin. Surge dessa nova perspectiva um novo olhar para a gramática, um olhar não somente contemplativo, mas também analítico.

Algumas das principais gramáticas desse período e que apresentam as características arroladas acima podem ser vistas, de forma cronológica, no quadro baixo:

Quadro 2 – gramáticas brasileiras do século XX

Autor	Obra	Ano
Eduardo Carlos Pereira	<i>Grammatica Expositiva</i>	1907
Firmino Costa	<i>Grammatica portugueza</i>	1920

Said Ali	<i>Grammatica secundaria da língua portuguesa, Grammatica elementar da língua portuguesa, Grammatica histórica da língua portuguesa</i>	1921 a 1923 ⁵
Napoleão Mendes de Almeida	<i>Gramática metódica da língua portuguesa</i>	1940- 2010
Rocha Lima	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>	1957- 2010
Artur de Almeida Torres	<i>Moderna gramática expositiva da língua portuguesa</i>	1959-1981
Gladstone Chaves de Melo	<i>Gramática fundamental da língua portuguesa</i>	1967-1980
Evanildo Bechara	<i>Moderna gramática portuguesa</i>	1961-2009
Domingos Paschoal Cegalla	<i>Novíssima Gramática da Língua Portuguesa</i>	1962-2008
Celso Cunha & Lindley Cintra	<i>Nova gramática do português contemporâneo</i>	1985-2013

Fonte: Vieira (2015).

Como pode ser visto no quadro acima, algumas das gramáticas mais expressivas do século XX foram reeditadas recentemente, como é o caso de Evanildo Bechara (2009), Domingos Paschoal Cegalla (2008), Celso Cunha & Lindley Cintra (2013), Napoleão Mendes de Almeida (2010), Rocha Lima (2010). Além dessas, outras gramáticas de referência do Português Brasileiro vieram a lume no século XXI. Dentre essas, cita-se: a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos Azeredo (2008), a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini (2010) e a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012).

Como observa Vieira (2015), as gramáticas de Azeredo (2008), Perini (2010) e Bagno (2012) utilizam, em suas descrições, o uso em detrimento da forma linguística, levando em consideração também os aspectos extralinguísticos em suas descrições. Desse modo, se

⁵ Ano da primeira e da última edição, respectivamente. Os demais autores seguem a mesma sistemática.

utilizam de uma abordagem tanto textual quanto discursiva dos fatos gramaticais. Além disso, é possível identificar nessas gramáticas, com veemência, o discurso de mudança, o que, por sua vez, se distancia das concepções gramaticais antecedentes. Todavia, tentam manter uma relação entre o que se coloca como tradição e renovação dos fenômenos linguísticos.

Esse aspecto da renovação evidencia-se, por exemplo, no uso de exemplos para além da literatura, apoiando-se em textos não ficcionais de áreas como a Sociologia, Geografia, História, bem como de revistas e jornais de circulação nacional.

Destarte, esses gramáticos advogam em favor de que todas as variedades da língua portuguesa sejam levadas em consideração. Ademais, defendem que todas as variedades são dotadas de uma estrutura. Concordante com Vieira (2015), essas estruturas apresentam-se funcionalmente adaptáveis aos objetivos de seus falantes. No entanto, esse mesmo estudioso afirma que, apesar de esses gramáticos se utilizarem de certa variedade para a realização de suas descrições, acabam, por essa razão, privilegiando uma variedade em detrimento de outra.

Leite (2014) evidencia que, de forma voluntária e involuntária, todas as três gramáticas supracitadas se encontram fundamentadas na teoria clássica greco-latina, pelo aproveitamento dos conceitos clássicos. Mas, para além disso, todos os autores têm algo a mais a dizer. Esse algo a mais de que fala a estudiosa é a ampliação do escopo de estudo da linguagem, para as noções de discurso e texto. Em suma, os três textos saem em defesa de uma autonomia do Português Brasileiro em detrimento de um Português Europeu, seja na modalidade falada ou escrita. Além desses aspectos, os autores colocam a gramática no âmbito da ciência, assim como a astronomia, a história e a geografia, dentre outras ciências.

Tendo visto o percurso da construção do conhecimento sobre língua neste capítulo, passar-se-á para o próximo, no qual serão abordadas as bases teóricas desta pesquisa, a saber: *Historiografia linguística e modelos de interpretação do conhecimento científico*.

CAPÍTULO 2

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E MODELOS DE INTERPRETAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

2.1 Historiografia Linguística: do surgimento aos dias atuais

De acordo com Nascimento (2005), a HL nasceu como ramificação da Linguística Histórica. A partir disso, veio expandindo seus estudos na área da Linguística, passando a ser entendida como a disciplina que estuda a língua em sua relação com a história e a realidade social.

Assim como a HL, outras três disciplinas também têm como característica básica a reconstrução da História da Linguística, mas não só, a saber: *história da compilação*, *histórias comemorativas* e *história isolada da linguística* (KOERNER, 2014).

A primeira maneira de reconstrução do passado linguístico é a *história da compilação*, que, para Koerner (2014b, p. 18), são “histórias que consideram a evolução da linguística como tendo decorrido de uma forma essencialmente unilateral, como forma de compilar os resultados de estudos linguísticos do passado”. Nesse sentido, esse tipo de escrever a história da linguística pode ser interpretado como uma maneira de compilar, isto é, juntar os resultados alcançados anteriormente.

O segundo tipo, *história da linguística comemorativa*, para esse mesmo autor, consiste em “uma atividade de escrita da história, caracterizada pela intenção, por parte do indivíduo ou por um grupo, em lançar uma campanha para se opor a visões anteriormente apreciadas e a doutrinas ainda em vigor” (KOERNER, 2014b, p. 18). Esse tipo de escrita da história da linguística é feito com base no passado, com referência ao presente, isto é, opondo visões anteriormente apreciadas a doutrinas em vigor.

Uma terceira abordagem do fazer história da linguística é: *histórias isoladas da linguística*. Esse tipo de escrita é considerado menos partidária do que os outros dois exemplos apresentados. Nesse modelo, Koerner (2014b, p. 22) afirma que poderia ter sido o “resultado de uma escolha individual, na verdade, parece expressar o esforço de uma geração inteira de investigadores, particularmente na reconstrução de uma disciplina depois de sua quase total destruição após uma guerra mundial”. Enfatiza-se, portanto, nesse tipo de escrita da história da linguística, a continuidade do progresso da disciplina.

A quarta abordagem, a HL, na qual esta pesquisa está inserida, pode ser compreendida, de acordo com Koerner (2014b), como:

a apresentação do nosso passado linguístico como uma parte integrante da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos[...]. Este quarto tipo, hoje normalmente designado de historiografia linguística não deveria ser meramente subserviente à disciplina, mas deveria assumir uma função comparável à da história da ciência para o cientista das ciências naturais (KOERNER, 2014b, p. 22).

São compreensíveis, portanto, as relações de aproximações e distanciamento que se fazem entre as disciplinas que estudam a História da Linguística, o que não é equivocado em sua totalidade, visto que as relações de semelhanças são muito tênues, apesar de, na atualidade, serem consideradas disciplinas diferentes. Na tentativa de esclarecer as relações de aproximações e distanciamentos entre as disciplinas que estudam a História da Linguística, Nascimento (2005) concebe a HL como a disciplina que:

Integra o universo das áreas do conhecimento que concebem a língua em sua relação com a história e a realidade social, mas não se confunde a História da Linguística nem com a História das Ideias Linguísticas. Embora essas áreas do conhecimento se rotulem diferentes, apresentem perspectivas, princípios, características e procedimentos diferentes, assumam como eixo comum a língua e sua vinculação com fatores históricos e socioculturais, não se opõem, não se mostram estanques, tampouco se apresentam hierarquicamente ordenadas (NASCIMENTO, 2005, p. 11).

A aproximação ocorre pelo fato de conceberem a língua como um fato atrelado à história e ao contexto social em que os fatos linguísticos foram produzidos. Apesar de tal relação, cada uma se utiliza de métodos, princípios e procedimentos próprios, distinguindo-se uma da outra por singularizarem um modo específico de tratamento da língua.

Antes do caráter científico da HL, iniciado especificamente na década de setenta do século XX, o estudo da linguística por um viés histórico data bem antes disso, como bem evidencia Weedwood (2002):

Pensa-se frequentemente na história da linguística como uma disciplina muito nova. Afinal, a própria linguística só se estabeleceu em sua forma atual há algumas décadas. Mas as pessoas vêm estudando a linguagem desde a invenção da escrita e, sem dúvida, muito antes disso [...] na Índia antiga, por exemplo, a necessidade de manter viva a pronúncia correta dos textos religiosos ancestrais levou a investigação da fonética articulatória (WEEDWOOD, 2002, p. 17-18).

Em editorial da revista *Historiographia Linguística*, Koerner observa que, antes do seu caráter de cientificidade, sua prática já havia ocorrido em 1796. A esse respeito, tem-se que:

o pensamento histórico sobre estudos da linguagem ou a tentativa de colocar os fatos linguísticos em uma perspectiva histórica data de pelo menos mais de cem anos. O primeiro registro sobre a história da linguística escrito no mundo ocidental seria de François Thurot, que elaborou, em 1796, um prefácio, *Discours préliminaires*, à obra *Hermès, ou Recherches philosophiques sur la grammaire universelle* (BATISTA, 2013 *apud* KOERNER, p. 21).

A esse respeito, Altman (2012) faz as seguintes considerações:

O fato é que, desde o *Discours préliminaire*, a reflexão retrospectiva sobre questões de linguagem tornou-se uma prática cada vez mais constante em certos círculos acadêmicos ligados a filologia germânica, românica, eslava, e, muito recentemente, também à disciplina linguística *stricto sensu* (ALTMAN, 2012, p. 15).

Apesar da publicação de Koerner (na década de 70) ter marcando o início da HL como uma disciplina científica dentro dos estudos da linguagem, o texto que, metodologicamente, redefine a atividade de pesquisa na disciplina, segundo Altman (2012, p. 18), “foi a introdução de Dell Hymes (1983) à sua antologia de 1974, *Traditions and paradigms*”, muito embora alguns romancistas tenham notado a existência de um outro texto, o de Malkiel (1969) um pouco antes do de Dell Hymes.

Naquele texto, Altman (2012, p. 18) afirma que “Hymes antecipou os pontos que viriam a caracterizar as principais tendências da HL contemporânea”. Por isso, a autora defende o texto de Hymes como sendo, metodologicamente, o introdutor da disciplina, devido ao fato desse trazer os principais princípios e métodos da HL como ciência. Esses princípios, conforme a autora, são: a *autorreflexão metodológica*, *definições intencionais do objeto*, *ampliação do escopo e datação*; *contextualização*; *abertura para a linguística antropológica*, *a história*, *a filosofia* e *a sociologia das ciências*.

A partir de então, começaram a surgir vários trabalhos, inclusive várias antologias, de diversos conteúdos, no tocante à orientação metodológica, proposta no trabalho de Hymes. Dentre esses trabalhos, destacam-se os de autores como: Sabeok (1975), Parret (1976), Schmitter (1987), Auroux (1989, 1992, 2000) Dutz (1993), De Clerq e Desmet(1994), Koerner e Asher (1995), Law (1993), Huller (1990), Swiggers (1999), Koerner et al. (2000), Koerner (1978), Niederehe (1995, 1999, 2005), Stammerjohann (1996), Barriga Villanueva e Perodi (1998) e Esparza e Niederehe (2012) (ALTMAN, 2012, p.19).

Como frisado, o interesse pelos estudos históricos da língua/linguagem não é um fato recente. Desde há muito tempo, vem-se buscando entender os fatos e fenômenos linguísticos do passado, seja com um interesse de reconstruir o passado linguístico, ou mesmo de entender o presente da língua/linguagem, pela perspectiva do passado.

Apesar disso, somente na década de 1970, mais especificamente quando Koerner publica seu primeiro artigo referente à HL em uma revista intitulada *Historiografia Linguística* (1974), a HL foi instaurada como uma disciplina efetiva dos estudos da linguagem. Como bem observa Batista (2013):

A Historiografia Linguística entrou em cena a partir de 1970, com a publicação e divulgação de trabalhos escritos por pesquisadores que ajudaram a introduzir a reflexão a respeito dos estudos sobre a linguagem no amplo e variado campo dos estudos linguísticos, alcançando, assim, sua legitimidade como área de pesquisa (BATISTA, 2013, p.21).

Dos anos 70 em diante, publicações que se utilizam do aporte teórico-metodológico da HL passam a ser cada vez mais frequentes. Além disso, vem ocorrendo publicações com certa regularidade em periódicos, tanto internacionais quanto nacionais, exclusivamente dedicados aos estudos historiográficos da língua.

Dentre os periódicos dedicados a publicações historiográficas, Batista (2013) elenca, como principais: *Historiographia Linguistica* (com início em 1974), *Histoire Épistémologie Langage* (com início em 1979), *Beitrag zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (com início em 1991). Além dessas, consideradas mais tradicionais, esse mesmo estudioso cita a recente iniciativa argentina, com a publicação da *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, datada de 2009.

Somando-se as produções ocorridas em revistas especializadas na área, vários encontros internacionais vêm ajudando na consolidação e divulgação dos resultados referentes à produção intelectual da HL. Dentre alguns desses encontros citados por Altman (2012), destacam-se: *North American Association for the History of the Language Sciences*, *Henry Sweet Society*, *Sociedad Española de Historiografía Linguística*, *Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage*, *Studien kreis Geschichte der Sprachwissenschaft*.

No Brasil, a HL chega a partir da década de 1990, adquirindo um espaço dentro dos centros universitários, principalmente na Universidade de São Paulo (USP), com a professora Dra. Cristina Altman, maior autoridade no assunto, no Brasil. Sobre esse início, Altman afirma que:

Os linguistas brasileiros que eventualmente se dedicaram à revisão das tradições de estudos que os antecederam o fizeram como introdução aos seus manuais de linguística geral ou aos manuais de sua especialidade, como Borba (1967) e sucessivas reedições, Lopes (1993), Miazzi (1972), Scliar-Cabral (1979), Lobato (1986), Faraco (1991), Brandão (1991), Ilari (1992), Mattos e Silva (1994), entre outros (ALTMAN, 2012, p. 18).

Bem antes disso, em meados dos anos de 1975, foi publicada, postumamente, no Brasil, a obra *História da Linguística*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., na qual já se podia perceber um caráter historiográfico da língua. Nessa obra, de acordo com Altman (2012):

Mattoso reviu as tradições clássicas do pensamento linguístico desde a Antiguidade até a tradição estrutural sincrônica, que lhe era contemporânea, passando pela Idade Média, pelo Renascimento, pelos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e por grande parte do século XX (ALTMAN, 2012, p. 17-18).

Ainda para Altman (2012, p. 17), essa obra “é um conjunto de textos originalmente escritos em inglês para um público não brasileiro que, somente alguns anos depois, após a morte do autor, seria traduzido para o português e publicado em forma de livro”. Esse livro, segundo Batista (2013, p. 23), apresenta um “caráter abrangente, com uma perspectiva linear e fortemente orientada para o tratamento da linguística ocidental a partir do século XIX”.

Os textos originais dessa obra foram escritos em 1962, destinados para um curso que o professor Mattoso Câmara Jr. ministrou na Universidade de Washington, em Seattle. Esse mesmo curso foi repetido, em partes, outras duas vezes: uma no Rio de Janeiro, em 1965, no I Seminário Brasileiro de Orientação Linguística, destinado a professores do Ensino Médio, bem como para professores do Ensino Superior; numa segunda ocasião, ocorrida entre 1967 e 1968, no II Instituto Interamericano de Linguística, organizado em parceria com o IV Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Línguas, no México.

Altman (2012) frisa que poucos foram os linguistas brasileiros que, durante as décadas de 60 e 70, se interessaram efetivamente por uma reconstrução do passado linguístico. Até a década de 80, somente a obra de Mattoso poderia ser citada como suficientemente abrangente, elaborada por um linguista brasileiro.

Batista (2013) observa que, apesar da pouca produção no Brasil de linguistas dedicados ao fazer historiográfico, podem ser citados textos sem tanto alcance acadêmico como o de Mattoso Câmara Jr., como: *Introdução à Linguística*, de Florence Carboni, publicado, em 2008, e *Introdução à Linguística Moderna*, de Haroldo Ramanzini, publicado em 1990. Entende-se, pois, que apesar da importância dos dois textos, os mesmos não tiveram

um grande alcance acadêmico, visto que não conseguiram abranger uma parcela considerável de pesquisadores que se dedicavam a temática historiográfica da língua.

Os demais estudos que foram e que ainda estão sendo produzidos são trabalhos esparsos, publicados em revistas, em anais de congresso, bem como em prefácios de obras com outros interesses linguísticos. A esse respeito, Altman considera que os trabalhos produzidos aqui no Brasil sobre a HL têm se desenvolvido:

de forma secundária em relação a outros interesses, tomando frequentemente a forma de uma introdução panorâmica aos manuais de linguística geral [...], ou de capítulo inicial às teses acadêmicas. De maneira geral, essas introduções históricas visam mostrar os avanços da disciplina, ou parte da disciplina, em relação a estágios anteriores (ALTMAN, 2012, p. 15).

Os estudiosos que se dedicam a fazer esse tipo de abordagem da história da linguística fazem reflexões esparsas. Dentre eles, podem ser citados: “José Borges Neto, Dinah Callou, Yonne Leite, Ataliba Teixeira de Castilho, Francisco Gomes de Matos, Erasmo d’Almeida Magalhães, Mattos e Silva, Aryon Dall’Igna Rodrigues entre outros” (ALTMAN, 2012, p. 15). Tais pesquisadores fazem parte do pequeno escopo de linguistas que, de certo modo, se detiveram a reconstrução de um passado linguístico.

No Brasil, os trabalhos linguísticos desenvolvidos na perspectiva historiográfica estão, de certo modo, ligados às propostas de Koerner, Swiggers e Auroux, até mesmo porque, se torna inviável, para não dizer impossível, uma abordagem historiográfica que não se utilize das bases conceituais e metodológicas dos referidos pesquisadores. Isso porque eles são considerados os principais estudiosos da área, bem como os responsáveis pelo caráter científico da disciplina. Batista (2013) afirma que esses autores passam a ganhar espaço dentro dos estudos linguísticos aqui no Brasil, principalmente pelo fato da criação dos primeiros grupos de pesquisa, os quais, nas palavras de Batista (2013, p. 27), “se organizaram prioritariamente em torno de propostas de reconstrução historiográfica de aspectos da pesquisa linguística brasileira”. Os grupos de que fala Batista estão principalmente interessados na reconstrução de nosso passado linguístico.

Os grupos de pesquisa citados por Batista (2013, p. 23) “não compartilham, muitas vezes, dos mesmos métodos e objetivos”. Nesse sentido, apesar de manterem a mesma proposta, divergem em alguns aspectos, principalmente no tocante ao objeto de análise, que pode variar, de acordo com os interesses de cada grupo.

O principal grupo de pesquisa que rastreia nosso passado linguístico, por um viés historiográfico, é o *Centro de Documentação em Historiografia Linguística* (CEDOCH), do departamento de linguística da USP⁶.

Além do referido grupo da USP, o grupo de pesquisas linguísticas que acontecem em torno do *Sedes Sapientiae* e dos cursos de graduação e pós-graduação da PUC-SP e o da Universidade Presbiteriana Mackenzie, refletem sobre aspectos da historiografia da língua portuguesa. No âmbito desses grupos, são produzidos trabalhos, principalmente, acerca da *gramaticografia*, bem como do ensino de língua portuguesa no Brasil.

Há, ainda, grupos que reúnem vários pesquisadores de diversas universidades do Brasil, dentre esses, a *Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística Brasileira* (Anapoll) e o *Grupo de Trabalho em Historiografia da Linguística Brasileira*⁷, sem mencionar a grande contribuição de estudantes de pós-graduação, que, de forma isolada, estão contribuindo com a produção de Dissertações e Teses que reconstróem o nosso passado linguístico.

Organizações consideradas mais recentes também têm contribuído para o desenvolvimento historiográfico. Batista (2013) cita como exemplos dessas organizações o projeto de trabalho internacional na *Asociación de Linguística y Filología de América Latina* (Alfal) e o grupo da *Associação Brasileira de Linguística* (Abralín). Esses grupos mais recentes tiveram um papel importante não somente para o desenvolvimento da disciplina como um todo, mas, principalmente, por assumirem o papel de oficializar as linhas de pesquisa dentro da disciplina.

É importante destacar que foi somente nos anos 2000 que a disciplina passou a fazer parte da grade curricular dos cursos de Letras, isso em poucas universidades, pois, ainda hoje, grande parte das instituições de ensino superior não a ofertam como parte integrante dos estudos linguísticos. As universidades que iniciaram a tentativa de implantar os estudos linguísticos por um viés historiográfico foram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

A Universidade Federal de Goiás (UFG) também se dedica ao estudo da HL. Sob a coordenação do professor Sebastião Elias Milani, foi criado, em 2006, o grupo de pesquisa *Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem* (IMAGO), com várias Dissertações e Teses defendidas e outras tantas em andamento.

⁶ O grupo mantém uma página na Internet com fins de divulgação dos trabalhos realizados pelo grupo.

⁷ Grupo com pesquisadores de todo o Brasil.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) é outra instituição que vem se dedicando ao estudo da HL. Essa instituição possui um grupo de pesquisa em *Teoria da História e Historiografia* (GETH), que visa a propagar as bases teórico-metodológicas da disciplina, valendo-se, para isso, de diversos ciclos de seminários e palestras. Esse mesmo grupo foi responsável por criar, em 2009, a *Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia*.

Recentemente, em 2015, foi criado, na UFPI, o grupo de pesquisa *Historiografia Linguística: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras, sob a coordenação do professor Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos. Esse grupo, apesar de recente, já conta com alguns trabalhos, que, vão desde a iniciação científica ao mestrado. Dentre os trabalhos já produzidos pelo grupo, cita-se os trabalhos de iniciação científica: *Ideias linguísticas em “A língua que falamos”, de Herbert Parentes Fortes* (2015); *Ideias linguísticas de Herbert Parentes Fortes em “A questão da Língua Brasileira”: um olhar historiográfico* (2016), ambos de Silva. No âmbito do mestrado, tem-se o trabalho de Oliveira, intitulado *A questão da história da língua portuguesa na gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno: um estudo historiográfico* (2017), e o trabalho de Pio, cujo título é *Estudo historiográfico do tratamento dado às categorias gênero e número dos substantivos simples na Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2017). Além desses, esta dissertação de mestrado também se junta à produção do grupo.

Batista (2013) aponta alguns trabalhos que tem como objetivo principal evidenciar a presença da HL no Brasil, dentre eles⁸: *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*, de Cristina Altman, 1990; *A historiografia linguística: rumos possíveis*, organizado por Jarbas Vargas Nascimento, 2005; *Retrospectivas e perspectivas da historiografia linguística no Brasil*, de Cristina Altman, 2009; *Historiografia Linguística: princípios e procedimentos*, de Neusa Bastos, 2011; *Dossiê Historiografia da Linguística*, organizado por Cristina Altman e Ronaldo de Oliveira Batista, 2012; *História, estórias e historiografia da linguística brasileira*, de Cristina Altman, 2012; *Historiografia linguística*, de Olga Coelho e Mercedes Saraiva Hackerott, 2012; *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*, de Marli Quadros Leite, 1999; *Fonologia e morfologia da gramática científica brasileira*, de Ricardo Cavaliere, 2000; *História entrelaçada*, coleção organizada por Neusa Bastos e Dieli Palma, já com cinco volumes publicados, 2004-2012; *Línguas gerais: política linguística e*

⁸ Os livros são indicados em itálico, e os capítulos de livros e artigos em periódicos estão marcados por aspas.

catequese na América do Sul no período colonial, organizado por Maria Carlota Rosa e José Bessa Freire, 2003; *A implantação da língua portuguesa no Brasil no século XVI*, Nancy dos Santos Casagrande, 2005; *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*, de Marli Quadros Leite, 2007; *Homenagem: Evanildo Bechara 80 anos*, organizado por Dieli Palma, Mercedes Hackerott, Neusa Bastos e Rosimeire Fascina, 2008; *A linguagem: teoria, ensino e historiografia*, de Carlos Falcão Uchôa, 2008; *Ortografia da língua portuguesa*, com organização de Maurício da Silva, 2009; *Madre Olívia: uma linguista à frente do seu tempo*, organizado por Dieli Palma e Neusa Bastos, 2012; *Uma língua africana no Brasil colônia de seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.*, de Maria Carlota Rosa, 2012; e *Políticas de língua no Novo Mundo*, organizado por Consuelo AlfaroLagorio, Maria Carlota Rosa e José Bessa Freire, 2012⁹.

Este pequeno percurso sobre a HL teve como objetivo principal apresentar o surgimento e o desenvolvimento dessa disciplina dentro dos estudos linguísticos. Diante disso, é importante frisar a grande importância que os pesquisadores e, conseqüentemente, suas produções tiveram para a instauração do caráter de cientificidade da HL. Além disso, cabe evidenciar a importância dela para um maior conhecimento dos estudantes e pesquisadores das diversas áreas dos estudos linguísticos, visto que tal disciplina pode possibilitar uma visão ampla da linguagem. Desse modo, faz-se necessário que as instituições de ensino superior do país se atentem para essa importância, para que seus estudantes saiam com um conhecimento, no mínimo, satisfatório sobre a história da ciência que buscam estudar.

Após ser apresentado o percurso histórico da HL, no próximo subtópico será discutido o conceito e o objeto de estudo dessa área.

2.2 Historiografia Linguística: conceito e objeto de estudo

Altman (2009) compreende a HL como uma disciplina de vocação científica, cujos objetivos principais consistem em descrever e explicar de que forma se produziu e, conseqüentemente, se desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo. Dessa maneira, entende-se que a HL leva em consideração, no momento de análise de um fato linguístico, tanto os aspectos internos quanto

⁹ Apesar da grande quantidade de obras, Batista (2013) observa que não se pretende fazer um levantamento exaustivo da produção da historiografia da linguagem, pois não são citadas todas as traduções publicadas e divulgadas no Brasil, mas apenas os textos que ajudaram a concretizar o desenvolvimento da área no panorama nacional.

os externos, os quais, para Altman (1998), são entendidos como dimensões *internas e externas*, respectivamente. A dimensão interna está atrelada diretamente ao conteúdo linguístico propriamente dito; enquanto a externa diz respeito ao contexto de produção em que o fato linguístico foi produzido.

Diante disso, para Swiggers (2004, p. 115), a HL pode ser definida como o estudo “(crítico e sistemático) da produção e evolução do conhecimento das ideias linguísticas, propostas por ‘atores’ que estão em interação entre si e com o contexto sócio-cultural e político que estão em relação com o passado científico e cultural”¹⁰. Para o mesmo autor, a HL caracteriza-se por ser “estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico”, englobando a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares¹¹. Assim sendo, Swiggers (2004 p. 115) completa que a HL é uma área que rastreia, “de maneira reflexiva, o desenrolar do saber linguístico”¹².

Para Batista (2013), o fazer do historiógrafo da língua, levando em consideração as concepções acima, consiste nas tarefas de descrição e interpretação dos fatos linguísticos. Nessa perspectiva, o mesmo estudioso compreende que a HL é uma disciplina que, utilizando um arsenal metodológico, descreve e interpreta como o conhecimento linguístico foi adquirido, desenvolvido, transmitido e, até mesmo, esquecido no decorrer do tempo.

Além disso, compreende-se a HL como uma disciplina interdisciplinar, que leva em conta uma diversidade de aspectos, dentre os quais, os sujeitos, ou, como bem coloca Swiggers (2004), os “atores”, além da rede de relações que envolvem esses atores. Atrelado a isso, os aspectos sociais, políticos, históricos e culturais também são considerados, a fim de se ter uma maior e melhor compressão dos fatos linguísticos em análise.

Compreendendo que o fazer historiográfico, de acordo com Koerner (1989a), pode dar-se por *continuidades/descontinuidades*, alguns estudiosos da filosofia da ciência trazem a lume, no século XX, reflexões a respeito da evolução do conhecimento científico. A partir dessas reflexões, várias ciências passam a utilizar-se de tal arsenal teórico-epistemológico, dentre elas, a Linguística. Contudo, cumpre esclarecer que as proposições do desenvolvimento do conhecimento científico, trazidas no século XX, foram pensadas, em sua

¹⁰ “el estudio (sistemático y crítico) de laproducción y evolución de ideaslingüísticas, propuestas por actantes, que estáneninteracción entre sí y com un contexto socio-cultural y político y que estánenrelación com supasado científico y cultural” (SWIGGERS, 2004, p. 15, tradução nossa).

¹¹ Tradução de Cristina Altman: História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações.

¹² “de manera reflexionada, eldesarrollodel saber linguístico” (SWIGGERS, 2004, p. 115).

gênese, para as ciências físicas e naturais. Posteriormente, as discussões foram aplicadas às ciências humanas e sociais.

Dito isso, passar-se-á para o próximo subtópico, no qual serão discutidos dois modelos de interpretação (o modelo kuhniano e o modelo fleckiano) do conhecimento científico do século XX, assim como os críticos ao modelo kuhniano. Esses modelos são bases para a compreensão do processo de conservação e mudança na HL.

2.3 Modelos de interpretação da história das ciências

A Estrutura das Revoluções Científicas, de Thomas Kuhn (2013), como se sabe, vem a ser a responsável por iniciar o debate a respeito da evolução da ciência e sua história. Todas as ideias presentes em seu livro foram pensadas para as ciências físicas e naturais, e não necessariamente para as ciências humanas e sociais. Isso vem a se tornar, posteriormente, motivo de crítica à aplicabilidade de suas concepções a essas últimas ciências.

Para Kuhn (2013), o desenvolvimento da ciência não se dá de forma progressiva e cumulativa, mas por disputas de teorias e de métodos, o que caracteriza aquilo que o autor chama de *rupturas*. Essas rupturas, na evolução do conhecimento científico, são chamadas por Kuhn de *revoluções científicas*¹³, o que vem a colocar em questão as concepções anteriores às do autor, como a de que a evolução do conhecimento científico se dava de forma linear e cumulativa. As *revoluções científicas* de que fala o autor são responsáveis por dar origem à ideia de *paradigma*¹⁴.

Cumprе ressaltar, ainda, que esse processo de *ruptura* nas ciências se dá somente nas *ciências amadurecidas*, sendo que só se poderia considerar uma ciência amadurecida aquela que, de acordo com autor, tivesse ultrapassado o estágio anterior, denominado de *pré-paradigmático*. Nesse período, várias teorias estariam em disputa, na tentativa de conseguir adesão da comunidade científica. Desse modo, o período *pré-paradigmático* pode ser entendido como o período da ciência marcado por uma divergência teórico-metodológica de pesquisadores e de grupos de pesquisa. Essa fase pode ser entendida, também, como a *pré-história* de uma determinada ciência. Além disso, o autor evidencia que a transição de um

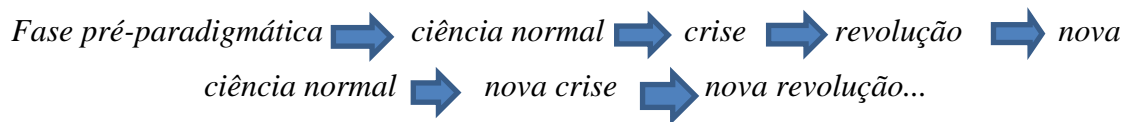
¹³ De acordo com Kuhn (2013), as revoluções científicas são “aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KUHN, 2013, p. 177)

¹⁴ Na visão de Kuhn (2013), um paradigma pode ser compreendido como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2013, p. 53).

paradigma para outro não é obtida por meio de uma articulação com o velho paradigma, mas a partir de uma reconstrução da área, através de novos princípios.

Passando a fase *pré-paradigmática*, uma determinada ciência adquire um novo paradigma, iniciando, assim, o período chamado de *ciência normal*. Kuhn (2013, p. 71) entende como *ciência normal* “as realizações conhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior”. A *ciência normal* é entendida, portanto, como uma atividade que consiste em solucionar o que Kuhn denomina de *quebra-cabeças*.

No entanto, na busca de aperfeiçoamento de um *paradigma*, surgem as *anomalias*, que podem colocar em xeque um *paradigma* em vigor, resultando numa *crise* do *paradigma* e, conseqüentemente, na busca de um novo, através de uma *revolução*. Isso é entendido por Kuhn como um episódio de desenvolvimento não cumulativo, no qual um *paradigma* mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. A visão de Kuhn, em relação ao desenvolvimento do conhecimento científico, pode ser visto pelo seguinte processo sequencial linear.



Fonte: página do professor Chibeni na internet¹⁵

Dessa maneira, compreende-se que a evolução do conhecimento científico, de acordo com Kuhn, dá-se em forma de alternâncias entre *paradigmas* diferentes, e estas disputas de *paradigmas* são responsáveis para a construção do conhecimento.

Altman (1998) observa que, dentre as inúmeras implicações que a proposta de Kuhn trouxe à concepção de ciência, há, em primeiro plano, aquela que atinge diretamente a tarefa a que se propõe o fazer historiográfico de uma disciplina científica: “reconstruir práticas científicas passadas é rastrear seus momentos de continuidade, ou os de ruptura?” (ALTMAN, 1998, p. 27).

A autora defende, nesse sentido, que a produção do conhecimento científico não se dá somente através de acumulação de conquistas passadas, de construção do conhecimento de forma progressiva e em uma mesma direção, mas “o passado informa continuamente o presente” (ALTMAN, 1998,27). Isso implica dizer, portanto, que a construção do

¹⁵ CHIBENI, S. S. Síntese de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-sintese.htm> > Acesso em: 04 de junho de 2017.

conhecimento científico, pode se dar por meio tanto do processo de acumulação quanto de ruptura. Dessa maneira, uma das tarefas da historiografia linguística é:

(re)estabelecer os pressupostos (nem sempre conscientes) que os linguistas do passado trouxeram para suas práticas, bem como as consequências das duas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação sistemática das condições passadas de produção e de recepção do conhecimento linguístico (ALTMAN, 1998, p. 28).

Compreende-se que, dentro da HL, bem como dos estudos sobre a língua e a linguagem de forma geral, faz-se necessário uma busca ao passado para um melhor entendimento dos traços constitutivos do objeto de pesquisa.

Por mais que *A Estrutura das Revoluções Científicas* tenha causado grande impacto nos estudos linguísticos, diversos críticos questionam a aplicabilidade de sua teoria para a história da linguística. Dentre os principais críticos do modelo kuhniano, cita-se Hymes (1974), Percival (1976) e Murray (1993).

Contrariado a ideia de Kuhn, Hymes (1974) propõe a ideia de *cinesuras*. Para ele, não haveria um único paradigma em vigor, afirmando, desse modo que, ao mesmo tempo, em um mesmo período, há vários paradigmas em disputa, os quais se alternam de forma que um se sobrepõe ao outro. Dessa maneira, para esse mesmo autor, “um não suplanta o outro, cada uma das abordagens em linguística dominou o centro, mas não o todo” (HYMES, 1974, p.14).

Para comprovar essa ideia, o teórico mostra seu posicionamento através de exemplos, com os quais evidencia que é possível encontrar uma abordagem dominante convivendo com outras de menor destaque. Além dessa observação feita, outra ideia de Kuhn é negada, a *incomensurabilidade*, haja vista que, para Hymes, as diversas abordagens que convivem em um mesmo período mantêm diálogos entre si. Ainda com o intuito de criticar a proposta de Kuhn, Hymes considera os fatores históricos e sociais, o que, por sua vez, contraria a ideia de paradigma kuhniano. Apesar de tudo, Hymes entende que a noção de *paradigma* não deve ser de todo descartada, pois, para o teórico, ela toca em pontos essenciais das disciplinas científicas.

Outro crítico ao modelo kuhniano é Percival, que, em artigo intitulado *The Applicability of Kuhn "paradigms to the History of Linguistics* (1976), comenta o grande impacto da obra de Kuhn para o desenvolvimento das ciências como um todo. Para esse autor, durante as décadas de 1960 e 1970, o modelo kuhniano teria sido aplicado em duas direções distintas. A primeira deu-se devido à recente emergência da gramática gerativa

transformacional como prova da revolução kuhniana. Na segunda, os historiadores da linguística tinham o interesse em descrever a tradição gramatical ocidental de acordo com a sucessão de paradigmas.

Apesar de observar a importância da obra de Kuhn, Percival, porém, questionou a aplicabilidade do modelo na história da linguística, pois percebeu que, para aplicar o modelo kuhniano, seria necessário mudar a concepção de ciência trabalhada por Kuhn, visto que, para aquele, a linguística não teve, ainda, nenhum paradigma amplamente aceito pela comunidade. Diante disso, ela não poderia ser considerada uma *ciência amadurecida*, nos dizeres de Kuhn. Por essa razão, Percival afirma que a ideia de kuhniana de paradigma não é possível de ser aplicada à linguística.

Murray (1993), outro crítico da proposta de Kuhn, em texto intitulado *Theory Group in Science*, propõe a substituição kuhniana de *revolução científica*, empregando, no lugar, o conceito de *retórica revolucionária*. Com esse propósito, o autor pretende deslocar a ideia de ruptura do campo meramente epistemológico, para outro que leve em consideração as dimensões discursivas da produção do conhecimento.

De acordo com Murray (1993), a *retórica revolucionária* se constituiria a partir da ideia de *ruptura*, ideia essa que norteava os trabalhos que eram realizados por grupos de pesquisadores mais experientes. Dessa maneira, a escolha de retórica de um grupo dependeria de diversos fatores, tais como: *condição de elite*, *idade profissional*, *acesso profissional* dos pesquisadores. Para Murray, na *condição de elite*, dois grupos de pesquisadores, um em situação marginal, bem como os que pertencem a um grupo de elite, adotam uma postura inovadora, postura essa que o autor chama de *retórica revolucionária*.

Sobre isso, Murray destaca que, quando é percebido o “risco” de certo modelo, os indivíduos que pertencem aos grupos marginais são os primeiros a adotá-lo, da mesma forma que, quando a inovação parece ser segura, figuras centrais adotarão a inovação. A *idade profissional* é outro fator importante, conforme Murray, uma vez que diferencia estudantes de profissionais já consagrados. Os primeiros são mais suscetíveis a adotar uma *retórica revolucionária*, pelo fato de não estarem totalmente moldados por um paradigma, tendo, dessa maneira, menos comprometimento institucional e científico. O terceiro aspecto diz respeito à falta de *acesso ao conhecimento* que, na percepção de Murray, pode levar um grupo de pesquisadores, ou até mesmo um pesquisador individual, a adotar uma *retórica revolucionária*, de ruptura, com os grupos já consolidados em um dado campo teórico.

Outro historiador da ciência de grande repercussão no século XX foi o médico polonês Ludwik Fleck, com a obra *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico* (1935). Essa

obra é anterior à de Kuhn, mas só veio ganhar notoriedade posteriormente, quando, em prefácio, Kuhn, o apresenta como um influenciador e antecipador de muitas de suas ideias. Essa apresentação foi o suficiente para que as ideias de Fleck viessem a ser conhecidas pela comunidade acadêmica, passando a influenciar diretamente o pensamento científico a partir de então.

Embora a obra de Fleck tenha ficado fora do alcance da comunidade acadêmica por mais de trinta anos, Schäfer e Schnelle (2010) dizem que a obra do autor, atualmente, em circunstâncias mais favoráveis, ocupa a posição de um clássico da teoria da ciência, podendo ser comparado, em pé de igualdade, a outros pensadores das ciências, dentre eles, Popper, com o livro *Lógica da pesquisa científica* (1934).

Fleck, em seu livro, coloca em questão o conceito de *fato*, visto, até então, como evidente. Para o autor, a ciência não é um contrato formal, mas uma atividade organizada por uma comunidade científica e não por apenas um único indivíduo. Dessa forma, o autor define “o pensamento como uma atividade social por excelência” (FLECK, 2010, p. 98), por entender que o pensamento “não pode, por nenhuma razão, estar completamente localizado dentro dos limites do indivíduo” (FLECK, 2010, p. 98).

Assim sendo, de acordo o pensamento fleckiano, a teoria do conhecimento individualista não leva a um conhecimento real dos fatos, conduz apenas para uma concepção fictícia, inadequada ao conhecimento científico. É, portanto, a partir dessa visão, que Fleck cria os conceitos de *Coletivo de Pensamento* e *Estilo de Pensamento*. O primeiro diz respeito a uma unidade de pensamento dentro de uma comunidade científica, ou de uma unidade de pensamento de uma dada disciplina científica, podendo ser aplicada, neste caso, à gramática (objeto de estudo desta dissertação). O segundo conceito está ligado às bases teóricas, segundo as quais o coletivo de pensamento se constrói.

Dessa maneira, um *coletivo de pensamento*, na visão de Fleck (2010), é compreendido como uma:

[...] comunidade de pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamento, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo de pensamento (FLECK, 2010, p. 82).

Dessa maneira, passa-se a entender o pensamento como uma atividade social por excelência, por compreender que a construção do conhecimento não se dá de forma isolada. A esse respeito, Fehr (2012) diz que o conhecimento:

nunca começa do zero, há sempre uma base, uma história prévia, há sempre outros lugares, outras instâncias, outros indivíduos dos quais provêm as noções utilizadas para formular o pensamento de alguém. Pensar, portanto, é uma atividade genuinamente coletiva que pressupõe troca (FEHR, 2012, p. 40).

Assim sendo, para Fleck, um *coletivo de pensamento* existirá sempre “em qualquer situação em que duas ou mais pessoas estiverem realmente trocando ideias” (FLECK, 2010, p. 87). O autor evidencia, ainda, que um dado sujeito é pertencente a vários *coletivos de pensamento*, o que, por sua vez, faz surgir comunidades de pensamento, muitas vezes, de maneira inconsciente, fazendo surgir novas ideias.

Ainda para Fleck (2010), a construção do conhecimento científico se dá por meio de ligações evolutivas incontestáveis, entendidas pelo médico como *protoideias*, que servem para o desenvolvimento de um fato científico. As *protoideias*, conforme o autor, servem para ocasionar mutações do *estilo de pensamento*. Tais mutações não se dão de forma abruptas, como no pensamento de Kuhn, mas de forma lenta.

Fazendo uma relação entre o pensamento de Kuhn e o de Fleck, percebe-se que os dois veem a construção do conhecimento de forma divergente. Enquanto o primeiro entende que a mudança de um paradigma se dá por meio de rupturas abruptas; o segundo entende que a mudança científica se dá por um processo lento. Outra diferença significativa entre os dois reside no fato de que Kuhn vê a construção do saber científico como um fato individual; já para Fleck, a construção do saber científico ocorre através de uma rede de relações entre um grupo de pesquisadores, ou entre somente dois indivíduos que dialogam entre si.

Ademais, Fleck se destacou como o primeiro estudioso da ciência a enfatizar tanto os aspectos históricos quanto os sociais para a construção do conhecimento científico. Esse enfoque dado por Fleck só vem a ganhar sentido para a compreensão da ciência tempos depois. Portanto, as diferenças entre os dois teóricos podem ser vistas, com mais clareza, nos dizeres de Condé (2012):

Talvez a principal diferença seja que, para Kuhn, a ciência se desenvolve por rupturas radicais e descontinuidades, isto é, através de mudanças de paradigmas, sendo os diferentes paradigmas científicos incomensuráveis. Para Fleck, no entanto, ideias trafegam de diferentes modos entre estilos de pensamento criados pelos diferentes coletivos de pensamento. Existem diferenças ou mutações entre os estilos de pensamento, como caracteriza nosso autor, mas essas são mudanças muito mais gradativas do que radicais, isto é, muito mais evolutivas do que revolucionárias, como afirmado por Kuhn (CONDÉ, 2012, p. 7).

Diante dos modelos de interpretação do conhecimento científico abordados acima, entende-se que o modelo fleckiano é o que melhor se adequa ao estudo da linguagem, principalmente à HL, uma vez que, assim como as ideias de Fleck, o conhecimento linguístico é construído a partir de considerações de fatores sociais e culturais. Nesse sentido, é que se pode concluir que o conhecimento é o resultado sócio-histórico de um coletivo. Dessa maneira, Fleck entende que as mudanças na história da ciência se dão de forma mais evolutiva do que revolucionária, da mesma forma que se entende no escopo da HL.

Visto os dois modelos de interpretação do conhecimento científico, cumpre entender as dimensões de análise desta pesquisa (dimensões *internas* e *externas*), assunto do próximo subtópico.

2.4 Dimensões de análise: *interna* e *externa*

Para os pesquisadores da área da HL, são duas as dimensões de análise consideradas importantes para a interpretação de um fato linguístico: a dimensão *interna* e a *externa*. Dessa maneira, para que a HL se torne um estudo analítico, capaz de evidenciar pontos de vistas, escolhas e procedimentos metodológicos importantes, deve-se, nas palavras de Batista (2013), levar em consideração, além dos elementos internos constitutivos do documento, também fatos históricos, para que se possa, de fato, dar os devidos pesos e medidas para o objeto de investigação.

De modo geral, o que se propõe nada mais é do que uma articulação entre a HL com a história, de tal sorte que esses eixos estabeleçam parâmetros *internos* e *externos*. De acordo com Batista (2013), no enfoque internalista “a pesquisa se volta, então, para a reconstrução dos estudos sobre a linguagem em meio à análise, formulação e reformulação de conceitos teóricos e práticas de tratamento das línguas” (BATISTA, 2013, p. 57). Para esse mesmo autor, ao enfoque externalista “interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área do saber e de suas práticas discursivas, revelando posicionamentos ideológicos, sociais e históricos [...]” (BATISTA, 2013, p. 57).

Diante disso, tem-se, na dimensão internalista, um enfoque do discurso empregado na teoria, escola e autor em análise, bem como se atém ao discurso veiculado. Já na dimensão externalista, o enfoque recai para as estratégias de convencimento de uma comunidade científica a respeito de teorias, métodos, dados e explicações, visto que o desenvolvimento e as tomadas de posições de uma área do saber, neste caso, a HL, não estão isoladas dos acontecimentos sociais (BATISTA, 2013).

Diante disso, do ponto de vista *interno*, o objetivo deste trabalho é analisar e descrever, de forma interpretativa, o tratamento dado à categoria *vozes verbais* em gramáticas brasileiras do século XIX. E do ponto de vista *externo*, objetiva-se verificar os aspectos sociais, políticos e educacionais, além do *clima de opinião*, que circundavam os autores das obras em análise. Sobre este último aspecto, *o clima de opinião*, Koerner (2014b), citando Becker (1873-1945), considera-o particularmente útil, pois possibilita a reconstrução da atmosfera intelectual de um certo período em que dadas ideias floresceram, foram recebidas ou, até mesmo, rejeitadas.

Batista (2013), sobre as dimensões de análise em HL, as quais ele chama de parâmetros de análise, traz que:

a pesquisa em historiografia linguística procura definir parâmetros externos (relativos ao contexto de produção de determinada obra ou trabalho) e internos (relativos ao conteúdo que trata de descrições e explicações dos fenômenos linguísticos) para a análise dos materiais escolhidos como fontes primárias, ainda que isso não se entenda uma divisão rígida entre tais parâmetros, pois o que se coloca é uma observação conjunta da constante relação entre fatores externos e internos (BATISTA, 2013, p. 74).

A pesquisa em HL deve, portanto, na medida do possível, relacionar os fatores externos aos aspectos internos, de tal modo que a divisão não implique na tomada de decisão do pesquisador por um ou outro parâmetro. Dessa forma, o que se propõe é o cruzamento desses parâmetros, destacando em que momento um dado fator externo determinou características internas da obra em análise.

Os aspectos externos em HL são denominados de *clima de opinião*, que pode ser compreendido da seguinte maneira:

Se os argumentos são aceitáveis ou não dependem menos da lógica que transmitem do que do clima de opinião em que são sustentados. O que torna o argumento de Dante ou a definição de Santo Tomás sem sentido para nós não é uma lógica ruim ou falta de inteligência, mas o clima de opinião medieval - essas concepções instintivamente realizadas, em sentido amplo, que Weltanschauung ou visão de mundo - que impuseram a Dante e a São Tomás um uso peculiar da inteligência e um tipo especial de lógica. Para entender por que não podemos seguir facilmente Dante ou São Tomás, é necessário entender (ou como pode ser) a natureza desse clima de opinião¹⁶ (BECKER, 1971 *apud* Koerner, 2014b, p.50).

¹⁶ Ver original em inglês —Whether arguments command assent or not depends less upon the logic that conveys than upon the climate of opinion in which they are sustained. What renders Dante's argument or St. Thomas's definition meaningless to us is not bad logic or want of intelligence, but the medieval climate of opinion – those instinctively held conceptions, in the broad sense, that Weltanschauung or world pat tem – which imposed on

O *clima de opinião*, para Batista (2013), pode ser entendido, também, como uma dimensão social que dialoga com a ideia de que a ciência e os saberes fazem parte de um complexo social, que produzem conhecimento de natureza pública. Assim, compreende-se que o conhecimento não pode ser visto de forma apartada da esfera social que o produziu.

Posto isto, o próximo capítulo discorrerá sobre a metodologia empegada na pesquisa, destacando, principalmente, os critérios de seleção das fontes de estudo, bem com os princípios da HL, adotados para a descrição do fato.

Dante and St. Thomas a peculiar use of the intelligence and a special type of logic. To understand why we cannot easily follow Dante or St. Thomas it is necessary to understand (as well as may be) the nature of this climate of opinion! (BECKER, 1971 *apud* KOERNER, 2014, p. 50, tradução nossa).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Na visão de Swiggers (2009), um trabalho em HL requer metodologicamente plena consciência, por parte do pesquisador, de vários parâmetros que afetam o trabalho. Para o autor, o *corpus* de análise na HL pode ser constituído apenas de uma obra particular de um autor, bem como de toda a produção desse mesmo autor, de um mesmo período ou de períodos diferentes. Além disso, ressalta que esse *corpus* pode, também, ser constituído de obras de diversos autores, situadas em diferentes espaços temporais e geográficos (SWIGGERS, 2009, p. 68).

Neste capítulo, serão apresentados os critérios de seleção das gramáticas analisadas nesta pesquisa, além dos parâmetros e princípios metodológicos da HL, pautados na proposta de Koerner (2014b).

3.1 Critérios de seleção

3.1.1 Critérios de seleção das gramáticas do século XVI, XVII e XVIII

Em um primeiro momento, selecionou-se as fontes secundárias, ou seja, gramáticas e tratados gramaticais portugueses dos séculos XVI, XVII e XVIII. A seleção começou a partir do século XVI, período marcado pela publicação da primeira gramática da Língua Portuguesa, de Fernão de Oliveira, *Gramática da língua portuguesa*, datada de 1536. Após a leitura, constatou-se que a obra não fazia menção à categoria de *voz verbal*, objeto desta pesquisa. Por essa razão, a gramática de Oliveira não foi selecionada para o estudo. Ainda no mesmo século, quatro anos depois, em 1540, foi lançada a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros. Diferentemente da primeira, constatou-se, após uma análise, uma abordagem a respeito da categoria de *voz verbal*, motivo pelo qual foi selecionada para este estudo.

Ainda durante o século XVI, em 1574, Pero de Magalhães Gandavo lança o tratado ortográfico *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa*, no qual não se constatou nenhuma abordagem no tocante à categoria das *vozes verbais*, razão pela qual o tratado não foi selecionado para as fontes secundárias da pesquisa.

Passou-se, posteriormente, para o século XVII, com o intuito de selecionar os textos secundários da pesquisa. Durante este século, apenas dois tratados sobre a Língua Portuguesa foram produzidos. O primeiro data de 1631, de autoria de Álvaro Ferreira de Vera, com título *Ortografia ou modo para escrever certa a língua portuguesa*. Após a análise desta obra, verificou-se que não há uma abordagem a respeito do objeto de pesquisa desta dissertação. Nesse sentido, somente em 1671, foi publicado, em Portugal, outro tratado ortográfico denominado *Ortografia da língua portuguesa*, de autoria de João Franco Barreto que, diferentemente do anterior, traz uma discussão sobre as *vozes verbais*, razão pela qual foi selecionado para o estudo.

No século XVIII, em 1725, Pe. Jerônimo Contador de Argote lança a gramática *Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina*. Após a análise desta gramática, verificou-se uma abordagem a respeito da categoria de *voz verbal*, sendo, pois, selecionada para o estudo. Posteriormente, somente nos anos de 1736 e 1770, foram produzidas gramáticas sobre a Língua Portuguesa, quais sejam: a *Ortografia da língua portuguesa*, de Luís Caetano Lima e a *Arte da gramática da língua portuguesa*, de António José dos Reis Lobato, respectivamente. Logo após uma leitura de ambas, constatou-se a não abordagem do objeto de estudo desta pesquisa, a categoria de *voz verbal*. Por essa razão, essas obras não foram selecionadas para a pesquisa.

A partir disso, se chegou a três gramáticas, produzidas entre os séculos XVI e XVIII, que fazem menção ao fato lingüístico eleito como objeto de estudo desta pesquisa.

Para se ter acesso às gramáticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, selecionadas para o estudo, pesquisou-se no site da *Biblioteca Nacional de Portugal*, site em que estão disponíveis vários documentos que foram produzidos em Portugal a partir do século XI, inclusive gramáticas a partir do século XVI. Nele, os documentos estão dispostos de diversas maneiras: autor, título, data da publicação e todas as obras.

Tendo, pois, o site da *Biblioteca Nacional de Portugal* algumas maneiras de se fazer a busca de um dado documento, optou-se por fazer a busca pela data da publicação. Desse modo, a partir do século XVI, buscou-se ano a ano gramáticas ou tratados gramaticais.

No quadro abaixo, encontram-se oraganizadas as fontes secundárias desta pesquisa:

Quadro 3 – Gramáticas e tratados gramaticais portugueses entre os séculos XVI e XVIII selecionados para estapesquisa

AUTOR	TÍTULO	ANO	SÉCULO
-------	--------	-----	--------

João de Barros	<i>Gramática da Língua Portuguesa</i>	1540	XVI
João Franco Barreto	<i>Ortografia da Língua Portuguesa</i>	1671	XVII
Pe. Jerônimo Contador de Argote.	<i>Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina.</i>	1725	XVIII

Fonte: Feitosa (2018).

3.1.2 Critérios de seleção das gramáticas do XIX

Logo após a seleção das fontes secundárias, passou-se para a seleção das gramáticas brasileiras do século XIX, fontes primárias desta pesquisa. Os critérios utilizados para a eleição das gramáticas podem ser assim sumarizados: i) se foram gramáticas produzidas durante o século XIX; ii) se foram escritas por um autor brasileiro; iii) sendo escrita por brasileiros, se tratavam do conteúdo específico relativo à nossa Língua Portuguesa, visto que, nessa época, apesar de já se ter começado a pensar a questão da *nacionalidade*, qualquer expressão que não seguisse os modelos da língua da nossa pátria-mãe era considerado *brasileirismo* e, portanto, um vício de linguagem; iv) gramáticas, cujos autores dizem seguir os pressupostos da recém inaugurada Linguística Histórico-Comparativa, que procuraram romper, segundo Fávero e Molica (2006), com o modelo das anteriores, fundado na tradição greco-latina. A partir desses critérios, chegou-se às seguintes gramáticas:

Quadro 4 - Gramáticas brasileiras do século XIX selecionadas para esta pesquisa

AUTOR	TÍTULO	ANO
Júlio Ribeiro	<i>Grammatica Portugueza</i>	1881
Pacheco da Silva Júnior e Lameira Andrade	<i>Grammatica da Língua Portugueza</i>	1887
Alfredo Gomes	<i>Grammatica Portugueza</i>	1887
João Ribeiro	<i>Grammatica Portugueza</i>	1887

Maximino Maciel	<i>Grammatica Descriptiva</i>	1887 ¹⁷
-----------------	-------------------------------	--------------------

Fonte: Feitosa (2018).

Quantitativamente, após os critérios de seleção elencados para a obtenção do *corpus*, chegou-se a um número de 08 fontes de análise, sendo 03 elencadas como fontes secundárias e 05 como fontes primárias.

3.2 Princípios e parâmetros metodológicos da Historiografia Linguística

No que diz respeito aos princípios e metodologias da HL, Koerner observa que “há vários problemas metodológicos e epistemológicos” (KOERNER, 2014b, p. 56). Diante disso, o pesquisador evidencia que “a historiografia linguística está ainda longe de ter um quadro prático de conduta de investigação estabelecido e suficientemente amplo” (*ibidem*, p. 57).

Levando em conta os problemas metodológicos e epistemológicos que circundam a HL, bem como o problema do uso da metalinguagem pelo historiógrafo da linguística, Koerner (2014b) desenvolveu três princípios de investigação metodológica, a saber: *contextualização*, *imanência* e *adequação*. Esses princípios auxiliam os pesquisadores a melhor compreender e a descrever o seu objeto de estudo na HL.

Esta pesquisa, no entanto, pautar-se-á apenas em dois desses princípios, *contextualização* e *imanência*, haja vista que não se tem o intuito de introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico, nem tampouco do quadro conceitual apresentado nas obras de análise, características do princípio da *adequação*.

O princípio da *contextualização* tem a ver com o estabelecimento do *clima de opinião* geral do período em questão, incluindo a influência da situação socioeconômica e política do período de produção do documento. Esse princípio é o responsável por situar uma obra e seu autor em um tempo e em um espaço específico.

A *contextualização* será abordada, em nossa pesquisa, no momento em que serão trazidos alguns fatos biográficos dos autores estudados, bem como as principais produções de cada um. Além disso, tal princípio será contemplado no capítulo *Análise externa: contextualização do século XIX no Brasil*, no qual serão contextualizados os principais fatos históricos do período em que os gramáticos viveram.

¹⁷ Publicada inicialmente com o título *Grammatica Analytica* em 1887 e refeita em 1894 com o título de *Grammatica Descriptiva*.

O princípio da *imanência* “consiste em tentar estabelecer uma compreensão completa do texto linguístico em questão, tanto do ponto de vista histórico e crítico” (KOERNER, 2014b, p. 58). Esse princípio tem o intuito de observar a obra, a escola e o autor, inseridos em um recorte histórico e intelectual. Além disso, analisa o fato linguístico do modo como ele se define. Isso significa dizer que “o quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna” (KOERNER, 2014b, p. 58). Desse modo, neste princípio, será descrita a categoria das *vozes verbais*, na forma como são colocadas nas obras analisadas.

Koerner segue afirmando que somente será possível uma compressão total do fato linguístico se, e somente se, os princípios de que fala o autor estiverem entrelaçados. Além disso, destaca que “os três princípios acima referidos não implica que não possa haver outros interesses legítimos nas teorias do passado” (KOERNER, 2014b, p. 59).

Estabelecidos, pois, os critérios de seleção das gramáticas elencadas para o estudo, assim como os dois princípios da HL aplicados na pesquisa, passar-se-á para o próximo capítulo, no qual será abordada a *contextualização*, ou seja, os principais fatos históricos e educacionais do século XIX, no Brasil.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE EXTERNA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Com o intuito de compreender de forma mais ampla as informações presentes nos documentos linguísticos analisados no âmbito da HL, é necessário que se tenha uma compreensão dos fatos históricos, educacionais e linguísticos que circundavam os produtores do documento. Dessa maneira, neste capítulo, serão contextualizadas as principais informações que podem ter influenciado diretamente os gramáticos na produção das obras em análise.

O período no qual esta pesquisa está situada compreende o início do século XIX até meados de 1887, ano de lançamento da última gramática analisada. Ademais, serão levados em consideração alguns fatos ocorridos antes do século XIX. Assim sendo, buscar-se-á compreender, dentre outros aspectos, o processo de Independência brasileira, ocorrido na primeira metade do referido século, assim como os dois períodos regenciais brasileiros com seus respectivos fatos educacionais e linguísticos.

4.1 Concepções históricas

No Brasil, o século XIX não pode ser compreendido somente como o século da vinda da Família Real portuguesa e da transferência da sede da Monarquia para o país, além dos atos relativos à busca de uma Independência. Para além disso, esse século marca um período decisivo na construção e desenvolvimento de diversos setores de nossa sociedade, como o da economia, da política e da educação.

Alguns historiadores afirmam que o século XIX inicia-se, de fato, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, devido as guerras napoleônicas, na qual a França foi aliada da Espanha.

Durante a segunda metade do século XVIII, ocorreram grandes transformações de ordem econômica, política e social no continente europeu. Essas transformações deram-se devido a diversas alianças firmadas no continente, lideradas por duas grandes potências econômicas do período, Inglaterra e França, grandes rivais, o que permitiu um certo equilíbrio de poder, no qual Portugal e Espanha estavam de lados opostos. Devido a essas alianças, diversos acordos foram firmados no continente, dentre eles, o tratado de *Fontainebleau*, assinado em 1807, no qual a França assina com a Espanha a ocupação de grande parte do

território português. O não cumprimento do acordo por D. João, rei de Portugal, fez com que tropas napoleônicas avançassem em direção a Portugal, chegando a Lisboa em novembro de 1807. Fugindo das tropas napoleônicas, a Coroa portuguesa, após uma curta passagem na Bahia, desembarca na baía de Guanabara no dia 7 de março de 1808.

A ocupação francesa em Portugal e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil trouxeram sérias consequências tanto para Portugal quanto para o Brasil, visto que, se de um lado Portugal ficaria sem a figura de seus administradores, de outro, o Brasil, que era colônia, passaria a exercer a função de metrópole, sem nenhuma estrutura para isso.

Com o intuito de amenizar a falta de estrutura e tentar tornar a cidade do Rio de Janeiro mais parecida com a capital administrativa portuguesa, D. João providenciou a abertura de várias escolas de ensino superior, fundou também as primeiras escolas primárias de ensino de artes e de ofício. Fora do campo educacional, em 1888, fundou a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia (FONTES, 2005).

Antes do processo de independência do Brasil em 1822, várias revoluções espalhadas no Brasil contribuíram para esse acontecimento. Dentre essas revoluções, a mais significativa foi a Revolução Pernambucana, ocorrida em 1817, marcada pelo pioneirismo em vários sentidos. Nessa revolução, várias figuras anônimas e conhecidas lutaram durante o Império Português (JÚNIOR & RODRIGUES, 2011). Essa revolução fora marcada pela junção de diversos fatores de ordem social e ideológica, os quais permeavam o Brasil e o mundo todo no final do século XVIII.

Pode-se dizer, então, de acordo com Júnior e Rodrigues (2011), que a Revolução Pernambucana sofreu influência direta tanto da Revolução Liberal Americana, “onde as 13 colônias inglesas da América do Norte entram em conflito com sua metrópole instalando assim a 1ª república moderna baseado nas ideias do liberalismo” (JÚNIOR & RODRIGUES, 2011, p. 2); quanto das ideias iluministas, inspiradas na Revolução Francesa, que pregava os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Conforme Fausto (2012), após a consolidação da Independência, o grande debate político foi a aprovação de uma constituinte. O autor afirma que as eleições para a Assembleia Constituinte, que era encarregada de elaborar a Constituição, já estavam previstas bem antes da Independência. Entretanto, devido às grandes disputas entre os poderes, Dom Pedro I, com o apoio dos militares, dissolveu a Assembleia Constituinte, levando à prisão vários deputados. Logo após esse fato, “cuidou-se de elaborar um projeto de Constituição que resultou na Constituição promulgada a 25 de março de 1824” (FAUSTO, 2012, p. 149). Para esse mesmo autor:

Ela não diferia muito da proposta dos constituintes anterior à dissolução da Assembleia, mas há uma diferença a ser ressaltada. A primeira Constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao “povo”, embora devamos entender por “povo” a maioria dos brancos e mestiços que votava e que de algum modo tinha participação na vida política (FAUSTO, 2012, p. 149).

Entretanto, é válido destacar que, na primeira Constituição brasileira, uma parcela significativa da população estava excluída dos dispositivos legais, dentre esses, destacavam-se os escravos. Além disso, havia um amplo distanciamento entre os princípios e a sua prática. Porém, apesar das limitações, a Constituição configurou-se como um importante instrumento de organização de poderes, definição de atribuição, bem como um instrumento assegurador de direitos individuais. Fausto (2012), todavia, atesta que, no campo dos direitos, a aplicação da Constituição se configurou de forma relativa, visto que os direitos se sobrepunham à realidade do país, na qual a massa da população livre encontrava-se subalterna aos grandes proprietários rurais, e uma parcela, pequena, possuía instrução.

Entre os anos de 1831 a 1840, ocorreu no país o que os historiadores denominam de período regencial. Para eles, esse período representou um dos mais agitados e um dos mais importantes da história política do Brasil, uma vez que, nos referidos anos, esteve em xeque a “unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas de centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas” (FAUSTO, 2012, p. 161).

Nesse período, ocorreram algumas reformas institucionais que buscavam tanto suprir como diminuir algumas das funções dos órgãos da Monarquia, buscando criar, com isso, uma nova forma de organização militar, de modo a reduzir o papel do Exército. Dentre essas reformas constitucionais, destacou-se o Ato Adicional, uma lei de agosto de 1834, que fez alterações na Constituição de 1824, determinando que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência, além de também suprir o conselho de Estado. Logo após o Ato Adicional, ocorreram algumas revoluções no país, tais como: a Cabanagem, no Pará (1835-1840); a Sabinada, na Bahia (1837-1838); a Balaiada, no Maranhão (1838-1840), e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Enquanto essas rebeliões ocorriam em todo o país, as tendências políticas iam definindo-se. Nesse mesmo período, começou a surgir o germe de dois grandes partidos imperiais: o Conservador e o Liberal, para os quais Fausto (2012) destaca a seguinte divisão:

Os Conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos produtores rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os Liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2012, p. 171).

Esses dois partidos surgidos durante o Primeiro Reinado vieram a consolidar-se somente durante um segundo momento da história imperial brasileira, o Segundo Reinado, entre os anos de 1840-1889, quando Dom Pedro II chegou ao poder. Para a chegada ao poder, Dom Pedro II, contou com a ajuda dos Liberais, visto que esses últimos promoveram, no Congresso, superados pelas iniciativas “regressionistas”, a antecipação da maioria do rei, por meio de uma interpretação arranjada do Ato Adicional. Isso deu a Dom Pedro II o direito Constitucional, ainda adolescente, com catorze anos, de assumir o trono do Brasil, no mês de julho de 1840.

Após a chegada de Dom Pedro II ao poder, os Liberais passaram a se beneficiar das medidas centralizadoras. Porém, como destaca Fausto (2012), esses benefícios não se deram de forma tranquila, porque, durante os primeiros anos de regência de Dom Pedro II, o governo regente carecia, ainda, de uma sólida base de apoio.

É válido destacar que a política, durante o período imperial, não era feita para a realização de objetivos ideológicos. Portanto, a intenção de chegar ao poder significava, apenas o prestígio, bem como benefícios próprios e de seus pares. Diante disso, Fausto (2012) afirma que:

Nas eleições, não se esperava que o candidato cumprisse bandeiras programáticas, mas as promessas feitas a seus partidários. Nesse sentido, Conservadores e Liberais utilizavam-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência com relação aos indecisos e aos adversários (FAUSTO, 2012, p. 181).

Diante disso, o historiador salienta que, ao passo que a política se reduzia apenas aos interesses pessoais, a elite política imperial também tinha que lidar com questões relativas a outros temas, como: a organização do Estado, liberdades públicas, representação e a questão da escravatura.

Dentre as várias distinções entre os dois partidos — Conservadores e Liberais — a mais importante estava relacionada às bases regionais de apoio. De um lado, os Conservadores, que tinham o apoio, de maior força, da Bahia e Pernambuco; do outro, os Liberais, que contaram com o apoio de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Assim

sendo, “a união entre burocratas, com destaque para os magistrados, e os grandes proprietários rurais fluminenses representou o coração da política centralizadora sustentada pelos Conservadores” (FAUSTO, 2012, p. 182).

Outra distinção significativa entre os dois partidos mencionados pode ser observada a partir de Costa (1999):

Os liberais defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra por uns poucos. Opunham-se ao recrutamento militar, apoiavam a liberdade de cultos, favoreciam a descentralização e autonomia das províncias e municípios. Os conservadores situavam-se no outro lado do espectro. Apesar de ser possível identificar essas duas posições com referência aos modelos ideais do que significava ser um conservador ou um liberal, na realidade é impossível encontrar uma coerência total em indivíduos ou grupos (COSTA, 1999, p. 145).

Apesar dessa bipartição entre Conservadores e Liberais, os historiadores compreendem que havia uma tentativa de unificação do Império, ideia essa originária da burocracia governamental, e assumida pelos proprietários de terras do Rio de Janeiro, estes por estarem vinculados geograficamente à Corte. Por outro lado, o setor dos proprietários da Bahia e de Pernambuco ainda estavam lutando pela autonomia regional. Esses fatos seriam a razão básica de apoiar a ideia de um governo central.

No tocante ao sistema eleitoral durante o Primeiro e Segundo Impérios, esse era controlado por uma minoria, visto que, até fins do Império, o sistema eleitoral brasileiro era composto por cerca de 2% da população total do país. Nesse período, a política era, na visão de Costa (1999, p. 143), “um produto de alianças ou rivalidades familiares”. Para a historiadora, as eleições, durante o Império, eram controlada por um chefe, mediante um sistema que ficou conhecido como *clientela* e *patronagem*. Esse sistema era entendido como o apoio em troca de favores, no qual se apoiava um dado candidato em troca de benefícios próprios e de seus familiares.

De acordo com Fausto (2012), o grande destaque da economia brasileira durante o século XIX foi o surgimento da produção de café, com o objetivo de exportação. Tudo isso iniciado com Francisco de Melo Palheta, que, no ano de 1727, trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Inicialmente, a produção estava voltada para o uso doméstico até chegar ao Rio de Janeiro, quando o café passou a ser cultivado com o intuito de exportação, juntamente com outros pequenos cultivos.

Do ponto de vista social e econômico, a produção cafeeira proporcionou para o país um leque de atividades, deslocando-se para o Centro-Sul, o centro econômico do país.

Compreende-se que, em função da produção cafeeira, aparelharam-se portos, criaram-se empregos e novos mecanismos de crédito, e, ainda, revolucionaram-se os transportes. Esse crescimento não se deu de forma imediata, mas a partir de um processo relativamente longo, no qual houve a decadência do Nordeste e, por sua vez, o fortalecimento do Centro-Sul. Para o cultivo do café com fins de exportação, fez-se necessária a utilização da forma de trabalho escravo. Entende-se, com isso, que o tráfico negreiro esteve diretamente associado à economia brasileira, uma vez que eles foram importantes para a grande produtividade cafeeira no país.

Durante os anos 50 do século XIX, o país passou por diversas mudanças em sua fisionomia, encaminhando-se para o que se compreende como a época moderna. Nesse período, extinguiu-se o tráfico de escravos, promulgou-se a Lei de Terras, que, de acordo com Costa (1999), reforçaria o poder dos latifundiários em detrimento do pequeno proprietário, centralizou-se a Guarda Nacional, e aprovou-se o primeiro Código Comercial.

A respeito do Código Comercial, Fausto (2012) entende que:

Este trazia inovações e ao mesmo tempo integrava os textos dispersos que vinham do período colonial. Entre outros pontos, definiu os tipos de companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações. Assim como ocorreu com a Lei de Terras, tinha como ponto de referência a extinção do tráfico (FAUSTO, 2012, p. 197).

Além disso, houve a liberação de dinheiro, o fim importação de escravos, dando origem a uma significativa atividade de negócios, bem como de especulação. Nesse mesmo contexto, surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação e a vapor. No tocante ao plano político, tanto Conservadores quanto Liberais juntaram-se e firmaram um acordo, no qual, provisoriamente, chegaram a um acordo nacional, expresso primordialmente no Ministério de Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná e perdurando em ministérios posteriores. Diante dessas transformações econômicas e políticas, ocorrem modernizações, nascendo as primeiras tentativas de criação de um mercado de trabalho.

Nesse mesmo período, a dependência regional de mão de obra escrava resultou em reflexos políticos importantes. Dentre esses, destacou-se a extinção da escravidão, visto que, com o fim dela, a solução encontrada pelos produtores de café brasileiro foi a importação de mão de obra europeia, vinda das mais diversas regiões do mundo.

A partir do ano de 1870, começou-se a estabelecer um período de crise dentro do Segundo Reinado. O movimento republicano, bem como os fortes atritos entre o Governo

Imperial, a Igreja e o Estado estão entre os motivos mais importantes que levaram à crise. Além desses, Fausto (2012) atesta que o fim da escravidão também levou a um desgaste nas relações do Governo Imperial com as suas bases sociais de apoio. Outro fator de desgaste foram as grandes transformações advindas do campo econômico e social que acabaram dando origem a diversos e novos grupos sociais.

Como mencionado no parágrafo anterior, o fim da escravidão foi um dos motivos que levou à crise dentro do Segundo Reinado, porém, esse fim não se deu de forma repentina. Esse fato passou por diversas etapas até o fim, em 1888. Uma dessas etapas se deu quando o governo imperial, em 1871, propôs uma lei que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre. Essa lei propôs que filhos de escravas nascidos posteriormente à lei permaneceriam até os oito anos de idade sob os poderes dos senhores de suas mães. Após essa idade, os senhores poderiam optar entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços dos menores até os 21 anos de idade. É importante destacar que essa proposta foi advinda de um gabinete conservador, retirando das mãos dos liberais a bandeira abolicionista.

A Lei do Ventre Livre, por sua vez, ocasionou certo desconforto na classe social dominante, ao passo que era vista como um grave risco de subversão da ordem. Assim sendo, libertar os escravos “levava os beneficiados ao reconhecimento e à obediência. Abrir caminho à liberdade por força da lei gerava nos escravos a ideia de um direito, o que conduziria o país à guerra entre raças” (FAUSTO, 2012, p. 218). Entretanto, do ponto de vista prático, a lei não produziu efeitos tão significativos, uma vez que poucas crianças foram entregues ao Estado e os escravistas continuaram a usar de seus serviços.

Todavia, o movimento abolicionista ganhou força após a Lei do Ventre Livre, devido ao fato de que, logo em seguida, surgiram associações, jornais e, conseqüentemente, o avanço da propaganda. Ademais, pessoas de diversas condições sociais que passaram a aderir ao movimento. Dentre essas pessoas, cita-se o nome de Joaquim Nabuco, considerado importante parlamentar e escritor, pertencente a uma tradicional família de políticos e grandes proprietários rurais do estado do Pernambuco.

Após breve contextualização histórica, passa-se para o próximo tópico, no qual serão abordados os principais fatos educacionais ocorridos no Brasil, durante o século XIX.

4.2 A educação brasileira no contexto do século XIX

Durante o século XIX, houve uma aceleração da urbanização, trazendo a necessidade de uma maior expansão econômica, o que, por sua vez, exigiu maior conhecimento

educacional. Foi, então, diante disso que surgiu a necessidade de criação de escolas para atender às necessidades econômicas do país.

Logo após a independência, em 1822, assim como foi no período colonial, o Brasil continua dando prioridade ao ensino superior, deixando em segundo plano a educação primária e secundária. Dessa maneira, o ensino das primeiras letras, no Brasil, tornou-se caótico, visto que poucos foram os investimentos do governo nesses níveis educacionais.

Sobre as poucas iniciativas do governo imperial para com a educação das primeiras letras, Brito (2013) afirma que:

Foi insignificante a iniciativa do governo da União, no campo do ensino das primeiras letras no início do período imperial. Somente a partir de 1823 que as primeiras atitudes em direção ao ensino primário foram de fato tomadas, porém de forma lenta e inadequada. Um decreto de 1º de março de 1823 seria o começo de uma ação educativa nesse período, ao mesmo tempo em que seria também o início de mais um fracasso educacional (BRITO, 2013, p. 5).

Entende-se que, somente no ano de 1823, após a emancipação política brasileira, e por meio de decreto, passou-se a ter uma preocupação com o ensino primário e secundário, porém, as medidas do decreto foram tomadas de forma lenta e inadequada. Durante esse período, de acordo com Zichia (2008), a educação pública era escassa em umas províncias e totalmente inexistentes em outras.

Para Piletti e Piletti (2006), o decreto de 1823, além da criação de escolas em diversas províncias, aconselhava que as escolas criadas deveriam trabalhar inspiradas no método de ensino Lancaster. Tal método tinha como pressuposto que o trabalho docente deveria ser feito através do sistema monitorial, que consistia em apenas um professor para cada escola.

No mesmo ano, em 1º de setembro, foi proposto à Comissão Constituinte um projeto que consistia em ampliar o ensino público brasileiro, essa proposta englobava, além do ensino primário e secundário, o ensino superior. Porém, essa proposta também foi fracassada. Somente em 1824, após algumas tentativas, foi proclamada a gratuidade do ensino brasileiro, através do Ato Constitucional. Nele, nasceu a ideia de um sistema educacional mais amplo e forte, visto que, antes disso, a organização escolar brasileira apresentava sérias deficiências qualitativas e quantitativas (SOUZA, 2007). Uma dessas deficiências dizia respeito à falta de professores preparados para o magistério. Foi, então, nesse contexto, que, segundo a autora:

abre-se a discussão sobre a criação das Escolas Normais; as primeiras a serem criadas são em Niterói, Bahia, Ceará, São Paulo. No Rio de Janeiro é criado também o Colégio Pedro II que era considerado uma escola padrão e era considerado parâmetro para outros liceus, como o de Angra dos Reis, Campos e o de Niterói. Neste período, podemos observar que apenas o município da Corte, Rio de Janeiro, registra melhora nos níveis de ensino (SOUZA, 2007, p. 75).

Foi a partir do regime Constitucional que surgiram as primeiras escolas Normais em diversas regiões do país. Além dessas escolas Normais, no Rio de Janeiro, também foi criado o Colégio Pedro II, que, posteriormente, passaria a ser o padrão de excelência para diversas escolas de todo o país. Todavia, apesar desse avanço em relação a períodos anteriores, a criação de escolas ficou aquém das aspirações dos representantes políticos da época.

De acordo com Brito (2013), após a implantação, de forma acanhada, do ensino superior no país, iniciou-se um jogo de centralização *versus* descentralização. Nesse jogo, ficava a cargo da União a responsabilidade pelo ensino superior; enquanto a educação primária e secundária estariam sob a responsabilidade do Estado. Ainda com Brito (2013): “essa divisão de responsabilidades foram reformas totalmente abstratas, pois, naquele momento, como podemos constatar, não existia sistema a ser reformado” (BRITO, 2013, p. 9).

Após a outorga da Constituição de 1824, houve o empenho em garantir o que estava previsto no texto constitucional, no que diz respeito à educação. Para isso, o Imperador, em 26 de julho de 1827, determinou que as províncias tivessem “auxílio financeiro das rendas gerais do Império, quando necessário, desde que para o pagamento dos ordenados dos professores de primeiras letras em efetivo exercício” (ZICHIA, 2008, p. 71).

Todavia, até meados de 1834, todas as decisões referentes à educação eram tomadas na cidade do Rio de Janeiro. Porém, o Ato Adicional possibilitou a alteração de algumas medidas, dentre elas, aquelas referentes à educação. A primeira delas foi a substituição dos Conselhos Gerais pelas Assembleias Legislativas Provinciais, o que possibilitou, de acordo com Alves (2009), garantir:

o ensino primário gratuito em todas as províncias, mas, essa lei não se aplicava à Sede do governo, pois os ensinos primário e secundário do Rio de Janeiro estavam sob a responsabilidade da Assembléia Geral e do Governo Geral. Já nos demais locais do Império estavam aos cuidados das assembleias legislativas e dos presidentes de cada Província (ALVES, 2009, p. 41).

Entretanto, como bem evidencia a autora citada acima, somente dezessete anos depois do Ato Adicional, em 1851, é que foram colocadas em prática as decisões do Ato.

A partir da década de 70, do século XIX, vários projetos de reformas educacionais foram criados no Império, dentre elas, a Reforma Leôncio de Carvalho, que tinha o intuito de acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo no país. Dentre as mudanças mais significativas, destacam-se:

a estrutura curricular do Colégio Pedro II introduziu a frequência livre e os exames vagos (parcelados) de preparatórios aos cursos superiores e, também, isentou os alunos acatólicos do estudo da religião, modificando o juramento exigido para a concessão do bacharelado em letras, a fim de torná-lo acessível aos bacharelados acatólicos (PERES, 2010, p. 15).

Além dessas alterações, em decretos posteriores, instituiu-se a liberdade de se abrir escolas e cursos dos mais variados níveis de ensino, bem como instituía a liberdade para todo e qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, de lecionar qualquer disciplina, sem ser averiguadas as suas capacidades para a função de professor (PERES, 2010).

Durante o segundo Reinado, não muito diferente do primeiro, poucas foram as mudanças no que concerne à educação. Nesse período, uma das questões mais discutidas dizia respeito à formação dos professores, os quais não eram assíduos às aulas, nem tampouco apresentavam compromissos escolares, na medida que, devido à má remuneração oferecida à classe, eram obrigados a complementar suas rendas, exercendo outras atividades (ALVES, 2009).

Diante do pouco crescimento educacional no segundo Reinado, Alves (2009, p.43) destaca que “em síntese, o período imperial não apresentou avanços no setor educacional. Mesmo com toda fama de intelectual de D. Pedro II, somando-se aos nove anos do governo de seu pai, D. Pedro I, resultou em apenas algumas poucas leis, decretos e resoluções”. Com isso, entende-se que, embora a quantidade de tempo em que estiveram no poder, D. Pedro I e D. Pedro II não conseguiram fazer com que a educação brasileira alcançasse um crescimento significativo.

No ano de 1852, foi criada a Inspetoria Primária e Secundária. Posteriormente, em 1854, por meio do Decreto 1331 A, ocorre a reformulação do ensino secundário e primário, sendo que este ainda previa o credenciamento de professores, bem como foi retomada a fiscalização oficial. Alves (2009) afirma que, segundo os críticos, os profissionais da educação que atuavam nesse período poderiam até ser competentes nas áreas em que

atuavam, porém, não possuíam habilidades pedagógicas, já que que esses professores não apresentavam formação pedagógica.

Com relação ao nível superior no Brasil, Alves (2009, citando Peeters; Cooman, 1969), afirma que essa modalidade de ensino, durante o século XIX, recebeu pouca atenção, mesmo tendo sido criado um considerável número de escolas superiores. No entanto, essa criação dessas escolas não seguiu um plano de conjunto, sendo essa falta de organização a responsável pela falta de qualidade de tal modalidade de ensino. Apesar disso, foram criados cursos de Direito em algumas províncias, dentre elas, as províncias de Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, porém, sem nenhum planejamento, o que afetou a qualidade dos cursos. Outro fator que afetou a qualidade desses cursos foi o fato de que os alunos que adentravam nas universidades advinham de um ensino primário e secundário deficitário, não estando os ingressos preparados para se incorporarem no ensino superior.

Feita a contextualização da educação brasileira durante o século XIX, cumpre discutir, no próximo tópico, a forma como era entendido o Português no Brasil, nesse contexto.

4.3 O Português no Brasil

De acordo com Guimarães (2005), a entrada da língua portuguesa no Brasil tem início com o processo de colonização. Ela adentra em um novo espaço, onde já existiam diversas outras línguas em uso, as línguas indígenas. Entretanto, nesse contexto, não se foi levado em consideração a diversidades de línguas aqui faladas, visto que o português tornou-se a língua nacional e oficial do país.

Conforme o autor, a língua portuguesa no Brasil apresenta quatro períodos distintos. O primeiro deles teve início com a colonização, indo até a saída dos holandeses, em 1654. O segundo momento foi marcado pela saída dos holandeses, estendendo-se até a chegada da Família Real portuguesa. O terceiro momento foi marcado, por sua vez, pela chegada da Família Real até o processo de independência do Brasil.

No quarto período, que é marcado pelo processo de Independência, no século XIX, começou-se a de fato uma discussão mais acurada a respeito da existência ou não de uma língua portuguesa propriamente brasileira, ou seja, um português mais distante do português europeu. Ocorreram, ainda, várias discussões no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa nas escolas, uma vez que era sugerido aos professores que se ensinasse aos alunos a ler e escrever utilizando uma gramática do português brasileiro. Além disso, foi proposto que os diplomas dos médicos no Brasil passassem a ser redigidos em Língua Nacional.

Ainda para Guimarães (2005), nesse contexto, a língua portuguesa no Brasil já poderia ser considerada a língua oficial do Estado, pondo-se como forma de “transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira. Tem-se aí constituída a sobreposição da língua oficial e da língua nacional” (GUIMARÃES, 2005, p. 25). Para o autor, “essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil” (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

É nessa época que os brasileiros começaram a ter legitimidade para a produção de suas gramáticas e dicionários, criando, assim, uma legitimidade do português do Brasil:

Historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, trabalham o “sentimento” do português como língua nacional do Brasil (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

Nesse mesmo período, após o português já ter se legitimado como língua oficial e nacional, surgiu, como novidade, a forte relação entre o português com as línguas de imigrantes que vieram para o Brasil. Desse modo, apesar da língua oficial e nacional, outras línguas, como o alemão, italiano, japonês, holandês e o inglês passaram a circular no país. Por essa razão, Guimarães (2005) destaca que o espaço de enunciação no país passou, em torno da língua oficial, a ter relações que podem ser consideradas significativas: as línguas indígenas e as línguas africanas, dos descendentes de escravos, bem como das línguas de imigração. Assim sendo:

Enquanto língua oficial e língua nacional do Brasil, o português é uma língua de uso em todo o território brasileiro, sendo também a língua dos atos oficiais, da lei, a língua da escola e que convive, na extensão do território brasileiro, com um grande conjunto de outras línguas (de um lado as línguas indígenas e de outro as línguas de imigrantes). Por outro lado, enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes (GUIMARÃES, 2005, 27).

Embora existissem outras línguas sendo faladas em diversas regiões do país ao mesmo tempo, sejam elas indígenas, africanas e de imigrantes, o português configurava-se como língua oficial, uma vez que era a língua utilizada nos atos oficiais, para se redigir as leis, bem

como aquela que era ensinada na escola. Diante disso, tinha-se o português como língua nacional, embora grande parte dos brasileiros tivesse outras línguas maternas.

Nesse mesmo panorama, Fernandes e Costa (2014) afirmam que as línguas indígenas e africanas, em contraponto com o português, eram consideradas inferiores, pois eram faladas por povos primitivos e escravos. Por outro lado, as línguas dos imigrantes não tinham essa conotação, entretanto, impunham apenas a língua portuguesa como a língua oficial e materna do Brasil.

Esses mesmos estudiosos evidenciam que português no Brasil apresentava uma dualidade, visto que as pessoas que viviam nos centros urbanos sofriam influências linguísticas da elite. Enquanto isso, as pessoas que viviam nas regiões periféricas, no interior do país, adquiriam a língua, entendida, de forma “precária”. Tal fato é destacado por Silva Neto (1963):

Dos princípios da colonização até 1808, e daí por diante com intensidade cada vez maior, se notava a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente dos índios, negros e mestiços da colônia (SILVA NETO, 1963, p.88-89).

Lucchesi, em texto intitulado *Norma linguística e realidade social* (2002), faz uma abordagem esclarecedora a respeito da formação da realidade linguística no Brasil. Nele, o autor destaca que, durante o século XIX, o português começa a apresentar mudanças, tanto o português entendido como popular como aquele considerado culto. Tal ideia pode ser vista na passagem abaixo:

No decorrer do século XIX, enquanto no português popular se verifica uma tendência de mudança “para cima”, não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão urbano culto (ou semiculto), no português culto, assiste-se a uma tendência de afastamento do padrão normativo de matriz europeu, uma mudança que se pode definir como “para baixo”. Se é claro a influência “de cima para baixo” sobre as camadas populares, pode-se postular também uma influência “de baixo para cima” sobre as camadas médias e altas (LUCCHESI, 2002, p.80).

De modo geral, o panorama do português no Brasil, durante o século XIX, pode ser caracterizado pela grande quantidade de outras línguas que conviviam entre si, nas mais variadas regiões do país. Assim sendo, observa-se que:

Desse modo, enquanto os índios permaneciam aldeados nos interiores mais longínquos, os escravos africanos uniam-se em situações de intensa

diversidade linguística. Podem ser concebidas, assim, as seguintes situações de contato entre línguas na formação do PB: as diversas línguas africanas entre si; o português europeu com as diferentes línguas africanas, ou ainda, destas com uma língua geral brasileira. E, a partir do século XIX, a chegada dos imigrantes de diversas nacionalidades contribuiu para a ampliação da situação dialetal brasileira, principalmente no Sul e Sudeste brasileiros (ARAÚJO & ARAÚJO, 2009, p. 100).

Para Coelho (2008), a discussão a respeito de existir ou não uma língua portuguesa propriamente brasileira, durante o século XIX, foi marcada pela participação de intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento, como: gramáticos, literatos, etnógrafos, historiadores e políticos; discussão que perdurou, de forma acalorada, durante as quatro primeiras décadas do século XIX. Essa discussão de que fala a autora se deu, principalmente, no campo fonológico e lexical.

Após essa breve contextualização do século XIX, no Brasil, abordando os seus aspectos históricos, políticos, educacionais, bem como no que diz respeito ao entendimento do português nesse período, passar-se-á, para o próximo capítulo, no qual será analisado o tratamento dado à categoria das *vozes verbais* nas gramáticas elencadas para o estudo (aspectos internos), evidenciado, também, os aspectos biográficos de cada gramático analisado (aspectos externos).

CAPÍTULO 5

ANÁLISE INTERNA: O TRATAMENTO DADO À CATEGORIA DAS VOZES VERBAIS EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX

Utilizando os pressupostos teórico-metodológicos da HL, buscar-se-á, neste capítulo, rastrear as primeiras ideias da categoria das *vozes verbais*, verificando, com isso, os movimentos de *continuidade* e de *descontinuidade* em gramáticas brasileiras do século XIX.

Entende-se que as gramáticas se constituem como uma exposição dos fatos da língua, que, ao longo dos séculos, têm sido examinadas sempre como algo acabado, algo que, em hipótese alguma, pode ser questionado, não apresentando modificações significativas durante o seu percurso histórico. Assim, é fato que muitas categorias gramaticais do português, desde a sua gênese, apesar de serem questionadas pelas teorias linguísticas mais modernas, não sofreram modificações significativas nos compêndios gramaticais mais recentes, como a categoria das *vozes verbais*, objeto de estudo desta dissertação.

À vista disso, procurar-se-á rastrear, nesta seção, as primeiras ideias sobre essa categoria em gramáticas brasileiras do século XIX, na tentativa de identificar os movimentos de *continuidade* e de *descontinuidade* ao longo do processo de *gramatização*.

5.1 O tratamento da categoria das *vozes verbais* na tradição greco-latina

O tratamento dado à categoria das *vozes verbais* remonta à obra *Os Sofistas*, de Platão. Nela, Platão já aborda as *vozes verbais* (ativa e passiva), no entanto, o filósofo não nomeia, nem tampouco estabelece uma distinção gramatical entre ambas (NEVES, 1987).

Posteriormente, os estoicos, de acordo com Neves (1987), passaram a classificar os predicados (**kategorémata**) em ativos (**orthá**, “retos”), passivos (**hýptia**, “supinos”) e neutros (**oudétera**, “nem um nem outro”), o que veio a corresponder, naquele contexto, a predicados que nem eram ativos e nem passivos. Na definição do que corresponderia aos predicados ativo, passivo e neutros, os estoicos definiram os ativos como sendo os que se constroem com um caso, para formar um predicado. Como exemplo, trazem **akouéi**, “ouve”, **horâ**, “vê”, **dialégetai**, “conversa”. Já os classificados como passivos, segundo os estoicos, são construídos com uma partícula passiva **-mai**, trazendo, como exemplos, **akouómai**, “sou ouvido”, **horômai**, “sou visto”. Para os neutros, os estoicos destacaram que são aqueles que nem correspondem a categoria dos ativos e nem a dos passivos, apesar disso, também,

apresentaram exemplos, como: **phroneîn**, “ter a faculdade de pensar”. Neves (1987) destaca que, além das três formas tratadas acima, ligadas ao predicado, os estoícos também acrescentaram as formas reflexivas do verbo, compreendidas como aquelas que possuem forma passiva, mas não são passivos, como é o caso de **Keíretai**, *corta os próprios cabelos*.

Diante dessa definição filosófica sobre as *vozes verbais*, Neves (1987, p. 195) evidencia que, “embora essas definições se refiram a *predicados* e pertençam, portanto, à lógica, não se fazem sobre base nocional”. Além disso, destaca que a base também não é a forma, uma vez que no exemplo **dialégetai**, a desinência médio-passiva **-etai** foi empregada em um verbo ativo. Com base na observação da autora, a classificação da categoria das *vozes verbais*, nos estoícos, não se dá baseada nem na perspectiva nocional, nem tampouco baseada na estrutura. Se assim o fosse, o caso acima descrito não seria classificado como sendo ativo. Com isso, tem-se que a classificação de que se fala, dá-se, no âmbito da construção, isto é, na maneira como são construídas as palavras.

Tirando o tratamento da categoria de uma base filosófica ou lógica, colocando-a, agora, em uma base gramatical, os gramáticos abandonaram a tripartição estoica. Passaram, então, a fazer uma classificação, não mais baseada nos predicados, mas baseados na forma verbal. Dessa maneira, a categoria passou a ser entendida como apenas *ativa* (**energétiké**) ou *passiva* (**pathetiké**), sendo vista apenas como uma bipartição, a forma neutra passa a ser considerada como algo de ordem apenas diferente.

De acordo com Neves (1987), Dionísio o Trácio, em sua gramática, indica três *vozes verbais*: ativa (**energétiké**), passiva (**páthos**) e média (**mesótes**). Para a voz média, com base em critérios nocionais, inclui flexões verbais, que, formalmente, pertencem à voz ativa, como exemplo, tem-se “o perfeito da forma ativa e significação passiva (ex.: **pépega**, “afundar-se”)” (NEVES, 1987, p. 196). Dionísio, portanto, define a voz média como a voz que, às vezes, indica atividade, às vezes passividade. Isso leva a outra definição em Dionísio, a de que o verbo é uma palavra que pode indicar uma ação praticada ou recebida. Nesse sentido, “a voz média representaria, na verdade, apenas uma possibilidade de combinar as outras duas” (NEVES, 1987, p. 197).

É válido observar, ainda, que Dionísio, além de relacionar a categoria de voz aos verbos, aponta, também, essa categoria para os nomes, registrando apenas duas vozes, “a ativa (ex.: **krités**, “julgador”, “juiz”, **hokrínon**, “o que julga”) e a passiva (ex.: **kritós**, “julgado”, **hokrinómenos**, “o que é julgado”)” (NEVES, 1987, p. 197). O que se pode dizer, na verdade, é que esses nomes são adjetivos que têm origem verbal.

Posteriormente, Apolônio Díscolo, apresenta três *vozes verbais*, quais sejam: a *ativa*, a *passiva* e a *média*. Para ele, a *voz média* representaria uma junção de dois sentidos, *passivo* e *ativo*, apesar disso, ressalta que algumas formas médias só apresentem significações ativas e outras somente significações passivas.

Lyons (1979) afirma que, se por um lado os gregos nos legaram as primeiras noções da categoria das *vozes verbais*, foram os latinos que trouxeram um maior esclarecimento a respeito delas. Ainda para este autor, a noção dessa categoria, ainda hoje, não é bem definida nas gramáticas normativas, assim como tantas outras.

De acordo com Lyons (1979), o termo *voz* advém do latim (*vocem*), sendo utilizado, a princípio, pelos gramáticos latinos de duas maneiras distintas, porém, relacionadas, como se observa abaixo:

- 1) Na acepção de “som” (na “pronúncia” da linguagem humana e traduzindo o termo grego *phoné*) indicando os “sons” produzidos pela vibração das “cordas vocais”, donde o termo *vogal* (do latim *sonumvocalem/ som produzido com a voz*); 2) Na acepção de “forma” de uma palavra (isto é, uma palavra que “soa”), em oposição ao seu significado (LYONS, 1979, p. 392).

Porém, além dessas duas maneiras de entendimento da noção de *voz*, desenvolveu-se um terceiro sentido para o termo, advindo da segunda maneira, que se refere às “formas”. Essa terceira maneira refere-se às formas *ativa* e *passiva* do verbo. Para Lyons (1979, p. 392), “o termo tradicional em latim para esse terceiro sentido era *species* ou *genus*”.

Como já visto em parágrafo anterior, os gregos viam três tipos de *vozes verbais*: *ativa*, *passiva* e *média*. Como sugere o termo, os gregos viam a *média* como intermediária entre a oposição primária da *ativa* e da *passiva*, “designando ou uma ‘ação’, como a *ativa*, ou um ‘estado’, como a *passiva*, de acordo com as circunstâncias ou com o significado inerente ao verbo em questão” (LYONS, 1979, p. 392). Para esse mesmo estudioso, a oposição que existe das *vozes verbais*, em grego, faz-se, primariamente, somente entre a *ativa* e a *média*, haja vista que o desenvolvimento da *passiva* deu-se, posteriormente, em grego e nas demais línguas indo-europeia.

Os latinos, em suas gramáticas, reconheceram apenas duas *vozes verbais*: as *ativas* e as *passivas*, não reconhecendo, como os gregos, a *voz média*, apesar de muitas das funções das *passivas* latinas estarem mais próximas da *voz média* dos gregos, do que da *passiva* na sua interpretação tradicional, segundo Lyons (1979).

A *voz passiva* na língua latina é formada de duas maneiras distintas. Na primeira, a formação dos tempos do *inflectum* (*presente* e *imperfeitos*) se dá pela simples substituição das desinências pessoais da *voz ativa* pela *voz passiva*. Para exemplificar tal assertiva, tem-se os seguintes exemplos: no presente do indicativo (*am-o – am-o-r, ama-s – ama-ris, ama-t – ama-tur, ama-mus – ama-mur, ama-tis – ama-mini*). Quanto ao imperfeito do indicativo, tem-se: (*amaba-m – amaba-r, amaba-s – amaba-ris, amaba-t – amaba-tur, amaba-mus – amaba-mur, amaba-tis – amaba-mini*).

A segunda maneira de se formar a *voz passiva* em latim se dá com os tempos do *perfectum*, ou seja, tempos de ação acabada, usando o particípio passado + o auxiliar *sum*, como no seguinte exemplo: *amatus, -a, -um + sum*. Os tempos nos quais a *voz passiva* é construída dessa maneira são: perfeito do indicativo, mais-que-perfeito do indicativo, futuro anterior ao indicativo, perfeito do subjuntivo, mais-que-perfeito do subjuntivo, infinitivo futuro e infinitivo passado.

Visto o panorama geral das *vozes verbais* greco-latinas, nas próximas seções, apresenta-se uma visão geral do autor (perfil bibliográfico) e obra selecionada (estrutura), priorizando a descrição e interpretação do fato linguístico das *vozes verbais*. Para uma melhor compreensão do tratamento dado a essa categoria, as obras analisadas estão dispostas em ordem cronológica.

5.2 Gramática da Língua Portuguesa (1540), de João de Barros

Para Mateus e Duarte (2004), a exclusiva atenção que se dava ao latim, durante a produção das primeiras gramáticas de língua portuguesa, na Idade Média, impossibilitou, naquele contexto, a difusão que elas mereciam. Dentre as gramáticas produzidas nesse período, tem-se a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540). Pode-se dizer que essa gramática é, na verdade, um conjunto de obras constituídas por uma cartinha, a qual tinha o intuito de fazer com que se aprendesse a ler, em latim, as diversas orações e mandamentos da igreja. Tem-se, diante disso, que a gramática desse autor apresentava duas finalidades básicas: a de se ensinar os mandamentos da igreja católica, bem como servia de pano de fundo para se ensinar, também, o latim (MATEUS & DUARTE, 2004).

De acordo com informações obtidas na Biblioteca Lusitana, Barros nasceu em Viseu, em 1496, apesar de não haver provas que atestem o local e a data do seu nascimento. Pertencia a uma família nobre da época, o que facilitou a sua entrada na corte de D. Manuel I

e, conseqüentemente, veio facilitar a sua entrada, ainda jovem, como servidor do Poço Real e, logo após, em diversos cargos públicos na administração portuguesa.

Ainda de acordo com informações da Biblioteca Lusitana, Barros além de se dedicar à administração pública, interessou-se, também, pelas letras. Neste campo, foi muito influenciado pela filosofia humanista. Em grande parte de suas obras, evidenciou a importância da língua como fator de fixação da soberania nacional. Nessa perspectiva, a língua deveria ser entendida, em sua essência, como algo que representasse a consciência nacional e fortalecesse o sentimento da comunidade, sendo a responsável por representar o modo de ser português.

No ano de 1540, Barros produz a segunda gramática da língua portuguesa, intitulada *Gramática da Língua Portuguesa*, sendo precedida, apenas, pela de Fernão de Oliveira (1536). A gramática de Barros tinha o objetivo de normatizar a língua, obedecendo a maneira como era falada na época de sua produção. É interessante destacar que, antes da produção da gramática, um ano antes, Barros já havia publicado uma cartilha conhecida como *Cartilha de João de Barros*. Essa cartilha era dedicada, principalmente, à alfabetização, e esse processo de alfabetização sempre vinha acompanhado de ensinamentos morais e religiosos.

Além da produção¹⁸ da segunda gramática de língua portuguesa, o gramático também produziu outras obras, que serviram para o ensino e a normalização da língua portuguesa. O autor escreveu obras que exaltavam os feitos dos portugueses no mundo. Dentre essas, cita-se: *A crónica do Imperador Clarimundo* (1522); *Décadas da Ásia*, obra publicada em quatro volumes, sendo o primeiro de (1522); *Mercadoria Espiritual* (1532); *a Cartinha com os preceitos e mandamentos a Santa madre igreja* (1539).

A *Gramática da Língua Portuguesa* (1540) possui cerca de 120 páginas e está dividida da seguinte forma: *Ortografia*, *Prosódia*, *Etimologia* e *Sintaxe* ou *Construção*. Nas duas primeiras partes da obra, o gramático trata das letras, das sílabas, bem como faz uma referência à acentuação. Na terceira parte, classifica os nomes, além de abordar a flexão nominal e verbal. Por fim, na quarta e última parte, faz um estudo da sintaxe. Após essa divisão, Barros traz mais dois capítulos, em que, no primeiro, trata das figuras de linguagem; e, no segundo, trata, de forma pormenorizada, da ortografia.

Sobre a categoria das *vozes verbais*, Barros (1540) trata do assunto, de forma indireta, já que não traz um tópico específico sobre a categoria. Aborda o assunto na terceira parte de sua gramática, quando traz para a discussão os verbos e suas flexões. De início, o gramático

¹⁸ No que concerne à produção de obras de João de Barros, as informações foram retiradas do site da Biblioteca Nacional de Portugal. Todas as obras citas acima estão digitalizadas, no site da referida Biblioteca.

começa por definir *verbo*, que, para ele, é uma definição comum a todos os gramáticos: “voz ou palavra que demonstra realizar uma ação: os quais não se declinam como o nome e o pronome por casos, mas conjuga-se por *modo e tempo*”. Para a divisão dos verbos em português, ele parte da divisão latina dos verbos: impessoais e pessoais, estes últimos trazem consigo oito subdivisões, a saber: *gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número e conjugação*, que são aplicados ao português.

Apresenta uma divisão da categoria dos verbos pessoais em *ativos, passivos e neutros*, além dos *comuns* e dos *depoentes*, este último pode ser compreendido nas línguas clássicas, dentre elas, o latim, como a terminologia de passiva *tantum*¹⁹. Para alguns pesquisadores, dentre eles, Muniz (2012), muitos dos aspectos ligados ao tipo de verbo depoente estão ligados à categoria de *voz*, que, para ele, pode ser entendida como a atitude ou o comportamento do sujeito em relação à ideia expressa pelo verbo.

Levando em consideração os verbos, na gramática de Barros, o autor começa pela definição de verbos ativos. Para ele, os verbos ativos são aqueles que podem ser convertidos em modo passivo, além de serem aqueles que, segundo o autor, praticam alguma ação. Ademais, são aqueles que se pode colocar no modo acusativo. A partir dessa concepção de verbos ativos, Barros traz o seguinte exemplo: *Eu amo a verdade*. O *eu*, segundo Barros, que é pronome, detona o ser que fala, enquanto o verbo *amo*, que é ativo, denota a obra (ação) de amar a verdade, o qual está no modo acusativo.

Diz que, por não haver estrutura dos verbos passivos, assim como existe dos ativos, supre-se este “defeito” por rodeio, da mesma forma que os latinos fazem com o verbo *ser*, no particípio do tempo passado, da seguinte forma: *Eu sou amado dos homens*. Na visão do gramático, o modo passivo se constrói com um conector associado a um verbo. Para exemplificar tal assertiva, o gramático lança mão dos seguintes exemplos: *Eu amo a verdade* e *A verdade é amada por mim*. Tem-se, pois, o primeiro exemplo chamado de ativo e o segundo denominado de passivo.

Logo após fazer uma conceituação dos verbos pessoais ativos e passivos, o gramático segue conceituando os verbos neutros. Para o autor, os verbos neutros são aqueles que, de modo diferente dos ativos, não se podem converter ao modo passivo e, quando se ouve, não se pensa em outra coisa, assim como nos exemplos trazidos na *Gramática da Língua Portuguesa: estou, ando, venho, vou, fico*.

¹⁹ Somente.

Barros, em seguida, passa a falar dos verbos impessoais latinos, na medida em que entende esses verbos como aqueles que se pode conjugar na terceira pessoa do singular, não apresentando a primeira e a segunda pessoa. Podendo, ainda, serem classificados de duas maneiras: na voz ativa e na de voz passiva.

Para os verbos impessoais na voz ativa, Barros (1540) dá os seguintes exemplos: *releva, compre, convém, acontece*, entre outros de igual semelhança, que, antes disso, vêm no caso dativo²⁰ e, depois disso, o verbo vem no modo infinitivo, como nesse exemplo, trazido pelo próprio autor: *A ti releva aprender ciência, e a mim convém dar doutrina.*

Descreve, em seguida, como se dá a construção dos verbos impessoais da voz passiva. Para Barros, quando se necessita utilizar a voz passiva, toma-se o verbo na terceira pessoa do singular juntamente com um pronome de terceira pessoa, *se*, de tal modo que se tem a seguinte construção: *No poço se pragueia fortemente.*

Os latinos, de acordo com Barros, conjugam os verbos da seguinte maneira: *presente do indicativo, pretérito, infinitivo, gerúndio, supinos e participios*, tanto na voz ativa quanto na passiva, dizendo: *amo, amas, amai, amare, amadi, amando, amandum, amatum, amatu, amans, amaturus*. Já em português, conjuga-se os verbos da seguinte maneira: *presente, pretérito, infinitivo, gerúndio do ablativo*, e pelo *particípio pretérito*.

Após ter-se observado o tratamento dado à categoria de *voz verbal* pelo segundo gramático da língua portuguesa, João de Barros, passar-se-á para o próximo subtópico, no qual será observado o tratamento dado à mesma categoria por João Franco Barreto.

5.3 Ortografia da Língua Portuguesa (1671), de João Franco Barreto

Segundo informações encontradas no site da Biblioteca Lusitana, João Franco Barreto nasceu em Lisboa no ano de 1600, licenciou-se em Direito canônico pela Universidade de Coimbra. Não se sabe sua data de falecimento, o que se tem notícia é que, ainda em 1674, vivia.

Ainda conforme informações da Biblioteca Lusitana, os primeiros estudos desse gramático foram realizados no colégio Santo Antão. No ano de 1624, entrou na carreira das armas, embarcando na armada que veio à Bahia, na tentativa de tomar a cidade dos holandeses. Na volta a Portugal, abandonou a vida militar, dando prosseguimento aos estudos,

²⁰ Corresponde ao objeto indireto em português.

seguindo também a vocação das letras. Em 1631, publicou sua primeira obra, cujo título é *Cyparisso*, uma fábula mitológica.

Em seguida, Barreto escreveu as seguintes obras: *Biblioteca portuguesa*; *História dos cardiais portugueses*; *História eclesiástica da cidade de Évora*; *Olhos, suas virtudes e vícios*; *Genealogia dos deuses gentílicos e muitas poesias soltas*; *Ortografia da língua portuguesa* (1671); *Discurso apologético sobre a visão do Indo e Ganges*. Além dessas obras, dirigiu, também, a edição de um dicionário de nomes próprios²¹.

Para Pereira (2011), o tratado *Ortográfico da Língua Portuguesa*, de Barreto (1671), é considerado uma das mais significativas obras para a história da língua portuguesa. A obra apresenta a seguinte estrutura composicional: em um primeiro momento, discorre sobre a ortografia, bem como sobre o uso da língua latina em Portugal; em um segundo momento, passa a abordar, de forma pormenorizada, a respeito do nome; verbo; preposição; advérbios; conjunções; interjeições; artigos; divisão das letras; pronúncia das vogais; ditongos; aspiração das consoantes; sílabas e dicções; acentuação; pontuação; entre outros aspectos. Termina o tratado com advertências para melhorar as palavras.

No tocante à categoria das *vozes verbais*, Barreto (1671), assim como Barros (1540), aborda o assunto quando trata da questão dos verbos, especificamente no capítulo VIII. A princípio, o autor começa por dizer que o verbo é a terceira parte da oração e dentre todas as outras classes é a de maior relevância. Isso pode ser entendido pelo fato de que, de acordo com o autor, os latinos mostraram sua relevância quando chamavam todas as palavras de verbo. Assim sendo, Barreto entende os verbos como a alma e a vida das outras classes de palavras, porque, segundo ele, diferentemente do verbo, todas as outras classes são ‘mortas’, pelo fato de, por si sós, não produzirem sentença nenhuma.

Logo após essa definição, o gramático passa a apresentar a classificação dos tempos e modos verbais, a fim de explicar e justificar a importância dos verbos em relação às outras classes de palavras, que, para ele, não apresentam as mesmas classificações. Ainda nessa classificação, diz que os verbos, em português, podem ser ativos, passivos, neutros, pessoais e impessoais e que os verbos ativos apresentam suas terminações no infinitivo.

Para Barreto, os verbos ativos podem ser divididos em quatro conjugações. Os verbos ativos que terminam em infinitivo *ar*, de primeira conjugação; terminação *er*, de segunda conjugação; *ir*, de terceira conjugação; e *or*, de quarta conjugação. (BARRETO, 1671, p. 53)

²¹ Para algumas obras de autoria de João Franco Barreto, não foram encontradas as datas de suas publicações.

Ao se referir aos verbos passivos da língua latina, diz que são formados por verbos ativos, acrescentando-lhes um *r* ao final, como no exemplo dado pelo próprio autor, *amo - amor*; assim como na língua portuguesa e nas demais línguas vulgares, segundo Barreto. Assim sendo, o autor diz que, apesar de a língua portuguesa não ter uma estrutura com um único verbo da voz passiva, necessitamos dela. Para ele, supre-se essa falta de estrutura dos verbos passivos e da voz passiva com os verbos substantivos: *eu sou, tu es*, aos quais são juntados aos participípios acabados em *-ado* e *-ido*, como nos exemplos: *eu sou amado, eu sou lido*.

O gramático afirma, ainda, que não segue o parecer dos gramáticos que se remedia a falta dos verbos passivos com os pronomes *me, te, se, nós* e *vós*, porque, segundo ele, não se especifica. Assim, a voz passiva, que há de ser o nominativo paciente, isto é, a coisa que padece, concordando com ele em número e pessoa, como é o uso de todos os verbos pessoais, onde latinamente se diz: *eu sou lido, eu sou amado, eu sou ensinado* (p. 55).

É válido destacar que, tanto Barros quanto Barreto compreendem a existência tanto da voz ativa quanto da voz passiva. Ainda se aproximam no tocante à voz passiva, uma vez que ambos apresentam apenas estrutura de voz passiva analítica, não abordando, pois, nos exemplos, a estrutura de passiva sintética.

Mais à frente, o autor conclui com um posicionamento sobre os verbos neutros, dizendo que são aqueles que não se transformam em voz passiva, como em: *vivo* e *sei*. Dessa forma, não se pode dizer: *eu sou vivido* e *eu sou sabido* (p. 55).

No próximo subtópico, será descrita a gramática *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*, de Pe. Jerônimo Contador de Argote, no tocante à categoria de voz verbal.

5.4 *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina* (1725), de Pe. Jerônimo Contador de Argote

De acordo com Marques (2016), Jerônimo Contador de Argote nasceu em Colares, Sintra, no ano de 1676. Para Marques (2016), citando Machado (1747), a formação intelectual de Argote teve início na cidade do Porto, mas foi em Lisboa, no colégio de São Francisco Xavier, sob o auxílio de dois padres jesuítas, Álvaro Machado e Antônio Vieira, que ele aprendeu o Latim. Em 1688, aos 12 anos, ingressou na Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos na casa de Nossa Senhora da Divina Providência, em Lisboa. Logo após fazer os votos, começou a estudar Teologia, dedicando-se, também, ao estudo do italiano, francês e

grego. Além disso, exerceu, na mesma casa, a função de professor, ensinando Retórica e Latim.

Ainda de acordo com Marques (2016), citando Machado(1747), Argote possui uma vasta obra, a começar por *Serman da Payxão* (1717); *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* (1721); *Vida e milagres de São Caetano de Thiene* (1722); *Dissertação da vida de Santiago Hespanha* (1722); *Segunda edição da gramática Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* (1725); *De antiquitati busconventus bracar augustani: libriquatuor, latino que sermone conscripti* (1728); *Memórias para a história Eclesiástica de Braga, primaz das Hespanhas* (1732-1747); *Parecer anatómico, histórico, crítico e judicioso* (1742).

A gramática *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* (1725), segundo Kemmler (2012), caracteriza-se por ser a primeira gramática do século XVIII. Além disso, é considerada a primeira gramática portuguesa a ter mais de uma edição em vida de um autor, visto que a primeira edição foi publicada no ano de 1721²², com o pseudônimo de Caetano Maldonado da Gama.

Para Kemmler (2012), Argote é considerado o primeiro gramático a incluir não somente o aspecto ortográfico, mas a tratar do sistema variacional da língua portuguesa.

A segunda edição veio a lume no ano de 1725, com cerca de 360 páginas. Essa última edição consta de uma folha de rosto; uma página em branco; uma carta dedicada a D. José I, príncipe de Portugal; prólogo; licença de ordem; licenças do santo ofício (do ordinário, do poço); despachos finais de impressão e uma introdução à gramática.

No que diz respeito à estrutura da gramática de Argote, Marques (2017) afirma que ela repete o modelo das gramáticas dos vernáculos europeus, portanto, segue o modelo greco-latino, sendo estruturada em quatro partes, nas quais trata das classes de palavras, da sintaxe e da ortografia. A parte dos verbos é abordada na primeira parte, especificamente no capítulo XI, no qual o autor aborda a respeito dos verbos ativos, passivos e neutros.

Argote começa por definir o verbo como uma palavra significativa, que apresenta pessoas, números, tempos, sendo que é uma classe que não se declina em casos. Afirma que os verbos podem ser de três tipos: ativos, passivos e neutros.

Para o gramático, os verbos ativos são aqueles que significam uma coisa, ou seja, uma ação que alguém faz a outra pessoa. Para exemplificar a afirmação dada anteriormente, Argote dá os seguintes exemplos de verbos ativos: *quebrar e assar*. Conforme o gramático,

²² Apesar de existirem duas edições da gramática, as análises serão feitas da edição de 1725, visto que a edição de 1721 não foi encontrada.

para um verbo ser ativo não é necessário que a ação realizada por uma pessoa para outra seja necessariamente física, podendo essa ação estar no plano do pensamento. Como exemplo, o autor cita o verbo *amar*.

Os verbos passivos, em contrapartida, são aqueles que, de modo contrário aos ativos, significam a coisa (ação) que os outros fazem ao sujeito, assim como nos exemplos dados pelo gramático: *ser amado e ser entendido* (p.79).

Ao falar dos verbos passivos, o autor afirma que são aqueles em que há uma ação que o sujeito realiza, porém essa ação não é praticada para uma outra pessoa, nem tampouco uma outra pessoa prática ao sujeito. Para exemplificar, Argote dá o exemplo do verbo *rir*.

No capítulo VIII da terceira parte da gramática, o gramático trata das orações e, nessa seção, destaca que as orações feitas pelos verbos ativos podem transformar-se em passivos. Essa mudança, para o autor, dá-se quando se passa uma oração que está na forma ativa para o nominativo (sujeito) e o verbo dessa oração para o modo acusativo (objeto direto). Quanto ao modo e ao tempo, ambos permanecem da mesma forma.

Já o número e a pessoa concordam com o seu nominativo que está na passiva. Além disso, o que era nominativo na voz ativa, passa para o ablativo (adjunto adverbial), com o acréscimo da preposição *de*, ou para o acusativo, com a preposição *por*, na voz passiva.

Para exemplificar, Argote dá o seguinte exemplo: *Pedro ama as virtudes* (p. 138). Esta oração está na voz ativa e, para que ela passe para a voz passiva, resolve-se tal construção, segundo o gramático, utilizando o verbo na passiva, *ser amado*, ficando a construção da oração da seguinte maneira: *As virtudes são amadas por Pedro* (p.138). Dessa maneira, *virtudes* que, na oração ativa, era acusativo do verbo, na voz passiva, vai para o nominativo.

O autor conclui a exemplificação dizendo que o verbo *amar*, na voz ativa, estava no modo indicativo, no tempo presente, no número singular e na terceira pessoa; e, na voz passiva, continuava no mesmo modo e no mesmo tempo, mudando, porém, o número, uma vez que o nominativo da passiva é plural e da ativa é singular. Quanto à pessoa, em ambas as vozes, são as mesmas, porque tanto uma quanto a outra no nominativo são de terceira pessoa. Na ativa, *Pedro*, na passiva, *as virtudes*, e, finalmente, o nome *Pedro* que, na ativa, estava no nominativo, na passiva, passa para o ablativo com a preposição *de*, ou acusativo com a preposição *por*. Para exemplificar, Argote dá, como exemplo: *Pedro com grande fervor imita as virtudes dos Santos*, oração esta que se encontra na voz ativa. Para mudar tal oração para a voz passiva, procede-se da seguinte forma: *As virtudes dos Santos são imitadas por Pedro com grande fervor* (p.139). O que muda, então, de acordo com o autor, é o acusativo do verbo, bem como o nominativo, o restante permanece da mesma forma da ativa.

Argote diz que, na língua latina, só há duas vozes verbais: ativa e passiva, enquanto que, a língua portuguesa possui três: ativa, passiva e recíproca. Define a *voz recíproca*, em português, como a ação ou a significação do verbo, que torna para a mesma pessoa que a pratica. Para mostrar essa definição, dá os seguintes exemplos: *Eu feri-me*, no qual o verbo *ferir* mostra que a ação de *ferir* saiu do praticante da ação para ele próprio, e *Comecei a queixar-me*, no qual a ação de *queixar-se* é “de mim e torna-se para mim” (p. 261).

Após essa explanação da *voz recíproca*, o autor passa a dizer que a partícula *se* também faz, muitas vezes, a *voz passiva* nas terceiras pessoas: *Os turcos matavam-se à espada pelos portugueses* (p. 263). Nesta oração, a partícula *se* transforma o verbo *matar* em passivo, sendo o mesmo que dizer: *Os turcos eram mortos à espada*. Porém, nesta outra oração: *Os turcos matavam-se por não ficarem cativos* (p. 263), a partícula *se* serve para caracterizar a voz recíproca, porque mostra que a ação de *matar* sai dos turcos e torna para eles, tendo, portanto, o mesmo valor que: *Os turcos matavam a si mesmos por não ficarem cativos* (p. 263).

Para diferenciar se partícula *se* forma a voz passiva ou a voz recíproca da oração, Argote diz que se deve atentar para onde nasce a ação ou a significação do verbo. Se nasce do nome que está na oração no nominativo, caracteriza-se uma oração na voz recíproca. Entretanto, se nasce do nome que está no acusativo, com a proposição *por*, ou no ablativo, a oração está na voz passiva. Para mostrar essa diferenciação, o gramático traz os seguintes exemplos: *Pedro pintava-se neste painel* (p. 265). Nesta oração, a ação de *pintar* nasce de Pedro, que está no nominativo, assim, a oração está na voz recíproca. De modo contrário, nesta outra oração: *Pedro pintava-se neste painel pelo seu mestre*, a ação de *pintar* nasce e sai do mestre que está no modo acusativo com a preposição *por* ou *pelo*, mostrando, assim, que o verbo *pintava* com a partícula *se*, forma uma oração passiva.

Após a descrição da categoria das *voces verbais* nas fontes secundárias da pesquisa, passa-se a descrever, nos próximos subtópicos, a referida categoria nas fontes primárias do estudo, as gramáticas brasileiras do século XIX.

5.5 Gramática Portuguesa (1881)²³, de Júlio César Ribeiro Vaughan

Júlio César Ribeiro Vaughan, conhecido apenas como Júlio Ribeiro, nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 16 de abril de 1845. Júlio Ribeiro realizou seus estudos secundários

²³ A primeira edição da gramática de Júlio Ribeiro foi produzida em 1881, mas a que será analisada nesta dissertação é a segunda edição, datada de 1885.

em sua cidade natal. Somete aos 15 anos de idade, foi para o Colégio Baependi realizar seus estudos secundários. Aos 17 anos, no Rio de Janeiro, matriculou-se na Escola Militar, não concluindo o curso. Após esse período, fixou residência em Lorena, onde deu início a sua carreira de professor. Logo depois de ter dado início a sua carreira no magistério, em Campinas, tornou-se professor do Colégio Culto à Ciência. No ano de 1886, mudou-se para São Paulo, onde fundou os jornais *A procelária* e *O Rebate*. Na escola Normal, após concurso, conquistou a cadeira de Latim no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Somente no ano de 1888, substituiu o barão Loretona, na direção do Instituto de Instrução Secundária, no Rio de Janeiro (FÁVERO, 2002; FÁVERO & MOLINA, 2006).

No que diz respeito à estrutura da gramática, ela está organizada da seguinte maneira: Introdução, Lexicologia, Sintaxe, um Aditamento e Anexos. Na Lexicologia, o gramático faz uma divisão entre Fonologia e Morfologia. Na primeira, aborda os estudos de Fonética, Prosódia e Ortografia. Na segunda, Taxeonomia, Campenomia e Etimologia. No bloco da sintaxe, Júlio Ribeiro divide-a em Sintaxe Léxica: subjetiva, predicativa, atributiva, objetiva e adverbial. Na Sintaxe Lógica, a divisão se dá por coordenação e subordinação.

A Gramática Portuguesa, apesar de ter sido editada pela primeira vez em 1881, vem a ganhar uma forma definitiva somente a partir da segunda edição, em 1885, após serem feitas algumas adaptações, em virtude das críticas recebidas; como bem deixa claro no prefácio da segunda edição “os erros de etimologia e de distribuição de matéria que a crítica honesta e ilustrada de Karl vonReinhardstoettner e de Alexandre Hummel descobriram na primeira edição de meu livro, corriji-os eu n'esta segunda” (RIBEIRO, 1885, p. 2).

Assim como nas gramáticas anteriormente analisadas, a categoria das *vozes verbais* está associada à categoria dos verbos. Dessa maneira, o gramático começa por definir e a classificar o verbo como a palavra que serve para anunciar, dizer ou declarar alguma coisa. Implicando, portanto, sempre uma asserção ou uma predição.

Após a definição, o autor classifica os verbos em intransitivos e transitivos. Os intransitivos, para o gramático, são aqueles que servem para anunciar um estado ou uma certa ação que não se exerce diretamente sobre o objeto. De modo contrário, os verbos transitivos, na concepção de Júlio Ribeiro, são aqueles que anunciam uma ação que se exerce diretamente sobre um objeto. Afirma o autor que os verbos transitivos podem apresentar-se tanto na voz ativa quanto na voz passiva. Os verbos transitivos, na voz ativa, são aqueles em que a ação é exercida pelo sujeito da oração; e, na voz passiva, são aqueles em que a ação é exercida sobre o sujeito.

Júlio Ribeiro realça essa discussão, ao dizer que os verbos intransitivos não se empregam na voz passiva. Porém, de acordo com o gramático, verbos intransitivos, como os *custar*, *pesar* e *valer* (p. 261), quando seguidos de substantivos que representam, respectivamente, *o custo*, *o peso* e *o valor*, passam a assumir, também, uma significação transitiva. Dessa maneira, toma por objeto do verbo os mesmos substantivos de *custo*, de *peso* e de *valor*, estes modificados ou não por adjuntos atributivos. Para exemplificar tal assertiva, tem-se como exemplo: *Esta espingarda custou 30 libras*; *Esta moeda pesa quatro oitavos*; *Este livro vale cem mil reis* (p.261). Pode-se destaca-se, com isso, que alguns verbos intransitivos são suscetíveis de construção na voz passiva, assim como os anteriores. O estudioso dá mais os seguintes exemplos de verbos intransitivos passíveis de serem construídos na voz passiva: *As noites mal dormidas*; *Os golpes feridos* e *A ponte passada* (p. 261).

Aponta Júlio Ribeiro que, quando o verbo transitivo ou intransitivo, este último tomado transitivamente, passa a exercer a função de voz passiva, o agente passa a ser representado por um substantivo que é posto em relação adverbial por uma preposição — POR—, como em: *O veado foi dilacerado pelo leão* (p. 261). Entretanto, com alguns verbos, utiliza-se a preposição —DE—, em substituição da preposição —POR—, evidenciado no exemplo: *Acompanhado de muitos amigos e tomado de medo* (p.261).

A respeito do agente do verbo passivo, Júlio Ribeiro afirma que, em língua latina, era representado tanto pelo ablativo regido de —*a* ou *ab*—, por acusativo regido de —*per*—, quanto pelo ablativo. Atesta, ademais, que, das três formas de representar o agente da passiva da língua latina, a forma que se firma na língua portuguesa é a do acusativo, regido por —*per*—, preposição essa que, de acordo com o gramático, se conservou de forma inalterada até o século XVI, convertendo-se, posteriormente, pouco a pouco, em —por—, única forma atualmente em uso.

Ribeiro assevera que a língua portuguesa não possui forma para a voz passiva do verbo. Essa falta é suprida com o verbo —*ser*— e participípios. Segue afirmando que, quando as frases apresentam um sentido geral, não é necessário pôr o agente, pois a apassivação dos verbos se dá nas terceiras pessoas tanto do singular quanto do plural, por meio do pronome —*se*—. Esse pronome é considerado, pelo autor, como uma mera partícula apassivadora, como nos exemplos: *Queima-se o campo* e *Concertam-se relógios* (p. 262).

É importante destacar que Ribeiro, foi, até agora, o primeiro gramático a trazer a estrutura de voz *passiva sintética*, embora admita, ao reconhecer tal tipo de estrutura, uma

dupla concordância (tanto no singular quanto no plural). Além disso, passa a considerar o pronome *se* como sendo apenas uma partícula apassivadora.

Um grande debate para o gramático em estudo foi suscitado à época entre os gramáticos portugueses a respeito da partícula —*se*—. Todavia, segundo Ribeiro, a última palavra a respeito do assunto foi dada pelo linguista Adolfo Coelho, que, trilhando outros estudiosos de outras línguas neolatinas, filia esse processo do português de conjugação ao processo latino.

Cumprido esclarecer, ainda, que através da partícula —*se*— só se é possível apassivar verbos cuja ação não possa ser exercida pelo próprio sujeito. E a razão disso é que, podendo o sujeito exercer a ação, ter-se-ia ambiguidade de sentidos, como em: *O homem feriu-se*, não sendo o mesmo que: *O homem foi ferido*; isso porque o homem poderia ter-se ferido a si próprio. Enquanto que em: *Concertam-se relógios*, não se tem ambiguidade, pois a frase tem equivalência a: *Relógios são concertados*, devido ao fato de que relógios não podem concertar-se a si próprios. Segundo Ribeiro, é muito comum, em português, a apassivação, utilizando a partícula —*se*—, de verbos cujo agente deve ficar de forma indeterminada.

Neste subtópico, foi realizada a descrição da gramática de Júlio Ribeiro, no próximo, passar-se-á a descrever a gramática de Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade.

5.6 *Gramática da Língua Portuguesa* (1887),²⁴ de Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade²⁵

Manuel Pacheco da Silva Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 1842, vindo a falecer em Niterói, em 1899. Pacheco aprendeu as primeiras letras com seu pai, médico e também Reitor do Colégio Pedro II. Posteriormente, matriculou-se na Escola Politécnica, vindo a cursar apenas o primeiro ano. Mudou-se para a Europa devido a problemas de saúde, o que o possibilitou a entrar em contato com diversas correntes linguísticas que por lá circulavam. No magistério, foi professor de inglês do Liceu de Artes e Ofícios. O seu profundo conhecimento de linguística lhe possibilitou a distinção como filólogo (FÁVERO & MOLINA, 2006).

Dentre suas principais produções acadêmicas, destacam-se: *Noções de Grammatica Portuguesa*; *Noções de Semântica*; *Estudos de Língua vernácula*; *Grammatica Histórica da*

²⁴ A gramática aqui analisada é a primeira edição.

²⁵ Por serem dois os autores dessa gramática, chamaremos no decorrer da análise os autores abreviadamente de Pacheco e Lameira.

Língua Portuguesa; Noções de Análise Gramatical; Fonética, Etimologia e Sintática; Estudos Filológicos de João Ribeiro. Além dessa vasta produção independente, colaborou em diversos jornais e revistas, dentre as quais, a *Revista Brasileira*.

Segundo Fávero e Molina (2007), os relevantes serviços prestados por Lameira ao ensino da língua portuguesa se deram como professor da escola Normal, bem como pela sua produção bibliográfica, destacando-se a gramática em tela. Entretanto, poucas são as informações sobre o autor. O que se sabe de sua vida é que foi casado com Carolina Levereuth de Andrade, e que teve um filho, o qual faleceu aos 17 anos.

A gramática de Pacheco e Lameira, de acordo com Fávero e Molina (2007), foi produzida com o objetivo de tentar suprir uma lacuna deixada com o Programa de Exames de Fausto Barreto. Essa gramática apresenta grande relevância devido ao fato de ter sido produzida pelos autores com o intuito de servir à educação secundária, o que foi alcançado.

No tocante à estrutura da obra, essa gramática apresenta uma longa introdução, na qual os autores expõem a história da língua portuguesa. Em seguida, apresenta uma periodização da língua portuguesa, asseverando, nessa parte, a importância de outras línguas para a formação da nossa. Além disso, os estudiosos fazem uma bipartição da gramática em Lexicologia e Sintaxe. Na primeira parte, relacionada à Lexicologia, os autores abarcam os estudos da Fonologia (fonética, prosódia e ortografia); Morfologia (estudo das formas); Semiologia (estudo dos sentidos das palavras e de sua variabilidade); e a Etimologia. Na segunda parte, concernente à Sintaxe, tem-se o estudo da frase e da proposição, estando estas divididas em gramatical e literária (FÁVERO & MOLINA, 2007).

Na décima lição, os autores tratam dos verbos e de suas classificações. Definem essa categoria como sendo a palavra que exprime uma ação, isto é, uma afirmação. Dentro da classificação dos verbos, Pacheco e Lameira os dividem em nocionais (transitivos e intransitivos) e relacionais (auxiliares).

Quanto à significação, na visão desses autores, os verbos podem ser classificados quanto à natureza do sujeito, segundo a natureza da ação e segundo a afirmação — os transitivos, em ativos, passivos, neutros e reflexivos.

Os gramáticos compreendem como verbos intransitivos aqueles cujas ações são limitadas ao sujeito, como nos exemplos: *dormir, chorar e morrer*. Dessa maneira, a ideia desses verbos é completa, não exigindo a necessidade de uma noção complementar. Afirmando, com isso, que tais verbos não podem ser conjugados na forma passiva.

A relação existente entre o sujeito e o predicado pode ser ativa ou passiva, ou seja, o sujeito pode fazer ou sofrer a ação expressa pelo verbo. Diante disso, os verbos, de acordo

com os estudiosos, podem ser ativos ou passivos. Os autores reconhecem além dessas duas classificações (ativos e passivos), os verbos reflexivos, que são entendidos como verbos pronominais, cuja ação recai para quem a pratica, como em: *Ele feriu-se e arrependeu-se* (p. 98). Essas formas são classificadas como voz reflexa ou média, nas quais o sujeito é, ao mesmo tempo, ativo e passivo. Tal forma constitui-se, para os estudiosos, como uma forma intermediária entre a voz ativa e a voz passiva, e conjuga-se com um pronome da mesma pessoa do sujeito.

Pacheco e Lameira distinguem a forma reflexiva em reflexivos intransitivos e reflexivos transitivos — sendo que quase todos os verbos reflexivos são transitivos, que, na forma reflexiva, exprimem uma ideia intransitiva ou conservam sua significação transitiva. Surge disso a distinção em verbos reflexivos intransitivos (propriamente ditos), e reflexivos transitivos (verbos transitivos empregados como reflexivos).

Ainda para Pacheco e Lameira, os verbos auxiliares servem de elementos formadores dos tempos compostos da voz passiva, dos verbos perifrásticos e frequentativos.

De acordo com os gramáticos, são duas as vozes que exprimem ação, quais sejam: a voz ativa e a voz passiva. Ao passo que a ativa representa o sujeito; a passiva representa o objeto do verbo, como em: *amo* e *sou amado* (p.211), respectivamente. Dessa maneira, perdeu-se a flexão da voz passiva, sendo, de origem latina, a perífrase que usamos. Portanto, na forma perifrástica, é sempre o auxiliar —*ser*— que vai indicar a pessoa, o número e o modo, e não o principal, como na voz ativa.

Os referidos gramáticos afirmam que a língua portuguesa rejeitou, de todo, a forma sintética da passiva latina, em favor da forma composta do particípio passado e do verbo *ser* ou *estar* (p.394). Todavia, os gramáticos destacam que tal mudança já era frequente no latim popular. Dito de outra maneira, a conjugação passiva latina era expressa por várias formas simples: *amari, ser amado; amor – sou amado; amabar, eu era amado* (p.394). Porém, em alguns tempos, como no perfeito e pretérito mais-que-perfeito do indicativo, os romanos empregavam formas compostas do particípio passado do verbo principal e do auxiliar *ser*: *amatus fuit*. Seguindo essa construção, as línguas românicas também adaptaram essas formas analíticas, que mais estavam em sintonia com a língua popular, e que se sobrepuseram às formas simples.

Os gramáticos afirmam, ainda, que os latinos tinham um grande número de verbos ativos intransitivos de forma depoente, ou seja, verbos com formas passivas, porém, de sentido ativo: *reversus sum, profectus sum, me ultus sum* (*eu me sou vingado, eu vinguei-me*).

Neste último caso, o sujeito é ao mesmo tempo autor e objeto da ação, sendo o verbo reflexo latino assimilado ao passivo.

Compreendem que o processo apassivador dos verbos ativos, em português, se dá pela junção da partícula —*se*— nas terceiras pessoas e no infinitivo impessoal, ou seja, a utilização do pronome *se* + mais a forma verbal ativa, como em: *Cultiva-se a terra e a inteligência* (p. 395), sendo esse processo já utilizado pela língua latina. Compreendem, também, que a língua portuguesa absorveu, na forma ativa, todos os verbos depoentes latinos (passivos), que, na maioria, eram transitivos na linguagem vulgar: *arbitrare, moderare, partire,...por arbitrari, molderari, partiri*.

Todavia, os clássicos autores estendiam o emprego desta forma também aos verbos neutros, como em: *a avesinhacahiu, ela se morreu* (B. RIB); *emagrecer-se, acontecer-se, partir-se* (CAM). Porém, segundo Pacheco e Lameira, tinha-se essa liberdade, quando o verbo neutro exprimia espontaneamente ação: *vive-se, come-se, bebe-se e dorme-se* (p. 395). Essa mesma forma era utilizada pelos latinos com os verbos mistos (semi depoentes, neutros passivos: *ceno, prandeo, poto, fazendo cenatus sum, pransus sum, potus sum*) (p.395).

Os latinos possuem, também, outra maneira de exprimir a ação que, ao passo que é exercida, também é sofrida pela mesma pessoa, além da voz passiva. Isso se dá quando se emprega o verbo na voz ativa, mas acompanhado de um pronome *regimen* (reflexivo na terceira pessoa): *virgo de cespite se levat* (*a virgem levanta-se da relva*) (p. 396). Assim como em outras línguas similares, o português adaptou esta construção latina, criando, assim, os verbos reflexos pronominais. Então, se o verbo é transitivo, o pronome é *regimen direto* (*mover-se*); se intransitivo, o pronome é *regimen indireto* (*arrepender-se*) (p.396).

Pacheco e Lameira destacam que o desenvolvimento analógico dessa forma no português antigo deu resultado a uma série de verbos que não são propriamente reflexivos, mas simplesmente pronominais, porque o pronome nem fazia as funções de *regimen direto* nem de *regimen indireto* (*apoderar-se, partir-se, morrer-se, deliberar-se*) (p.396).

De modo geral, os gramáticos dizem que, na voz ativa, os verbos transitivos exigem um termo indicador do objeto direto e imediato da ação e seu complemento direto, como no exemplo a seguir: *O sol abrande a cera e endurece o barro* (p. 396). Enquanto a voz passiva exige um caso agente representado pela preposição —*por*— ou —*de*—, exemplificado pelos autores da seguinte maneira: *Esta terra foi ganhada pelos mouros* (p. 397).

A seguir, será verificada a forma como a categoria de *voz verbal* é descrita na *Gramática Portuguesa*, de Alfredo Gomes.

5.7 *Gramática Portuguesa* (1887), de Alfredo Gomes

Alfredo Gomes nasceu no Rio de Janeiro, em 1859, onde veio a falecer, em 1924. Formou-se em Letras pelo Colégio Pedro II, no ano de 1875. Posteriormente a sua formação em Letras, formou-se em Medicina, em 1883, no Rio de Janeiro. Prestou dois concursos com o intuito de ocupar a cadeira de professor de língua portuguesa do Colégio Pedro II, não obtendo sucesso nas duas empreitadas. Após isso, prestou concurso para o cargo de professor de Francês do Colégio Militar, obtendo sucesso. Além disso, foi escolhido por Benjamin Constant, juntamente com outros intelectuais da época, para organizar a Escola Normal. Logo após a organização da escola, Alfredo Gomes passou a ocupar o cargo de professor de língua portuguesa, de onde não mais se afastou, mesmo quando foi designado para o cargo de diretor da escola, passando a exercer concomitantemente o cargo de professor e diretor. Em 1888, Alfredo Gomes fundou, nas Laranjeiras, um colégio com seu próprio nome.

Através de concurso, em 1903, conseguiu o cargo de professor de língua francesa no Colégio Pedro II, onde também lecionou as disciplinas de filologia românica e literatura comparada. Escreveu em diversos periódicos, dentre eles: *Revista de Língua Portuguesa e União-Acadêmica*. A produção intelectual de Alfredo Gomes é formada pelos seguintes textos: *Método de francês adaptado ao uso dos brasileiros*; *Gramática Francesa*; *Gramática Portuguesa*; *Teoria lógica e gramatical da proposição*; *Literatura francesa no século XIX*; *Literatura espanhola no século XVII*; *Aberrações e primores literários deste período*; *Escritores respectivos e suas principais produções*; *Apreciação das causas dessas aberrações do literário e etc.* (FÁVERO & MOLINA, 2006).

A *Gramática Portuguesa*, de Alfredo Gomes, que será analisada nesta seção, foi uma obra produzida com o intuito de suprir uma lacuna deixada com o Programa de Exames de Fausto Barreto. Apesar de a obra ter sofrido muitas críticas na época de sua produção, teve grande aceitação nas escolas brasileiras do período. Prova disso foi que esta gramática foi adotada por diversas escolas, dentre elas: Colégio Pedro II, Colégio Militar e Escola Normal (FÁVERO & MOLINA, 2006).

Alfredo Gomes dividiu a sua gramática em duas partes, sejam elas: Morfologia e Sintaxe. Na primeira, relacionada à Morfologia, também denominada pelo gramático de Lexiologia, corresponde ao estudo da forma das palavras. Na segunda, concernente à Sintaxe, o autor trata do estudo da boa disposição das palavras na frase. Enquanto a morfologia corresponde, portanto, aos estudos da *fonética*, *prosódia* ou *ortoepia*, a *gráfica*, a *taxinomia*,

a campenomia e a etimologia; a sintaxe compreende aos estudos relacionados à *concordância*, à *subordinação* ou à *regência* e à *colocação* (FÁVERO & MOLINA, 2006).

Por volta da página 52 de sua gramática, Alfredo Gomes trata dos verbos, fazendo uma distinção entre ativos e inativos. Os primeiros, para o autor, são aqueles que expressam uma ação de dizer. Os segundos são definidos como aqueles verbos que exprimem um estado ou um fenômeno: *trovejar*, *viver* (p.52). Seguindo na divisão dos verbos, posteriormente, o gramático classifica os verbos ativos em transitivos e intransitivos. Sendo os transitivos aqueles cuja ação passa do agente: *trazer* (p.52); enquanto que os intransitivos, de forma contrária, são os verbos cuja ação não passa do agente: *brincar* (p.52).

Após isso, Alfredo Gomes aborda sobre os vários tipos de conjugação perifrástica, afirmando que são muitas em língua portuguesa. Dentre essas, tem-se as que servem para indicar atividade, passividade, reflexividade e reciprocidade. A conjugação que serve para indicar ação, segundo o autor, são aquelas que são formadas pelo auxiliar *estar* com o infinitivo do verbo principal regido de *para*, ou somente com o verbo *ir* seguido do infinitivo, como em: **ESTÁ PARA chover**. **Eu ESTIVE PARA embarcar no primeiro paquete**. **Esta moça ESTAVA PARA casar**. **O doente já VAI MORRER** (p. 107).

As conjugações passivas são compreendidas como aquelas que exprimem, ao contrário das ativas, uma ação sofrida por um indivíduo, mas não feita, sendo formada pelo auxiliar *ser* com o particípio passado do verbo que se quer conjugar, por exemplo: **SOU AMADO por meus filhos** (p. 107). Destaca, ainda, que, em muitos casos, a partícula *—se—* passiva os verbos e substitui o verbo *ser* (p. 107).

As conjugações médias (reflexiva e recíproca) são aquelas em que a ação, ao passo que é feita, é recebida por um só ou por dois ou mais indivíduos reciprocamente, as quais são formadas pelas flexões pronominais conjuntas ao verbo: *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*, em qualquer tempo, por exemplo: **Pedro ATIROU-SE ao rio**. **Antônio e Pedro ESBORDOARAM-SE**. **Tu TE ARREPENDERÁS**. **Nós NOS DESAVIEMOS** (p. 107).

Alfredo Gomes destaca que certos verbos em português não admitem a voz passiva. São os verbos inativos, os intransitivos e quase todos os transitivos indiretos. Porém, acidentalmente, alguns admitem passividade, como nesses exemplos: *noite mal DORMIDA*, *tempos IDOS*, *assunto bem TRATADO* (p. 320). O autor ainda observa que existe um processo apassivador, aplicável sempre aos verbos intransitivos ou inativos na terceira pessoa do singular, e que se faz com a partícula *—se—*, como pode ser verificado pelos exemplos dados pelo gramático: **Morre-se por qualquer motivo**. **Vive-se com pouco**. **No carnaval brinca-se loucamente** (p. 321). O autor segue afirmando que tal processo é paralelo ao latim:

VIVITUR parvo bene = Vive-SE bem parcamente; Horas sex PUGNATUM EST = Pelejou-SE durante seis horas (p. 321).

Todavia, para Alfredo Gomes, são os verbos transitivos diretos que, de forma natural, admitem a voz passiva e, por essa razão, é possível mudar as sentenças da voz ativa para a voz passiva e vice-versa. Para tal realização, de acordo com o estudioso, converte-se o objeto da voz passiva em sujeito da passiva e o sujeito da ativa em adjunto de causa eficiente, regido pelas preposições POR ou DE, na passiva. Continuando, passa-se o verbo na passiva para o mesmo tempo e modo da voz ativa, regulando-se a pessoa, o número e o gênero dele pelos do sujeito que se apresentar, como em: *O menino caçou dez passarinhos* (p. 321). Essa sentença está na voz ativa, e após passá-la para a voz passiva, tem-se a seguinte construção: *Dez passarinhos foram caçados pelo menino*. Outra sentença dada pelo gramático para ilustrar a conversão da voz ativa para a voz passiva é a seguinte: *Eu vi uma cobra*. Esta mesma frase na voz passiva seria construída da seguinte maneira: *Uma cobra foi vista por mim* (p. 321).

Em relação à voz passiva, Alfredo Gomes destaca, ainda, que convém notar que os pronomes *me, te, nos* e *vos* vieram (analogicamente a SE) formar também passividade como nos exemplos abaixo: *Chamas-TE João? Sim, Chamo-ME*. Isso significa dizer, portanto, que: *És CHAMADO João? Sim, SOU CHAMADO*. Isso porque quem responde à pergunta não se chama a si próprio de João, mas o EU. Afirma, ainda, que existem alguns participios passados passivos que são compreendidos como depoentes, visto que correspondem a participios presentes, por exemplo: *Homem LIDO; pessoa ENTENDIDA; menino SABIDO*.

Há, também, para o filólogo, formas de infinitivo ativo que correspondem a passivas. Para exemplificar tal assertiva, tem-se: *Mandei FAZER isto pelo criado = Mandei isto SER feito pelo criado* e *Estas obras foram mandadas executar pelo ministro passado = mandou o ministro passado estas obras SEREM EXECUTADAS* (p. 322).

Visto o tratamento dado às *vozes verbais* por Alfredo Gomes, em sua *Gramática Portuguesa*, passar-se-á, a seguir, a verificar o mesmo tratamento dado à categoria na *Gramática Portuguesa*, de João Ribeiro.

5.8 *Gramática Portuguesa*²⁶ (1887), de João Ribeiro

Nascido em Laranjeiras (SE), no ano de 1860, João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes Ribeiro, veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1934. Realizou seus primeiros

²⁶ A edição analisada é a 22ª

estudos em sua cidade natal. Posteriormente, cursou a faculdade de medicina em Salvador (BA), não concluído o curso devido a sua mudança para o Rio de Janeiro, onde matriculou-se na Escola Politécnica, curso que também não concluiu (FÁVERO & MOLINA, 2006).

Apesar disso, exerceu a profissão de jornalista, colaborando em diversos jornais e revistas da época. Além da profissão de jornalista, João Ribeiro também exerceu os cargos de diretor e professor de História Universal do Colégio Pedro II. Por ser um grande conhecedor de grego, latim, inglês, alemão, holandês, dentre outras línguas românicas, produziu inúmeras obras, as quais podem ser citadas: *Gramática Portuguesa; História do Brasil; O folclore e Páginas de Estética* (FÁVERO & MOLINA, 2006).

A gramática de João Ribeiro foi escrita pela primeira vez em 1887. Logo depois, foi revista e atualizada pelo próprio autor, dando surgimento a várias outras edições. Cumpre destacar a importância da gramática para a época, pois a mesma foi adotada em diversos estabelecimentos de ensino, dentre eles, naquele em que o autor foi diretor e professor, o Colégio Pedro II²⁷.

Quanto à estrutura da obra, o gramático inicia com uma introdução, na qual aborda a origem, periodização e formação da Língua Portuguesa. Nessa mesma introdução, João Ribeiro destaca uma vasta relação de línguas que contribuíram para a formação do vocabulário da língua portuguesa.

Após o capítulo introdutório, traz os prolegômenos, nos quais define e elenca os tipos de gramáticas existentes. Além disso, divide a gramática em geral e particular. Seguindo a divisão da gramática, João Ribeiro a divide em quatro partes, a saber: *fonologia, morfologia, classificação (taxonomia)* e, por último, *sintaxe*, as três primeiras são referentes ao estudo dos vocábulos e, por essa razão, também chamados de lexicologia; a última refere-se ao estudo da frase ou da proposição.

Na primeira parte, a *fonologia* é entendida como o estudo dos sons que compõem as palavras. A *morfologia*, por sua vez, é o estudo dos vocábulos, esses considerados compostos de elementos significativos. A *classificação* ou *taxonomia* diz respeito à distribuição dos vocábulos por famílias e espécies, de acordo com o sentido ou a formação na frase. Por último, a *sintaxe* é vista pelo autor como o estudo dos vocábulos em coordenação, ou seja, considerado na frase. Toda essa quadripartição de sua gramática, para Fávero e Molina (2006), confirma a ideia de que o autor se acha e está, de fato, calcado no modelo greco-romano.

²⁷ De acordo com Fávero e Molina (2006), a primeira edição da gramática de João Ribeiro é datada de 1892.

Ao abordar a categoria das *vozes verbais*, João Ribeiro afirma que as diversas maneiras de ser do sujeito indicam as vozes do verbo. Essas maneiras de que fala o autor são: as vozes passivas, as vozes ativas e as vozes reflexas.

O autor diz que a voz passiva é aquela em que o sujeito sofre a ação, como pode ser visto no exemplo dado pelo autor: *sou amado* (p. 97). Já a ativa, o autor define como aquela em que o sujeito é o agente da ação, como em: *eu amo* (p. 97). Quanto à voz reflexa, o gramático afirma ser aquela em o sujeito, ao passo que exerce a ação, também a sofre, ou seja, a ação se reverte ao sujeito, por exemplo: *Eu me enganei e tu te voltaste* (p. 97).

Além dessas, havia na língua latina, segundo o gramático, a voz depoente, como em: *admirari, mori, sequi*; que, no processo evolutivo da língua, foi se transformando em *admirare, morire, sequere*. Mas o autor, diante disso, destaca que, em português, somente alguns particípios apresentam esse valor de depoente: *calado, agradecido, viajado*. Observa ainda que, às vezes, o sentido passivo pode acontecer sob as formas ativas: *O pecego sabe muito bem* (p. 97). Falando ainda da passiva, João Ribeiro destaca que esta perdeu as formas simples nas línguas modernas, passando a ser formada com o verbo auxiliar *ser*, ou como, em alguns casos, com o pronome *se*. Dentro dessa ideia dada por João Ribeiro, nota-se que, muitas vezes, a ativa também pode apresentar um sentido passivo, como em: *é de crer que = é de crer-se que* (p. 97).

Para João Ribeiro, os tempos compostos, na voz passiva, ainda podem ser formados com os verbos *ter* e *haver*, que se juntam às formas do verbo *ser*, auxiliar da conjugação passiva: *eu tenho de ser amado; eu hei de ser amado* (p. 98).

Durante o século XIX, os tempos compostos, na voz ativa, eram denominados de conjugação perifrástica, sendo que cada tempo simples corresponde a dois compostos: um pretérito e um futuro, exceto no imperativo e no particípio passado. O gramático observa que muitos gramáticos também consideram o verbo *ser* como auxiliar, por essa razão, é que se formam os tempos compostos da voz passiva.

João Ribeiro segue falando da voz passiva, afirmando que ela apresenta complemento adverbial regido da preposição —*por*—, como em: *foi amado pelos pais* (p. 274). Para o gramático, entre os particípios da língua portuguesa, notam-se os casos de sentido depoente. Como já abordado anteriormente, em português, muitos particípios de forma passiva possuem significado ativo, como nesses exemplos: *homem lido = que leu; corrido = que correu; viajado = que viajou; ousado = que ousa; calado = que cala* (p. 274).

De acordo com João Ribeiro, na língua portuguesa existe uma voz média passiva, formada com o auxílio do pronome *se*. Para exemplificar esse tipo de voz, o gramático dá os seguintes exemplos: *Fizeram-se casas; Preparou-se a terra; Escreviam-se cartas* (p. 330).

Para o gramático, essa estrutura de voz média passiva, na verdade, representa uma voz passiva de terceira pessoa, que seguiu a tradição do processo latino, por exemplo: *amo-se* (p.331). Apesar de tal assertiva, observa João Ribeiro que essa afirmação não está de todo averiguada, sendo, apenas, uma mera hipótese. O estudioso ainda assevera que, nas línguas antigas, é perceptível a sintaxe pura da passiva com o pronome *se* e o complemento casual: *as cartas escreviam-se por ele*, ou seja, *foram escritas por ele* (p. 331).

Segundo o autor, seria considerado um erro dizer: *na peleja, muitos soldados já se estendiam mortos por terra* (p. 331). Essa construção indicaria a espontaneidade da ação, o que, para Júlio Ribeiro, é um absurdo, devendo-se dizer: *muitos são estendidos mortos no chão* (p. 332).

Diante disso, João Ribeiro destaca que não é pequena a dificuldade de análise da passiva com o pronome *se*. Portanto, seria demasiado dizer que, na frase *Louva-se Deus*, a palavra *Deus* não seja complemento objetivo, e afirma que o vocábulo *Deus* seja o sujeito. Além dessa colocação, atesta o autor que, na frase *Louva-se a Deus*, não significa dizer que *Deus é louvado*, mas que *Deus é para ser louvado*, ou seja, digno de louvor, da mesma forma que, em *Vende-se casas*, não significa dizer que casa são vendidas, mas que casas são para serem vendidas, ou seja, são vendáveis (p. 333). Essa mesma ideia, para João Ribeiro, pode ser aplicada as seguintes construções: *Aqui bebe-se vinho puro; Em Roma vive-se com pouco; A que horas se come?* (p. 333).

Citando Júlio Pires Ferreira, João Ribeiro classifica os vários empregos do pronome *se*, tais como: a) na voz passiva; b) formação de reflexivos; c) expletivos, que indicam espontaneidade de ação, como em: *Alegremente se partia* e *Ele se foi à cidade*; d) sujeito indeterminado: *Conta-se de um monge que....* Esta última forma o autor classifica, também, como voz passiva (p. 333).

Concluindo a discussão, João Ribeiro atesta que a voz passiva portuguesa formou-se de forma analítica da conjugação composta do verbo *ser* e do particípio pretérito do verbo principal, por exemplo: *Ser amado; serás amado* (p. 446). Admite, ainda, o autor que as formas passivas simples da língua latina perderam-se no português, com exceção de duas, a saber: o *particípio perfeito* e o *particípio do futuro*. Para o primeiro, o gramático dá o seguinte exemplo: *amado* (AMATUS) e *devido* (DEBITUS) (p.446), que na verdade é considerado adjetivo. Para o segundo, diz que foi adaptado na língua literária como o substantivo

examinado (o que há de ser examinado). Essa função do particípio passivo do futuro ainda se nota em vocábulos com terminação *-enda*: *fazenda e agenda* (p. 446).

Por fim, chega-se a última gramática elencada para este estudo, a *Gramática Descritiva*, de Maximino Maciel, na qual, também, se verificará a abordagem do objeto de estudo desta pesquisa, as *vozes verbais*.

5.9 *Gramática Descritiva*²⁸ (1887), de Maximino Maciel

O estudioso Maximino Maciel nasceu na cidade de Rosário do Catolé (SE), em 1866, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 1923. Formado em Direito e Medicina pela mesma faculdade no Rio de Janeiro, também exerceu a função de professor no Colégio Militar. Além disso, foi filósofo e poeta. Dentre suas obras mais expressivas, destacam-se: *Elementos de Química Geral*, baseada nas modernas aquisições científicas (refundidas e adaptadas aos programas de admissão às Escolas Superiores), e a *Gramática Descritiva* (1887), além de diversas obras voltadas para o campo da saúde, visto que o autor possuía formação em medicina.

Na *Gramática Descritiva* (1887), de acordo com Morais (1997), encontram-se algumas ideias inovadoras e, conseqüentemente, antecipadoras da linguística brasileira. A primeira edição da obra é datada de 1887 e teve por nome *Gramática Analítica*. Somente a partir da segunda edição, de 1894, veio a chamar-se *Gramática Descritiva*, com boa aceitação no cenário educacional brasileiro, sendo adotada pelo Colégio Pedro II, durante vários anos consecutivos. (FÁVERO & MOLINA, 2006).

No tocante à estrutura desta obra, o autor a divide em: Fonologia, Lexiologia, Sintaxiologia e Semiologia. Na primeira (Fonologia), o autor versa sobre os estudos de Fonética, Fonografia, Prosódia e Ortografia. Na segunda (Lexiologia), apresenta os estudos de Morfologia, Taxionomia, Ptoseonomia (flexão das palavras) e Etimologia. Na terceira (Sintaxiologia), aborda os aspectos Relacionais, Fraseológicos e Literários. Por fim, na quarta (Semiologia), trata da Semântica e a Tropologia.

Ao falar dos verbos depoentes, Maximino Maciel destaca que esses tipos de verbos podem indiferentemente exprimir o mesmo fato, quer seja mediante os auxiliares *ter* e *haver* (p.180), quer seja mediante os auxiliares *ser* e *estar* (p. 180), tendo geralmente a significação de *ter*, como pode ser visto nesse exemplo: *o inverno está passando e o verão chegando* (p.

²⁸ A gramática aqui analisada foi a 5ª edição.

180). Tais verbos auxiliares, em língua portuguesa, assim como na língua latina, são chamados de depoentes, pois são exteriormente passivos. Porém, suas significações são integralmente ativas. Dessa maneira, segundo Maximino Maciel, quase todos os verbos depoentes apresentam predicação completa, bem como exprimem movimento de ação.

Na abordagem da Sintaxiologia, Maximino Maciel discute uma seção intitulada de voz passiva. Nela, o gramático afirma que todo verbo pode exprimir uma ação através de duas modalidades, chamadas de vozes ativas e vozes passivas. Para cada voz verbal, o autor dá um exemplo. Para a voz ativa: *Os delatores começavam o seu reinado* (p. 365). Para a voz passiva: *Pelos delatores era começado o seu reinado* (p. 365).

Após os dois exemplos, um da voz ativa e um outro da voz passiva, o gramático passa a defini-las. Nesse sentido, define a voz ativa como aquela em que o sujeito exerce a ação, enquanto a voz passiva é aquela em que o sujeito recebe a ação.

Para o gramático brasileiro, a passividade verbal pode ser exprimida por meio de três processos, a saber: a forma analítica ou participial, a pronominal e a semiótica ou infinitiva. A forma analítica é aquela que se forma com uma expressão em que entra o verbo *ser* e o particípio passado, como em: *Meu acampamento será entre as mangueiras banhada do luar* (p. 365). Evidencia que, além do verbo *ser*, outros verbos também podem formar expressões de sentido passivo, dentre eles: *estar*, *andar*, *ir* e *vir*, por exemplo: *Em outra parte, esculpido estava a guerra; A realidade ali fica historiada nas suas funções características; Vinha o padre Oceano acompanhado das filhas e dos filhos que gerara* (p. 365).

Define a passividade pronominal como aquela que acontece por meio do pronome *se*, cuja função apassivante é exercida através de três maneiras diferentes. A primeira passividade pronominal ocorre sempre que o sujeito for o nome de uma coisa ou um ser abstrato, como pode ser visto nos exemplos dado pelo próprio gramático: *Ali se passava o tempo, se gozavam as noites, se sentiam menos as importunas chuvas e ventos de Novembro; Na Idade Média a imaginação épica aventa-se por um rumo diverso*. A segunda maneira se dá sempre que o sujeito é exercido por uma pessoa, e não exercer a ação do verbo, com em: *Entre os pacientes de D. Leonor viam-se....., ou seja, eram vistos*. A terceira maneira é aquela que se dá sempre que o sujeito for constituído por preposição ou expressão equivalente, por exemplo: *Julga-se (é julgado) que Simão fosse natural de Cyrene, na Lydia* (p. 366).

A passividade semiótica ou latente é definida por Maximino Maciel como a forma que se exprime apenas pelo sentido, visto que o verbo exteriormente não possui sinal de passividade, como em: *De Portugal mandou el-rei despachar (ser despachada) formosa frota*. Em tal processo de apassivamento é exclusivo do infinitivo que, por não ser ativo nem

passivo, se adapta a qualquer uma das duas maneiras. A exemplo disso, tem-se: *Se alguma coisa, pois, há, para admirar (ser admirada) é que a baixa não fosse mais rápida, mais violenta ainda* (p. 366).

Apesar de compreender que a passividade semiótica ou latente não é nem um processo ativo nem passivo, Maximino Maciel destaca que, na obra *Os Lusíadas*, ocorre um caso de participio presente latente passivo. Isso pode ser visto, conforme o autor, em: *Se deixam ir dos galgos alcançado* (sendo alcançados). O gramático compreende, então, que a passividade semiótica dá-se da seguinte maneira: depois dos verbos — *deixar, fazer, ouvir e ver* — *Deixei-o ver por todos; Fizemo-lo carregar pelo criado; Ouvi-o ver; e Viu-o louvar por todos* (p. 367). Logo após o verbo *ser, estar, levar, trazer* — *É de admirar que...; Seria para desejar que...; A casa está para vender; Trazer ou levar água para beber; E levai-o a depositar (ser depositado)* (p. 367) em sepulcro sempre virgem; e *É para saber* que nos primeiros tempos escreviam os homens nas folhas das árvores.

A passividade semiótica também ocorre após alguns adjetivos descritivos — *belo, bom, fácil, difícil, duro, agradável*, entre outros —, por exemplo: *Isto é fácil de fazer; O osso é duro de roer; A casa é difícil de construir; Brevemente fácil foi de perceber o tropear de milhares de cavalos* (p. 367).

Diante disso, é importante notar que, na voz passiva, o adjunto eficiente, sujeito da voz ativa, geralmente é governado pelas preposições *por, per* ou *de*, porém, há casos em que as preposições *a, em* e *com* não se pode recusar a função eficiente, como nos exemplos dado pelo gramático: *A fábrica era movida a vapor; O carro é puxado a quatro cavalos; Estava o monte em erva revertido; e Pede-lhe mais que aquele porto seja sempre com a sua frota visitado* (p. 367).

Finalizando a discussão a respeito do assunto, Maximino Maciel destaca que, ao passar a oração da voz ativa para a voz passiva, não se deve deslocar as palavras, ao que se opõe, às vezes, às proposições relativas, vejamos: *Ergue a virgem os olhos que o sol não deslumbra – São erguidos pela virgem os olhos que pelo sol não são deslumbrados*.

A partir da descrição da categoria das *vozes verbais*, passa-se para o próximo subtópico, no qual serão apresentadas as *continuidades* e *descontinuidades* do fato linguístico elencado para a descrição nesta dissertação.

5.10. *Continuidades e descontinuidades*

Pelas análises realizadas, a categoria das *vozes verbais* vem sendo discutida desde a obra *Os Sofistas*, de Platão, na qual a discussão só existe em relação à *voz ativa* e à *voz passiva*. É importante destacar que estas não são nomeadas, nem tampouco é estabelecida a diferença entre ambas. Em seguida, os estoicos passaram a entender que os predicados poderiam ser *ativos*, *passivos* e *neutros*, estes últimos compreendidos como não sendo predicados nem *ativos* e nem *passivos*.

Entende-se, diante disso, que as primeiras discussões em torno da categoria em análise estavam ligadas ao nome e não ao verbo, como passa a ser posteriormente. Estavam, portanto, atreladas ao plano filosófico, ou seja, tinham como base a lógica.

Somente com os gramáticos gregos, entre eles Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo, começa-se a compreender a categoria não mais por meio da lógica, mas por meio de uma base gramatical. Além disso, passaram a compreender a categoria não atrelada ao nome, mas sim ao verbo.

Esses dois gramáticos abandonaram a ideia do aspecto *neutro*, acrescentando as *ativas* e *passivas*, além da *forma medial*, na qual as flexões são *ativas*, porém a significação é *passiva*. Assim sendo, compreendem a *voz média* como aquela que ora indica atividade, ora passividade. É importante sobrelevar a diferença entre a *neutra* e a *medial*. A primeira, para os filósofos, não apresentava significação, enquanto a segunda, a *medial*, apresentava significação não definida, pois ora se apresenta como *ativa*, ora como *passiva*.

Diferentemente dos gregos, os latinos não reconheceram a existência de uma *voz média*, reconhecendo apenas as *vozes ativas* e *passivas*, apesar de os estudiosos do assunto, dentre eles Lyons, afirmarem que a *voz passiva* latina está mais relacionada à *voz média* grega, visto que ora apresentam *atividade*, ora *passividade*.

Adentrando às primeiras gramáticas portuguesas, é notório que o fato não foi muito discutido nas primeiras gramáticas de Língua Portuguesa entre os séculos XVI, XVII e XVIII, uma vez que apenas três compêndios gramaticais, nesse recorte temporal, discutiram ou mencionaram o fato.

Em relação ao segundo gramático da Língua Portuguesa, João de Barros, após a análise realizada, observa-se que o autor não destina um tópico específico para a abordagem do assunto, como fazem os gramáticos do século XIX. Isso porque Barros trata do assunto apenas quando menciona os verbos e suas flexões. Seguindo a ideia dos gramáticos greco-latinos, destaca este gramático que, em Língua Portuguesa, os verbos pessoais podem ser

ativos, passivos, neutros, comuns e depoentes. Diante disso, compreende os verbos *ativos* como aqueles que se podem converter em modo *passivo*, bem como aqueles verbos que por si só expressam uma ação, ou seja, exercem alguma ação em relação a outro ser ou alguma outra coisa; bem como aqueles verbos que podem ser colocados no modo acusativo (objeto direto).

Entretanto, apesar de o gramático não reconhecer a existência de uma estrutura dos verbos passivos em Língua Portuguesa, destaca a necessidade do verbo *ser* no particípio passado, para possibilitar o verbo exercer a passividade. Assim sendo, João de Barros entende os verbos passivos como aqueles que se associam a outro termo, para que seja possível expressar passividade verbal.

Conceituando o terceiro tipo de verbo, o gramático define os verbos *neutros* como aqueles que, de modo contrário dos verbos *ativos*, não podem ser transformados em verbos que transmitam *passividade*. Assim, como o próprio nome sugere, *neutro*.

Um século depois, outro gramático da Língua Portuguesa discute a respeito da categoria das *vozes verbais*. Nessa discussão, assim como o anterior, Barreto apresenta linhas de *continuidade*, quando também não traz um tópico específico abordando o assunto, o faz quando discute a categoria dos verbos. Ainda seguindo a linha de *continuidade* de Barros, Barreto afirma que os verbos podem ser *ativos, passivos e neutros*. Barreto ainda evidencia que, para expressar passividade, o verbo necessita de outro termo que a ele se associe, dando a ideia de *passividade*. Essa associação, assim como Barros, é feita, em Barreto, atrelando o verbo *ser* a outro verbo no *particípio passado*.

Os dois gramáticos ainda convergem quando, ao apresentarem a estrutura de voz passiva, trazem apenas a estrutura da *passiva analítica*, não compreendendo, pois, a *voz passiva sintética*.

Do mesmo modo dos gramáticos anteriores, Argote discute a categoria das *vozes verbais* concomitantemente à discussão sobre os verbos, entendendo que os verbos podem ser *ativos, passivos e neutros*. No entanto, este gramático conceitua apenas os verbos *ativos e passivos*. Como *ativos*, ele entende os verbos que expressam uma ação, enquanto os verbos *passivos* são entendidos como os que recebem a ação.

Seguindo as linhas de *continuidade*, o terceiro gramático analisado, assim como em Barros, afirma a existência das *vozes ativas e passivas*. Pelos exemplos dados pelo gramático, pode-se inferir a existência, apenas, da *voz passiva analítica*.

O gramático segue linhas de *descontinuidades*, quando reconhece um terceiro tipo de voz, a *voz recíproca*. Esta é entendida por Argote como a ação ou a significação do verbo que torna para a mesma pessoa que a pratica. No entanto, pelos exemplos dados pelo autor, ao

tratar da *voz recíproca*, ele sugere não a *voz recíproca*, mas sim uma *voz passiva sintética*, como se conhece atualmente, embora o autor não a defina como sendo do tipo *passiva sintética*.

Adentrando às gramáticas brasileiras do século XIX, o primeiro gramático analisado foi Júlio Ribeiro. Para ele, os verbos são entendidos como *transitivos* e *intransitivos*. Este gramático entende que os verbos *transitivos* podem apresentar-se tanto na forma *ativa* quanto na forma *passiva*. Júlio Ribeiro segue linhas de *continuidade* tanto com Barros quanto com Barreto, no momento em que também reconhece apenas dois tipos de vozes verbais: as *ativas* e as *passivas*. No entanto, apresenta *linhas de descontinuidade* com Argote, ao passo que não menciona um terceiro tipo de voz, que é a *voz recíproca*.

Outra *linha de continuidade* com os demais gramáticos apresentados acima é o fato de Júlio Ribeiro destacar que não existe uma estrutura de *voz passiva*, pois, para que seja exercida a passividade do verbo, faz-se necessário que o verbo esteja no *particípio passado*, mantendo relação com o verbo *ser*.

Júlio Ribeiro, ao reconhecer a existência de uma *voz passiva sintética* apresenta *linhas de descontinuidade*, uma vez que os autores mencionados anteriormente não afirmam a existência, nem tampouco apresentem exemplos que façam entender a existência de tal tipo de construção da *voz passiva*, embora Argote apresente a estrutura da *passiva sintética*, definindo-a como um terceiro tipo de *voz verbal*, a *recíproca*.

Posteriormente, Pacheco e Lameira, em suas discussões em torno do assunto, recorrem, a todo momento, à língua latina, no intuito de fundamentar a discussão a respeito das *vozes verbais*. Tais gramáticos apresentam somente *linhas de continuidade*, visto que, assim como os anteriores, trazem as *vozes verbais ativas*, *passivas* e *reflexivas* ou *médias*; esta última apresentada por Argote como a denominação de *recíproca*. É importante destacar, no entanto, que a *voz reflexiva* ou *média* para os gramáticos discutidos correspondem à forma intermediária entre *as vozes ativas* e *passivas*.

Ao tratar das *vozes verbais passivas*, os autores lançam mão de exemplos que evidenciam a presença, somente, da estrutura da *voz passiva analítica*, tal estrutura sendo formada, assim como os gramáticos anteriores evidenciaram, por um verbo *ser* associado a outro verbo no *particípio passado*. Dessa maneira, os autores seguem *linhas de continuidade*, uma vez que também não apresentam estrutura de *voz verbal passiva sintética*. Corroborando essa ideia de não existência de uma *voz passiva sintética*, eles afirmam que esse tipo de construção não existe na Língua Portuguesa.

Alfredo Gomes reconhece a existência de três tipos de *voz verbal*, quais sejam: *ativa*, *passiva* e a *recíproca* ou *reflexiva*, seguindo, pois, *as linhas de continuidade* do fato linguístico. Desse modo, entende a *voz verbal ativa* como aquelas que são formadas com o verbo auxiliar *estar* associado a outro verbo no infinitivo, sendo este regido pela preposição *para*. De modo contrário, define a *voz verbal passiva* como sendo aquela em que o sujeito sofre uma ação de um dado indivíduo. No tocante à estrutura da *passiva*, segue, também, *linhas de continuidade*, quando afirma que a construção da *passiva* dá-se pela junção de um verbo auxiliar com um outro no *particípio passado*. Além disso, destaca que a passividade pode se dar quando a partícula *se* pode substituir o verbo *ser*, que é o auxiliar, *descontinuando*, visto que, até então, nenhum gramático analisado neste texto apresenta esse modo de apassivação.

Para a *reflexiva* ou *recíproca*, Alfredo Gomes, assim como Argote, a define como sendo o tipo de *voz verbal* em que a ação, ao passo que é praticada, é sofrida pelo próprio indivíduo que a pratica. Alfredo Gomes, no entanto, vai além de Argote, quando apresenta a estrutura desse tipo de *voz verbal*, pois, para o gramático analisado, esse tipo de *voz verbal* é construída com um verbo em qualquer tempo, associado a flexões pronominais, como: *me, te, se, nos, vos*.

No entanto, apesar de reconhecer a existência da *voz passiva*, Alfredo Gomes não apresenta uma bipartição entre *analítica* e *sintética*, seguindo, pois, *linhas de continuidade* com os demais autores analisados. Porém, ao apresentar a estrutura da *passiva*, tem-se a estrutura da *passiva analítica*, embora, assim como os demais, não a conceitue.

Ao abordar a categoria das *vozes verbais*, João Ribeiro as define como as diversas maneiras de ser do sujeito. Essas maneiras de ser, segundo o gramático, são *as vozes passivas*, *as vozes ativas* e *as vozes reflexas*.

Para o gramático, a *passiva* é aquela em que o sujeito sofre a ação, enquanto a *ativa* é definida como o tipo de *voz verbal* em que o sujeito é o agente da ação. Para definir a *voz reflexa*, a compreende como tipo de *voz* na qual o sujeito, ao passo que pratica ação, também a sofre.

Ao abordar a estrutura da *voz passiva*, João Ribeiro afirma que esta é formada com um verbo principal associado a um verbo auxiliar *ser*, bem como, também, segundo o gramático, pode ser formada com o pronome *se*. O gramático segue, pois, *linhas de descontinuidade*, quando afirma que a *voz passiva* ainda pode ser formada pelos verbos *ter* e *haver*, associados ao verbo *ser*. João Ribeiro aborda, ainda, a existência de um tipo de *voz passiva*, denominada por ele de *voz passiva média*. Esta, conforme o autor, é formada com o auxiliar do pronome

se. No entanto, a estrutura de *voz passiva média* apresentada pelo gramático é a que se denomina, em gramáticas atuais, de *voz passiva sintética*.

Por último, Maximino Maciel, apresentando *linhas de continuidade*, compreende a existência de dois tipos de *vozes verbais*, sejam elas: *as ativas* e *as passivas*. Apresenta, ainda, *linhas de descontinuidade*, ao passo que não apresenta um terceiro tipo de voz, a *recíproca* ou *reflexa*, assim como os autores anteriores.

Para as *vozes verbais ativas*, define como aquelas em que o sujeito pratica a ação verbal, enquanto as *passivas* como o tipo de voz na qual o sujeito sofre a ação verbal. Ao dar essa definição, o gramático segue a *linha de continuidade*, visto que todos os demais gramáticos analisados definem as *vozes verbais ativas* e *passivas* da mesma maneira que Maximino Maciel o fez.

Maximino Maciel, ao apresentar a estrutura e a classificação das *vozes verbais passivas*, apresenta *linhas de descontinuidade* com os demais gramáticos analisados nesta dissertação, uma vez que é feita uma tripartição das *passivas* em: *analítica* ou *participal*, *a pronominal* e *a semiótica* ou *infinitiva*, fato não evidenciado anteriormente.

Embora outros gramáticos apresentem a estrutura da *voz passiva analítica*, como Pacheco e Lameira e Alfredo Gomes, estes não a definem como sendo uma *voz verbal passiva do tipo analítica*. Essa definição vem a ocorrer com Maximino Maciel. Ao definir a *voz verbal passiva analítica* ou *participal*, Maximino Maciel afirma que ela é formada pelo auxiliar *ser* associado a um verbo no *particípio passado*. Todavia, Maximino Maciel vai além ao afirmar que *a passiva analítica* ou *participal* também pode ser formada com os verbos *estar*, *andar*, *ir* e *vir*.

Em relação à *passividade pronominal*, o autor a define como o tipo de *voz verbal passiva*, que acontece por meio do pronome *se*, podendo ser construída de três maneiras distintas. A primeira, quando o sujeito for um nome de uma coisa ou de um ser abstrato. O segundo modo ocorre quando o sujeito passa a ser exercido por uma pessoa, e essa pessoa não exerce a ação do verbo. Por fim, o terceiro tipo ocorre quando o sujeito for construído por preposição ou expressão equivalente. Todos esses tipos de passividade com a presença do pronome *se*.

Quanto à passividade *semiótica* ou *latente*, o gramático a define como o tipo de passividade que é expressa pelo sentido, devido ao fato de que o verbo não apresenta sinal de passividade exteriormente.

Percebe-se, pois, diante das descrições e observações que a categoria das *vozes verbais*, apesar de próximas, apresenta pontos dissonantes entre as gramáticas analisadas, bem como colocadas em choque com gramáticas que perfazem o horizonte de retrospectão.

5.11 As Vozes Verbais pela perspectiva linguística

Amini Boainain Haüy, em trabalho intitulado *Vozes Verbais: sistematização e exemplário*, faz uma discussão a respeito das *vozes verbais*, evidenciando a complexidade da questão tida por muitos gramáticos como simples. Para ela, essa complexidade pode ser entendida através de um estudo comparativo entre diversas gramáticas de língua portuguesa, tanto modernas quanto antigas, bem como pelo confronto entre gramáticas de diversas línguas, como o francês e o castelhano. Um dos fatores, segundo a autora, para a complexidade do fato pode estar relacionado diretamente pela diversidade de critérios adotados pelos estudiosos do assunto para conceituar o fato.

Para Haüy, o próprio conceito de *voz verbal* varia de autor para autor, pois podem ser considerados, no momento da conceituação, a forma, a significação do verbo, ou ainda, o tratamento do processo verbal em relação ao sujeito. Exemplificando essa complexidade, a autora dá a seguinte oração: “*O povo recebeu o castigo*”. Essa oração pode ser classificada na voz ativa, para Mattoso Câmara Júnior; na voz passiva, para Evanildo Bechara; para Celso Cunha, não possui voz, visto que o verbo é neutro (HAUY, 1992, p. 5).

Haüy assevera que essa divergência da classificação das *vozes verbais* pode estar diretamente ligada a dois fatores específicos. O primeiro deles refere-se à ligação desses estudiosos aos mestres do passado. Um segundo diz respeito à leitura por esses estudiosos de obras de línguas estrangeiras que compreendem as *vozes* de uma forma diferente da nossa.

Diante de toda essa complexidade enfatizada pela autora, há, para ela, a necessidade de uma revisão da teoria gramatical, adaptando tanto quanto for possível a conceituação ao critério formal, critério adotado pela autora, na tentativa de auxiliar professores e alunos no estudo desse complexo fato da língua. Adotando o critério formal, em seu trabalho, Haüy (1992, p. 77) define voz verbal como “a forma em que o verbo de ação se apresenta para indicar se o sujeito é agente ou paciente”. Haüy ainda destaca que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) considera três tipos de vozes: a *ativa*, a *passiva* e a *reflexiva*.

Haüy, em sua *Gramática da língua portuguesa padrão* (2014), afirma que a tipologia tradicional entende que a voz passiva pode ser classificada em *passiva analítica* ou *participal* e *passiva sintética* ou *pronominal*. Não adentrando, portanto, na polêmica que essa categoria

apresenta, ora discutida anteriormente. Para exemplificar essa classificação, a autora lança os seguintes exemplos:

- (a) Note-se que o predicado, nesse caso, é verbal, e o particípio não exerce a função de predicativo do sujeito, mas de um verbo transitivo direto em estrutura de passiva;
- (a.1) As senhoras foram roubadas;
- (b) Da mesma forma, na passiva sintética, o verbo deve concordar com o sujeito paciente, e o predicado é igualmente verbal;
- (b.1) Vende-se uma casa;
- (b.2) Vendem-se terrenos.

Apresentando as inconsistências do argumento dado pela autora, Anjos (2016, p. 207) afirma que a inconsistência está presente no fato de que, para Hauy, “o particípio não exerce a função de predicativo, mas de um verbo transitivo direto”. Justificando essa assertiva, o autor afirma que as categorias gramaticais para os verbos são de *tempo*, *modo*, *pessoa* e *número*. Assim sendo, “a forma participial *roubadas*, no exemplo, mantém evidência concordância de gênero com o núcleo substantivo *senhoras*” (ANJOS, 2016, p. 207). Diante disso, entende-se que *roubadas* exerce a função de um *nome* e não de um *verbo*, como destaca a autora.

Seguindo esse raciocínio, para Ferrarezi Jr. (2012), o que se tem chamado atualmente pelas gramáticas tradicionais de *voz passiva*, de forma errônea, nada mais é do que o verbo “ser” seguido de um adjetivo e não de um verbo, como classificam as gramáticas de cunho prescritivo. Distanciando, desse modo, da concepção dos gramáticos, para os quais há a existência da *voz passiva* do verbo.

Argumentando em favor da não existência da *voz passiva* do verbo, Ferrarezi Jr e Teles (2008) trazem exemplos para sustentar seu argumento. Veja-se os exemplos:

13. Eles **são conhecidos** por muita gente (grifos dos autores);

13 a. Muita gente os **conhece** (grifo dos autores).

Para os autores, de acordo com uma análise pautada nas gramáticas tradicionais, o verbo do exemplo 13a estaria na *voz ativa* e o verbo do exemplo 13 estaria na *voz passiva*. Essa classificação, para os autores, não se configura como verdade, uma vez que o vocábulo *conhecidos*, do exemplo 13, não pode ser entendido como um verbo, mas como um nome de adjunção, visto que a palavra ‘*conhecidos*’ está em relação de concordância nominal com o pronome *ele*, como nos demais casos: ele é conhecido, eles são conhecidos, ela é conhecida, elas são conhecidas (grifos dos autores). Assim, os autores entendem que a *voz passiva* do verbo não existe na língua portuguesa, o que existe, portanto, é uma construção com *verbo de ligação* mais *predicativo*.

Sobre o *agente da passiva* da construção tida tradicionalmente como passiva, os autores o classificam como um simples complemento adverbial “(que poderia ser classificado tradicionalmente como “acusativo”, do ponto de vista temático) do nome de adjunção que segue o verbo de ligação” (FERRAREZI. JR, 2008, p. 174-175). Outra possibilidade de classificação, para os autores, seria a dupla transitividade do verbo e, neste caso, se tem não um agente da passiva, mas um complemento verbal.

Corroborando as ideias anteriores, Scherre (2005), revisitando três grandes conhecedores do português brasileiro e do português europeu, Antenor Nascentes, M. Said Ali e Mattoso Câmara Júnior, evidencia que as formas que na gramática normativa se denominam de *voz passiva sintética*, nada mais é do que uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, e não uma estrutura de *passiva sintética*, como querem muitos gramáticos. Para tal comprovação, ela lança mão dos seguintes exemplos: *joga-se búzios ou jogam-se búzios*. A ideia seria, portanto, a de que alguém, que não se sabe quem seja, joga búzios e não que búzios sejam jogados por alguém. Esse fato assemelha-se a outras estruturas parecidas, do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária e vive-se bem nesta terra*. Entende-se aqui, portanto, que a forma verbal plural nas estruturas denominadas de passiva sintética:

pode ser variável e ocorre, segundo a tradição, por atração ou por falsa concordância com o objeto direto, em função do conhecimento da norma-padrão, a norma codificada, ou seja, em função do conhecimento da gramática normativa de língua portuguesa (SCHERRE, 2005, p. 80).

Diante dessa breve discussão no tocante à compreensão das *vozes verbais*, baseada em Ferrarezi, Scherre e Haury, entende-se a complexidade do fato, uma vez que um dos fatores para essa situação está diretamente ligado aos diversos critérios adotados para classificar a categoria: o formal, a significação do verbo e o tratamento dado ao processo verbal. Para, além disso, outro aspecto que marca a complexidade do fato é a vinculação dos gramáticos e estudiosos, a saber: há estudiosos do passado ou, até mesmo, estudiosos de outras línguas.

O fato é que a categoria das *vozes verbais* não é unânime entre os estudiosos, uma vez que, para muitos, existe somente a *voz ativa* do verbo, enquanto que, para outros, tem-se a *voz passiva* do verbo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, descrevemos o tratamento dado à categoria das *vozes verbais* em cinco gramáticas brasileiras do século XIX, a saber: *Gramática Portuguesa*, de Júlio César Ribeiro Vaugham (1881), *Gramática da Língua Portuguesa*, de Manuel da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (1887), *Gramática Portuguesa*, de Alfredo Gomes (1887), *Gramática Portuguesa*, de João Ribeiro (1887) e *Gramática Descritiva*, de Maximino Araújo Maciel (1887). Realizou-se tal descrição com o intuito de verificarmos as *linhas de continuidades* e *descontinuidades* do fato linguístico “*vozes verbais*”, dentro das gramáticas elencadas para o estudo.

No entanto, fez-se necessário verificar o *horizonte de retrospeção*, ou seja, gramáticas do português do século XVI, XVII e XVIII, uma de cada século, visto que apenas durante estes três séculos, apenas três compêndios abordaram o assunto, sejam eles: *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540), *Ortografia da Língua Portuguesa*, de João Franco Barreto (1671) e a *Gramática Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*, de Pe. Jerônimo Contador de Argote (1725), respectivamente.

Além disso, foi realizada uma discussão histórica do tratamento dado à categoria entre os gramáticos greco-latinos, uma vez que as fontes primárias apresentam uma filiação com o grego e o latim. Para isso, utilizou-se de estudiosos como Neves (1987) e Lyons (1979), que discutem o assunto.

Na descrição e análise, fez-se necessária a utilização do aporte teórico-metodológico da *Historiografia Linguística*, disciplina que tem por objetivos principais a descrição e explicação de como se produziu, se desenvolveu ou mesmo se extinguiu um dado fato linguístico, através do tempo e em um determinado contexto. Dentre os estudiosos que deram sustentação nessas discussões, no tocante a HL, cita-se Koerner (2014b) e Altman (1998, 2009, 2012). Nas descrições e análises, foram aplicados dois dos três princípios basilares da HL, quais sejam: o princípio da *contextualização* e da *imanência*, estes entendidos como aspectos *externos* e *internos* da obra, respectivamente.

Para se entender de que forma vem a se dar a construção de um dado fato científico, foi realizada uma discussão epistemológica da construção do conhecimento, com base nas concepções de Kunh e Fleck. Para o primeiro, a construção do conhecimento se dá por meio de rupturas abruptas; enquanto que, para o segundo, a construção do conhecimento se dá de forma cumulativa (evolutiva), dando importância a fatores sociais e culturais.

Diante disso, na pesquisa, levou-se em consideração o pensamento fleckiano, uma vez que se entende que o conhecimento linguístico é construído, observando fatores sociais e culturais, portanto, levando em consideração os aspectos externos às obras analisadas.

Entendendo, pois, que os aspectos externos às obras podem influenciar diretamente no momento de construção de uma fato linguístico, nesta dissertação, foi realizada uma contextualização histórica, política, educacional, bem como linguística dos principais fatos ocorridos durante o século XIX, período no qual as gramáticas analisadas foram produzidas.

Após as descrições do *corpus*, no tocante à categoria das *vozes verbais*, constata-se tanto *linhas de continuidade* quanto *linhas de descontinuidade*. As *linhas de continuidade* podem ser observadas no instante em que todos os gramáticos compreendem a existência das *vozes verbais ativas e passivas*. Por outro lado, apresentam *descontinuidades*, no momento em que, a partir da gramática de Argote, observa-se a presença de um terceiro tipo de voz verbal, *a recíproca ou reflexa*. Ainda com relação às *descontinuidades* do fato, embora os gramáticos analisados compreendam a existência da *voz passiva*, os autores não fazem uma divisão entre os tipos, mesmo sendo possível, em algumas gramáticas, observar a estrutura de uma *voz passiva analítica*, apesar de tal tipo de voz não ter sido definida pelos gramáticos analisados.

O estudo da categoria das *vozes verbais*, pelo viés da HL, evidenciou os processos de *continuidades e descontinuidades*, a partir da observação de diferentes gramáticos do século XIX, recorte temporal desta pesquisa. A partir das análises, foi possível a compreensão desde os gramáticos greco-latinos, perpassando pelos gramáticos portugueses do século XVI, XVII e XVIII, chegando aos gramáticos do século XIX, que o fato apresenta poucas alterações. Mudanças mais pontuais, passam a ser constatadas durante o século XIX, quando se observa a construção dos tipos de *voz passiva analítica*, embora a mesma não seja definida ou discutida como sendo do tipo analítica pelos gramáticos. O que se observa é apenas a presença de uma estrutura deste tipo.

Torna-se relevante ressaltar também que esta pesquisa é um recorte de estudo, portanto, não exaure o cerne de discussões, possibilitando outros caminhos de análise, com outros recortes temporais, bem como analisando outras gramáticas que contemplem o mesmo objeto desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

ARGOTE, J. C. **Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina** / [Pe. Jeronimo Contador de Argote]. 1725 (Obtida da Biblioteca Nacional Digital de Portugal).

BARROS, João. **Grammatica da lingua portuguesa** / [João de Barros]. 1540 (Obtida da Biblioteca Nacional Digital de Portugal).

BARRETO, J. F. **Ortografia da língua portugueza**/ [João Franco Barreto]. 1671 (Obtida da Biblioteca Nacional Digital de Portugal).

GOMES, Alfredo. **Grammatica Portugueza**. 18 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920 [1887].

JÚNIOR, M. P. S; ANDRADE, B. P. L **Gramática da Língua Portuguesa**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves &C. , 1887.

MACIEL, M. A **Gramática Descritiva**. São Paulo: Francisco Alves & Cia, 1914. 5ª edição. [1894].

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves &C. , 1889.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portuguesa**. 2 ed., São Paulo: Typ de Jorge Sekler, 1885.

Fontes Secundárias

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

_____. **História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira**. Todas as Letras, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012.

_____. **Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil**. Revista de historiografia linguística, v. 2, 2009.

ALVES, W. L. U. **A história da educação no Brasil: da descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996**. Dissertação (Dissertação em Metodologia do Ensino Superior).Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2009.

ANJOS, M. A. L. **Gramática da língua portuguesa padrão: (Des) continuidades?** In: Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. FARACO, C. A.; VIEIRA, F.E. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ARAÚJO, S. S. F; ARAÚJO, J. M. O. **A formação sócio-histórica do português do Brasil: Contribuições do Recôncavo Baiano** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 95-116, 2009.

ASSUNÇÃO, C.; SANTOS, H.P. **Da Idade Média a Fernão de Oliveira, O primeiro gramático da lusofonia** In: Fernão de Oliveira: Um gramático na história. ABAURRE, M.B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (orgs). Campinas: Pontes Editores, 2009.

AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências:** Campinas, Editora RG, 2008.

BARATIN, M. **La naissance de la Syntaxe a Rome.** Paris: Minuit, 1989.

BARROS, L. M. M.; BITTENCOURT, T. **Partes Orationis:** notas sobre a tradição grecolatina. Confluência, Rio de Janeiro, n. 31, p. 59-81, 1º sem. 2006.

BATISTA, R. O. **Formas da gramática renascentista:** percepção e abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. DELTA., Campinas, SP, v. 26. n. 2., 2010.

_____. **Introdução à historiografia linguística.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BECKER-MAKKAI, Valerie (ed.) (1972): **Phonological Theory: evolution and current practice.** New York: Holt, Rinehart, and Winston (Longman handbooks for language teachers). [reedição: Jupiter Press, Lake Bluff, IL, 1978.

BIBLIOTECA LUSITANA: história, crítica e cronologia. Tomo II. Lisboa: Oficina de Ignácio Rodrigues, 1747.

BORGES NETO, J. **A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira** In: Fernão de Oliveira: um gramático na história. ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.). Campinas: Pontes, 2009b.

_____. **Gramática do português brasileiro** In: Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BRITO, A. M. **Da “arte” à ciência: o caminho da Gramática.** In: Brito (org). Gramática: história, teorias e aplicações. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2010.

BRITO, K. R. S. **A história da educação brasileira no Império (1822-1889):** um estudo reflexivo. Revista Littera, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2013.

CAVALIERE, R. **Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil.** Confluência, Rio de Janeiro, n. 23, 1º sem. 2002.

_____. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CHIBENI, S. S. **Síntese de A Estrutura das Revoluções Científicas**, de Thomas Kuhn. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-sintese.htm> > Acesso em: 04 de junho de 2017.

COELHO, O. **Os nomes da língua:** configuração e desdobramento do debate sobre a língua brasileira no século XIX. In: Revista do IDB. n° 47, 2008.

CONDÉ, M. L. L. Apresentação. In: **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

CONDÉ, M. **Prefácio à edição brasileira.** In: Fleck, L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CORRÊA, E. F. de S. **Socrates currit bene:** um breve passeio pela história da gramática. **Soletras**, São Gonçalo, RJ, ano X, n. 19, p. 116-123. jan.-jul. 2010.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro.** Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Unicamp, 2010.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **História sociopolítica da língua portuguesa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FÁVERO, L.L. **A Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro.** Anpoll, n: 13, São Paulo: Humanitas, 2002.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas no século XIX:** A gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2006.

_____. **A gramática luso-brasileira e o método científico.** Revista de Filologia linguística portuguesa, n° 9, p. 27-42, 2007.

FEHR, Jo. **Fleck, sua vida, sua obra.** In: Ludwik Fleck: Estilos de pensamento na ciência. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

FERNADES, P. D; COSTA, N.S.A. **Origem da Língua Portuguesa:** contexto geral ebrasileiro. Web-revista Sociodialeto, n° 14, v 5, 2014.

FERRAREZI Jr, C; TELES, I.M. **Gramática do brasileiro**: uma nova forma de entender a nossa língua. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Sintaxe para a educação básica**. São Paulo: Contexto, 2012.

FONTES, S. D. S. **A Corte Portuguesa no Brasil**. 2005 (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - interativo).

FORTES, F. S. **As conjunções latinas em Donato e Prisciano**: seu estatuto gramatical e discursivo. PhaoS: revista de estudos clássicos, Campinas, SP, n. 10, p. 45-57, 2010.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GUIRPILHARES, M.S.S. **As bases filosóficas da gramática normativa**: uma abordagem histórica. janus, lorena, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004

GUIMARÃES, E. **A língua portuguesa no Brasil**. Ciência e Cultura versão On-line ISSN 2317-6660 Cienc. Cult. v.57 n.2 São Paulo abr./jun. 2005.

HAUY, A. B. **Vozes verbais**: sistematização e exemplário. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: EDUSP, 2014.

HYMES, D. **Studies in the History of Linguistics: traditions and paradigms**.ed. by Dell Hymes. Bloomingtonand London: Indiana University Press. 1974.

JÚNIOR, R. C; RODRIGUES, R.S. **Lei Orgânica de 1807**. In: V colóquio de história: perspectivas históricas, 2011, Recife. Anais do V colóquio de História da UNICAP, 2011. p. 1481-1490.

JUNQUEIRA, F. G. C. **Confronto de vozes discursivas no contexto escolar**: percepções sobre o ensino de gramática da língua portuguesa. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro: PUC/ Departamento de Letras– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

KEMMLER, R. C. M. G. D. **Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da língua portuguesa, espelho da lingua latina (1721, 1725)**. Limite, n. 6, p. 75-101, 2012.

KOERNER, E. F. K. **Practicing Linguistic Historiography: select e dessays**. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia. 1989a.

_____. **Questões que persistem em Historiografia Linguística**. In: Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEITE, M.Q. **O nascimento da gramática portuguesa**: uso & norma. São Paulo: Paulistana, 2007.

LUCCHESI, D. **Norma linguística e realidade social**. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MARQUES, R. N. **A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina**. Dissertação (Dissertação em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo/ Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, 2016.

_____. **As duas edições da gramática de contador de Argote (1721, 1725)**. Revista da ABRALIN, v.16, n.1, p. 205-222, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

MATEUS, M. H.M;DUARTE, I. **Os caminhos da nova gramática**. Alfa. Vol. 15/16, 2003 / 2004.

MATTOS E SILVA, R. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2016.

MUNIZ, L.A. **Aspectos do verbo depoente para o ensino do Latim e do Português**. Revista Entrepalavras, Fortaleza, CE, ano 2, vol. 2, p. 87-96, 2012.

MURRAY, S. O. **Theory Groups in Science**. In: *Theory Groups and The Study of Language in North America*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia. 1993.

NASCIMENTO, J. V (org). **A Historiografia linguísticos: rumos possíveis**. São Paulo: Terra do sonhar, 2005.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: UNESP, 2002.
OLIVEIRA, M. S. **A questão da História da Língua Portuguesa na Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, de Marcos Bagno: um estudo historiográfico**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

PERCIVAL, W. Keith. **The applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics**. *Language*.v. 52. n. 2. 1976.

PEREIRA, C. **Ortografia da língua portuguesa: a arte de bem escrever ao longo dos séculos**. Boletim de estudos clássicos, Coimbra, junho, 2011.

PERES, T. R. **Educação Brasileira no Império**. Arquivos da Universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho, on-line, São Paulo, 2010.

PILETTI, N. & PILETTI, C. **História da Educação**. 7ª. Ed, São Paulo, Ática, 2006.

PIO, G. C.A. **Estudo historiográfico do tratamento dado às categorias gênero e número dos substantivos simples na Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, 2007.

RESENDE, M. T. **A Teoria da Linguagem em Platão**. Metanoia. São João Del Rei, nº 2, julho de 2000.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.

SILVA, R.C. **Ideias linguísticas em “A língua que falamos”, de Herbert Parentes Fortes**. In: Estudos linguísticos interdisciplinares: gramática, léxico e ensino. DOS ANJOS (org.). Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. **Ideias linguísticas de Herbert Parentes Fortes em “A questão da Língua Brasileira”**: um olhar historiográfico. XXV Seminário de Iniciação Científica. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. [Relatório final de pesquisa].

SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. 2 ed. Riode Janeiro: INL. 1963.p. 88-89.

SOUZA, J.A.G. **Avaliação X relações de poder**: um estudo do Projeto Nova Escola/ Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

SCHERRE, M.M.P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

SWIGGERS, P. **Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística**. Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística. Actasdel IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. p. 113-146. 2004.

_____. **La historiografía de la lingüística**: apuntes y reflexiones. Revista argentina de historiografía lingüística 1.67-76, 2009.

SCHÄFFER, L.; SCHNELLE, T. **Fundamentação da perspectiva sociológica da Ludwik Fleck na teoria da ciência**. In: Fleck , L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabre factum, 2010.

VIDAL NETO, J. B. C. **A Grammatica portuguesa, de Júlio Ribeiro**. Dissertação (Mestrado em Letras). USP, São Paulo, 2010.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

_____. **Gramatização brasileira contemporânea do português**: novos paradigmas? In: Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. FARACO, C. A.;VIEIRA, F. E. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

ZICHIA, A. C. **O direito à educação no Período Imperial:** um estudo de suas origens no Brasil. Dissertação (Dissertação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.